

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

Pedro de oliveira rodrigues

A riqueza produzida pelo narcotráfico: um estudo sobre a produção de valor
no mercado das drogas ilícitas

JUIZ DE FORA/MG
2022

Pedro de Oliveira Rodrigues

**A RIQUEZA PRODUZIDA PELO NARCOTRÁFICO: um estudo sobre a
produção de valor no mercado das drogas ilícitas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, área de concentração “Políticas Sociais e Gestão Pública”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fortes.

**JUIZ DE FORA/MG
2022**

Rodrigues, Pedro de Oliveira.

A riqueza produzida pelo narcotráfico : um estudo sobre a produção de valor no mercado das drogas ilícitas. / Pedro de Oliveira Rodrigues. -- 2022.

162 f.

Orientador: Ronaldo Vielmi Fortes

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

1. Narcotráfico. 2. Valor. 3. Trabalho. 4. Lucro. 5. Riqueza. I. Fortes, Ronaldo Vielmi, orient. II. Título.

Pedro de Oliveira Rodrigues

**A RIQUEZA PRODUZIDA PELO NARCOTRÁFICO: um estudo
sobre a produção de valor no mercado das drogas ilícitas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 9 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^o. Ronaldo Vielmi Fortes - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a Deise Luiza da Silva Ferraz

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^a. Dr^a Elizete Maria Menegat

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 23/12/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Vielmi Fortes, Professor(a)**, em 09/02/2022, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deise Luiza da Silva Ferraz, Usuário Externo**, em 10/02/2022, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 10/02/2022, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0626412** e o código CRC **74D6752F**.

Agradecimentos:

Agradeço, em primeiríssimo lugar, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que possibilitam, com o suor de seus trabalhos, que eu possa estudar e pesquisar em uma universidade pública e de qualidade. Assim como agradeço também a todos os profissionais da educação, que garantem o funcionamento dessa instituição maravilhosa que é a UFJF. As faxineiras que sempre mantêm as salas e banheiros limpos e em ordem. Aos técnicos administrativos que garantem o funcionamento da universidade. E ao corpo docente pela paciência e o comprometimento que me ajudaram muito a ingressar em uma nova área, totalmente diferente da minha graduação.

Agradeço ao meu orientador Ronaldo por ter acreditado e apoiado a nossa pesquisa. Sei que foi um tema difícil e complexo de ser trabalhado, mas acredito que (dentre muitos erros de português, cometidos por mim) fizemos um bom trabalho.

Sou grato à minha mãe por me orientar, me acalmar nos momentos de desespero, de fraquejo e por me dar o suporte em casa nas horas mais difíceis. Da mesma forma que sou grato à Laryssa, minha companheira, que sempre me dedicou muito amor e carinho, que não me abandonou na minha fase bitolado, tenso e estressado. Sempre me ajudou muito com as palavras de conforto, carinho e, principalmente, com as formatações dos textos. Agradeço aos meus amigos, pelos momentos de descontração, aliviando as tensões da pandemia do novo corona vírus.

Resumo:

Este trabalho busca compreender de que forma ocorre a produção de valor no mercado das drogas ilícitas e como este mercado contribui para frear as tendências de queda da taxa de lucro. Baseado na teoria marxiana do valor trabalho e em uma pesquisa teórica e documental, utilizando-se de dados obtidos nas principais agências de controle ao tráfico, pode-se constatar que, embora o narcotráfico movimente bilhões de dólares anualmente em todo mundo, a produção efetiva desse valor/riqueza ocorre nas indústrias, localizadas nas regiões periféricas dos países mais pobres, perpassando pela indústria clandestina de transportes, e se utiliza principalmente da mão de obra desqualificada, desempregada, abundante nesses países. Apesar de gerar inúmeros posto de trabalho, o narcotráfico atua na ilegalidade e se tornou um dos maiores inimigos a ser combatido pelos Estados nacionais. Com base na pesquisa realizada, constatamos que, ao contrário do que se observa nas indústrias modernas, que expulsa o trabalhador das fábricas e os substitui por máquinas, o tráfico vem se tornando uma alternativa às crises econômicas, sobretudo no âmbito do trabalho, uma vez que a composição orgânica do seu capital permite empregar inúmeros trabalhadores, desde a indústria até o comércio. Além de gerar diversos postos de trabalho, o tráfico possibilita ao capital recuperar suas taxas de crescimento, ou simplesmente frear a tendência de queda da taxa de lucro, visto que se utiliza de trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva, pagando salários inferiores e com um nível de exploração mais incisivo sobre essa massa, permitindo uma maior extração de mais-valor.

Palavras-chave: Narcotráfico, valor, trabalho, lucro, riqueza.

Abstract:

This thesis seeks to understand how the production of value in the illicit drug market takes place and how this market contributes to curbing the downward trends in the rate of profit. Based on the Marxian theory of the value of work and on theoretical and documentary research, using data obtained from the main trafficking control agencies, it can be seen that, although drug trafficking moves

billions of dollars annually around the world, the effective production This value/wealth occurs in industries located in the peripheral regions of the poorest countries, passing through the clandestine transport industry, and it uses mainly unskilled, unemployed labor, abundant in these countries. Despite generating countless jobs, drug trafficking acts illegally and has become one of the greatest enemies to be fought by national states. Based on the research carried out, we found that, contrary to what is observed in modern industries, which expel workers from factories and replace them with machines, trafficking has become an alternative to economic crises, especially in the context of work, since that the organic composition of its capital allows it to employ countless workers, from industry to commerce. In addition to generating several jobs, trafficking enables capital to recover its growth rates, or simply to curb the downward trend in the rate of profit, as it uses workers who make up the industrial reserve army, paying lower wages and with a more incisive level of exploration on this mass, allowing for greater extraction of surplus-value.

Keywords: Drug trafficking, value, work, profit, wealth.

Sumário

INTRODUÇÃO:.....	10
CAPÍTULO I: DEBATE PRELIMINAR SOBRE O NARCOTRÁFICO E SEUS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA.....	14
I. As drogas ilícitas e seus respectivos mercados:	19
1. Cocaína.....	20
2. Drogas Sintéticas.....	29
3. Opiáceos	41
4. Cannabis (maconha).	50
II. O caso particular do Brasil.	58
CAPÍTULO II- TRABALHO, VALOR E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: UMA ANÁLISE DAS CATEGORIAS MARXIANAS PARA COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO DE VALOR NO MERCADO DAS DROGAS ILÍCITAS.	65
I Trabalho e produção de mais valor:	68
II. Acumulação capitalista e composição orgânica do capital	83
III. Processo de circulação	89
IV. Sobre os lucros, preço de produção, valor de mercado e lucro comercial.....	99
Lucro comercial:.....	110
V. Queda da taxa de lucro e medidas contra-arrestantes.....	114
CAPÍTULO III - A produção do valor no narcotráfico.....	119
I. A ilegalidade: uma medida contra-arrestante à queda da taxa de lucro.....	130
Gastos com circulação.....	139
II. Comunicação das drogas ilícitas:.....	139
CONCLUSÃO:.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	155

INTRODUÇÃO:

O fenômeno do tráfico de drogas e suas implicações para a sociedade tem ocupado o centro do debate nas últimas décadas, principalmente quando se discute a política de segurança pública referente às grandes cidades. Em geral, as discussões que dizem respeito ao assunto estão associadas à questão da violência e da criminalidade, em especial, a um aspecto exclusivo da violência urbana, relacionado aos problemas oriundos da insegurança pública e também a aspectos da criminalidade nos países periféricos. Assim, o combate ao tráfico de entorpecentes volta-se para uma criminalização e repressão aos mais pobres, localizados nos centros urbanos das grandes cidades, justificando, desta forma, um aparato policial e repressor sobre segmentos pauperizados da classe trabalhadora, que se inserem nestas atividades por ausência de políticas públicas e educacionais, somado às poucas opções e condições de serem absorvidos pelo mercado formal e legal. Nesta lógica, a ampliação do quadro repressor, expresso no aumento do número de policiais, na construção de presídios e penitenciárias, aparece como a única solução para combater o tráfico de entorpecentes e a violência fruto desta atividade.

Atualmente, o mercado das drogas é responsável por impactar positivamente, e de forma direta, no saldo da balança comercial de muitos países que atuam nesse setor. Alguns países do centro da economia capitalista vêm incorporando as atividades relacionadas ao tráfico de drogas na contabilidade do seu Produto Interno Bruto (PIB), sobretudo nos momentos de recessão econômica, como é o caso do Reino Unido, Itália e França, por exemplo, sendo que este último estimou, em 2017, que o tráfico de drogas era responsável por movimentar cerca de 2,7 bilhões de euros por ano no país (DAMGÉ, 2018). Os números do Afeganistão são mais impactantes. Estima-se que cerca de 8% do PIB nacional, do maior produtor de heroína do mundo, está diretamente ligado a produção de opiáceos, desde a plantação de papoula até a produção de morfina e heroína de acordo com a UNODC¹. Esses elementos reforçam a tese de que o narcotráfico, mesmo sendo um ramo ilegal, se tornou um setor dinâmico importante na economia capitalista, principalmente para os países periféricos.

¹ Dados United Nations Office on Drugs and Crime referentes aos anos de 2018.

As poucas abordagens relacionadas ao tema enquanto problema ou dimensão econômica encontra limites no fato de que, por ser uma economia ilegal e informal, os dados para sua análise são sempre aproximativos e, por isso, torna-se difícil estabelecer informações mais precisas. Contudo, desconsiderar a importância do tráfico de entorpecentes, e das várias conexões que este possui com a indústria legal e formal, é negar uma importante fonte de riqueza, tanto para o Estado quanto para aqueles que operam no topo da cadeia de entorpecentes.

O narcotráfico tem se tornado um dos mercados mais rentáveis do mundo contemporâneo, superando, em termos de lucratividade, setores da economia formal, como a indústria farmacêutica, por exemplo. Sabemos que o tráfico de drogas ilícitas é responsável por movimentar cifras na casa dos 250-500 bilhões de dólares anualmente (UNODC, 2019).

A ideia de estudar a dinâmica do tráfico de drogas surgiu na tentativa de compreender o paradoxo de um mercado que está sob constante repressão do Estado conseguir obter taxas de lucro tão elevadas, capaz de superar até mesmo alguns mercados legais da economia. Deste modo, buscou-se por meio de uma pesquisa documental e teórico, embasada na teoria marxiana, compreender de que forma ocorre a produção de valor, ou riqueza, nesse setor.

Neste sentido, queremos destacar como esta indústria se insere no modo de produção capitalista. Sabemos que a revolução industrial iniciada na Inglaterra no século XVII promoveu um desenvolvimento das forças produtivas capitalistas sem paralelo na história. A relação da troca monetária tendo o dinheiro como pilar desta relação estabeleceu a compra e venda da força de trabalho, supostamente livre, com base numa ordem natural de desigualdade econômica necessária entre homens e mulheres para o novo modo de produção vigente. Desde então o capitalismo vem se consolidando como sistema hegemônico, criando estratégias e alternativas para situações de crise de forma a supera-las.

O capitalismo contemporâneo tem se renovado com a finalidade de retomar as taxas de lucro obtidas nos anos de ouro do capital, em meados do século XX. As consequências dessa tentativa de retomada são refletidas no aumento do desemprego formal, enxugamento da força de trabalhado das fábricas, autonomização da produção, e crescimento nos índices de pobreza e

miséria, sobretudo nos países periféricos. Ocorre uma expansão do que Marx (2013) denomina de exército industrial de reserva, ou até mesmo da superpopulação relativa. Um enorme contingente de pessoas aptas a trabalharem que não conseguem ser absorvidas pelo mercado de trabalho formal/legal.

Sob esse cenário, o narcotráfico surge como uma alternativa para suprir a carência do mercado formal. Por um lado, ele aparece como uma alternativa ao desemprego estrutural, visto que cria vários novos postos de trabalho, e por outro, favorece ao capital a possibilidade de extrair uma maior quantidade de mais-valor do seu capital variável (trabalhadores). Por atuar na ilegalidade, o narcotráfico está isento de qualquer obrigação trabalhista prevista por lei, podendo extrair o máximo de seus trabalhadores da forma mais perversa e predatória.

A indústria das drogas ilícitas é capaz de produzir um valor extra, que excede os seus custos de produção, que Marx (2013) denomina de mais-valor. Esse mais-valor é fruto do trabalho humano e só pode ser extraído por meio do mais-trabalho, um trabalho não remunerado, que seria a fonte da riqueza socialmente produzida.

Como o objetivo central da sociedade capitalista é a geração de riqueza via produção de mercadorias, se torna fundamental que as drogas ilícitas sejam transformadas em objeto de troca e de lucro. É necessário que ultrapasse o seu caráter apenas de valor de uso, ou seja de utilidade para o homem para se tornar uma mercadoria com caráter de valor. No caso das drogas, estas sempre existiram como necessidades para o homem. Alguns povos a utilizavam para ritos e/ou tratamentos medicinais.

Ou seja, vários povos utilizavam a droga sem fins comerciais, apenas para satisfazer necessidades de uso. Com o passar do tempo, a droga deixa de ter apenas um valor de uso e passa a se constituir, também, como valor de troca, se tornando um problema social (RIBEIRO, 2000). As drogas, produzidas como mercadorias, precisam ampliar as fronteiras de seu mercado e impulsionar o consumo massivo dessas substâncias, tornar seu mercado globalizado. Neste momento o Estado cria leis que vão estabelecer as regras e formas de controle sobre a produção, o comércio e a circulação das mesmas.

A ilegalidade permite à indústria das drogas maior extração de mais-valor, visto que o trabalhador utilizado no grosso da produção pertence ao exército de reserva, ou seja, está excluído do mercado de trabalho formal, e disposto a exercer um trabalho mais precarizado. O transporte dessas substâncias também é um componente importante na produção de valor dessa indústria. Tal como apresenta Marx (2013), o transporte é uma das etapas da indústria e, portanto, transfere valor, a mercadoria transportada, mesmo que não produza um novo valor.

A obtenção de dados referente ao narcotráfico é muito difícil, devido a ilegalidade do ramo. Deste modo, toda análise referente ao tema é aproximativa e estimada, trabalhando sempre com base no número de apreensões de substâncias ilícitas, meios de transporte, fechamento de laboratórios, ou de espaços destinados a produção destas substâncias, e do mapeamento da rota do tráfico, de acordo com os materiais coletados pela polícia, ou órgãos responsáveis por combater o narcotráfico específicos de cada país.

CAPÍTULO I: DEBATE PRELIMINAR SOBRE O NARCOTRÁFICO E SEUS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA

O grande marco da consolidação do capitalismo, como modo de produção vigente, foram as revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX. É a partir desse momento em que se ocorre a mecanização dos meios de produção e a forte tendência de substituição do trabalho humano pela maquinaria na produção industrial, sobretudo pós segunda revolução industrial, do século XIX. Foi durante esse período que o capitalismo revolucionou o mundo, substituindo o antigo mercantilismo pela globalização dos mercados e a industrialização.

A produção manufatureira, que pode ser compreendida como a produção em larga escala de mercadorias padronizadas, também sofre transformações neste período pós revolução. A produção deixa de ter o caráter manual, ou seja, as mãos humanas atuando diretamente na produção de mercadorias, e assume um aspecto mais técnico, com as máquinas operando nas fábricas.

As mercadorias não seriam mais fabricadas individualmente - visando atender as satisfações de seus produtores, para uso pessoal, e cujo excedente seria trocado por outras mercadorias como forma de escambo² - mas por grandes empresas, uma produção em larga escala, produção industrial, visando o enriquecimento pessoal do seu produtor e não meramente satisfazer suas necessidades pessoais. O trabalho privado não deixa de existir, mas passa a assumir um caráter de trabalho social, comum a todos. O trabalho deixa de produzir produtos, voltados para o uso individual, e passa a produzir mercadorias, destinados ao comércio, ao consumo social.

O mercado das drogas acompanhou as alterações na dinâmica econômica dos demais mercados. É no período da revolução industrial que presenciamos a expansão da produção das drogas ilícitas e os aprimoramentos dos seus produtos. Se no oriente as drogas, sobretudo o ópio, já representavam um problema econômico e social, no ocidente essa mesma substância é inserida de outra forma. Não havia qualquer forma de discriminação social ao seu uso, fato é que, inicialmente, o consumo de ópio não se alastrou para todas as classes, ficando restrito à alta casta da sociedade europeia, artistas e intelectuais

² Escambo pode ser compreendido como a troca direta entre mercadorias, sem intermédio do dinheiro.

que se reuniam em espaços próprios para fumá-lo. Podemos destacar aqui Goya, Goethe, Delacroix e Tolstoi, dentre algumas personalidades históricas que faziam uso da droga de forma recreativa, (CALVETE E SOUZA, 2017). Posteriormente, com a expansão da produção e com a queda dos preços desse produto, o consumo se popularizou para as demais camadas sociais, como vemos na passagem de Baudelaire, em que ele aponta a difusão do ópio por toda a Inglaterra,

Eles são numerosos e em maior número do que podemos crer. São professores, filósofos, um lorde muito bem situado, um subsecretário de Estado; se casos tão numerosos, tomados na classe alta, chegaram ao conhecimento de um só indivíduo, ser ter procurado muito, imaginem que estatística terrível não poderíamos estabelecer sobre a população total da Inglaterra! Três farmacêuticos de Londres, apesar de estarem em bairros afastados, afirmaram (em 1821) que o número de amadores de ópio é enorme, e que a dificuldade de distinguir pessoas que o consomem como uma espécie de dieta, daqueles que o procuram com um objetivo culposo, constitui, para eles, fonte de confusão permanente. (Baudelaire, 1996, p.22).

As drogas naturais já haviam conquistado o mundo nesse período e desempenhado bem o seu papel na dinâmica do mercantilismo. Os ingleses já haviam utilizado o ópio para dominar o oriente, durante o monopólio inglês sobre o tráfico de ópio para a China. As exportações de ópio, pertencentes à coroa britânica, para a China atingiam valores exorbitantes, chegando a 10 mil toneladas, na segunda metade do século XVIII, com cifras na casa dos 20 milhões de libras esterlinas (DUARTE, 2005).

Os efeitos do consumo massivo de ópio preocupavam o governo chinês, não somente pelo déficit na balança de pagamentos – visto que a relação comercial entre os dois países se resumia, principalmente, na troca de dois produtos: chá (proveniente da China) e ópio (oriundo das Índias, colônia britânica) – mas também pelos efeitos nocivos que essa substância causava à população chinesa, aumentando a vadiagem e a violência nas regiões mais afetadas pelo consumo de ópio.

A ação do governo chinês foi implacável. De imediato já proibiram o consumo e o comércio de ópio no país, o que incitou a prática de contrabando dessa substância no território chinês. Visto que os comerciantes britânicos não respeitavam as decisões impostas, o governo chinês ordena a destruição de um depósito de ópio que pertencia à Companhia das Índias Ocidentais (pertencente à coroa inglesa). Esse ato não foi visto com bons olhos pelo governo britânico

que envia frotas de navios e soldados ao oriente, dando início a primeira Guerra do Ópio, em 1840, e posteriormente à segunda Guerra do Ópio, em 1956.

Após o fim das Guerras do Ópio, com a vitória da Inglaterra, essas imposições sobre a China se tornaram mais severas, tanto que o país asiático foi obrigado a se submeter ao domínio comercial da coroa inglesa, enfraquecendo o poder do imperador chinês mediante seu povo. A assinatura do Tratado de Nanquim celebra o fim da guerra entre os dois países e obriga China a ceder o território de Hong Kong para a Inglaterra, indenizar o país europeu, pelos prejuízos do embate, abrir os portos ao comércio europeu e norte americano e, além disso, o comércio de ópio foi readmitido no país oriental (DUARTE, 2005). Marx (1853) aponta as transformações políticas, culturais e até mesmo religiosas que ocorriam no território chinês por imposições comerciais dos britânicos, nesse período.

Precisamente as províncias meridionais onde irrompeu a revolta foram as mais afetadas. Necessário seria acrescentar que, à medida que o ópio estende o seu poder sobre os chineses, o Imperador e seu séquito de mandarins pedantes são, por seu lado, privados do poder? É como se a história devesse primeiro embriagar todo um povo, antes de poder arrancá-lo do seu torpor milenar. (Marx, 1853, p.02)

Esse controle dos países centrais sobre suas colônias não se restringiu apenas ao oriente, uma vez que o mesmo aconteceu nas Américas com os espanhóis, os povos locais e a expansão do consumo de folha de coca. Ainda que os espanhóis inicialmente não tivessem se apropriado da folha de coca para uso próprio ou para a comercialização, eles estavam cientes das qualidades medicinais e dos efeitos dessa planta no organismo humano. As propriedades estimulantes e anestésicas da coca foram fundamentais para a exploração espanhola nas américas. Os colonizadores contrariavam a própria igreja católica da época, que havia proibido o consumo da droga, alegando que esta era uma planta do diabo. Contudo, “os espanhóis constataram que os índios não conseguiam fazer o trabalho pesado sem o uso de coca. Mais tarde, em 1569, o rei Felipe II da Espanha declarou o ato de mascar a coca hábito essencial à saúde do índio” (BARRETO, 2011). Além disso, os escravos indígenas encontravam na folha de coca um suprimento à fome, ao cansaço e ao frio

intensificados com a escravidão, (CALVETE E SOUZA, 2017). Portanto, se no oriente a expansão do consumo de drogas ilícitas fora estimulado pelos ingleses, com o ópio, nas Américas, e posteriormente na Europa, esse estímulo se deu pelos espanhóis, com a folha de coca.

Não precisamos nos apoiar somente nas drogas consideradas, hoje, ilícitas para fundarmos nossa análise. O próprio álcool, que atualmente é um dos carros chefes da economia brasileira, por exemplo, foi importante subterfúgio da classe trabalhadora nos séculos XVIII e XIX. Quando Engels (2010) reporta sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, em várias passagens vemos a incidência do álcool sobre os trabalhadores, sobretudo entre os mais pobres, visto como a única forma de prazer e uma fuga da realidade:

Um pobre diabo como esse deve experimentar pelo menos um prazer qualquer; a sociedade o excluiu de todos, exceto um – o de ir beber aguardente à taberna. Para o irlandês, a aguardente é a única coisa que torna a vida digna de ser vivida; a aguardente e, claro, seu temperamento desleixado e jovial; eis por que se entrega à bebida até a mais completa embriaguez. (Engels, 2010, p.133).

A mesma referência, das drogas como um subterfúgio para os trabalhadores ingleses, podemos ver no O Capital livro I, quando Marx aponta a expansão do consumo de ópio na Inglaterra, na qual o referido autor ironiza a situação, afirmando ser a vingança indiana e chinesa sobre o colonialismo inglês. Contudo, sabemos que nem todo consumo de drogas nas sociedades pode ser considerado um instrumento de dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora. As propriedades das drogas naturais já vinham sendo exploradas pelas sociedades anteriores ao capitalismo. Chamamos atenção, no entanto, para como as drogas se tornaram, também, um meio de dominação do capital sobre o restante da população.

O tabaco³, embora não seja considerada uma droga ilícita na atualidade, também teve sua importância durante o mercantilismo, com os Estados Unidos abastecendo os portos ingleses com carregamentos dessa substância. Escohotado (1998) discute sobre a produção de tabaco nos Estados Unidos, ainda colônia inglesa, apontando os efeitos da produção sobre a população local

³ A classificação das drogas segue a determinação da Organização Mundial de Saúde (OMS) que as classifica em dois tipos: lícita ou ilícita. O tabaco é uma droga lícita com propriedades psicoativas que atuam diretamente no sistema nervoso cerebral e que seus efeitos não lhe permitem entrar em uma categoria específica das drogas (estimulantes, depressivas ou perturbadoras).

desde a degradação do solo até a escassez de alimentos para os trabalhadores e para as criações de animais domésticos. Porém, o consumo de tabaco não era bem visto pelo rei britânico, que chegou a dizer que “fumar é um costume repulsivo para os olhos, detestável para o olfato, daninho para o cérebro, perigoso para os pulmões”, (VERGARA E AQUINO, 2017, s/p). Contudo, as grandes cifras geradas pelo comércio de tabaco saltavam aos olhos do monarca britânico, a ponto de tapá-los diante dos fumantes,

De fato, o rei Jaime I repudiava, em 1613, o uso de uma substância cuja fumaça "evoca o horror de um inferno insuportável", no início daquele mesmo ano o capitão John Rolfe, marido da princesa Pocahontas, despacha o primeiro embarque de tabaco virgem de Jamestown para Londres. O monarca combina seu repúdio contra os fumantes com uma taxa por quintal métrico de carga recebida nos portos ingleses, o que logo se torna uma fonte formidável de renda. Um século depois, a Virgínia, com uma população de menos de 300.000 habitantes, produz 35 milhões de quilos de tabaco para mascar e fumar, o que significa - em peso - cinco vezes o total de ópio importado pela China no auge de seu conflito com a Inglaterra, para uma população de quinhentos milhões (Escohotado, 1998 p. 277) tradução própria.

Contudo, da mesma forma que o modo de produção capitalista se aperfeiçoava, as drogas também deveriam seguir a mesma tendência. Se a estrutura mercantilista se tornava obsoleta, em detrimento da industrialização e da produção em larga escala, o mercado das drogas também precisava se renovar. A revolução industrial foi importante para evoluir não só a produção manufatureira, transformando de produção manual em produção industrial, como também revolucionar a indústria farmacêutica. Os adventos da química, além de possibilitarem o surgimento de potentes armas bélicas nucleares, também foram importantes para destacarem os alcaloides⁴, possibilitando o isolamento e a extração das substâncias psicoativas das plantas naturais (CALVETE E SOUZA, 2017). No início do século XIX temos o surgimento da morfina, alcaloide extraído da planta papoula, isolada em 1804. Em seguida, surgiu a diacetilmorfina, derivada da morfina, em 1874, registrada com o nome de heroína, em 1898, e a cocaína aparece no final do mesmo século, a partir do isolamento do alcaloide da folha de coca (JANSEN 2007, CALVETE E SOUZA, 2017). Contudo, o

⁴ Os alcaloides são compostos de origem vegetal com propriedades medicinais e que podem causar dependência física e psíquica nos usuários, pois atuam como estimulantes do sistema nervoso central. Os adventos da indústria farmacêutica permitiram que os alcaloides pudessem até mesmo serem sintetizados em laboratórios.

consumo massivo das drogas só foi observado a partir dos anos 1970 e 1980 em diante.

A criação dessas novas substâncias não alterou em nada o papel que foi dado as drogas naturais pelo capitalismo. Elas continuam atuando como um instrumento de alienação, a fuga para os problemas sociais, a busca pelo prazer para a população, mas também na obtenção de lucros para a classe dominante, mas agora de forma mais eficiente e perversa.

A América Latina se degrada ao ver-se obrigada a integrar-se como abastecedora da importante população dos países desenvolvidos que recorre aos excitantes e calmantes artificiais para evadir-se da alienação laboral, da falta de horizontes sociais, ou da destrutiva competição hiperindividualista imposta pelo mercado (Coggiola, 1996, p. 47).

As novas drogas, passam a substituir as antigas na nova ótica do capitalismo, desempenhando a mesma dinâmica social e econômico de suas antecessoras, mas com algumas particularidades, como veremos adiante.

I. As drogas ilícitas e seus respectivos mercados:

Estudos⁵ realizados pela *United Nations Office on Drugs and Crimes* (UNODC) apontam que a maconha, a cocaína, as drogas sintéticas e os opiáceos são as principais drogas ilícitas produzidas e consumidas no mundo, atualmente, e, por esse fator, nos ateremos a estudá-las somente, neste trabalho. Deste modo, compreendendo o processo produtivo dessas substâncias, podemos inferir sobre os impactos do narcotráfico sobre as economias dos países nos quais predominam o modo de produção capitalista de mercadorias e suas respectivas produções de valor. Vale ressaltar que trataremos da produção pura de cada substância e desconsideraremos as adulterações no processo produtivo, pois entendemos que a imprecisão desses dados pode enviesar a nossa análise, que já é comprometida dado a ilegalidade deste setor.

⁵ Esses estudos se referem a diversos relatórios da UNODC, referentes aos anos de 2001 a 2017.

1. Cocaína

A cocaína é uma substância estimulante⁶ criada em meados do século XIX, a partir da folha de coca, planta típica dos países andinos, e era utilizada para fins medicinais em seus primórdios. Uma curiosidade sobre essa droga é que, de acordo com a Fundação Para um Mundo sem Drogas (2013), Sigmund Freud, ícone da psicanálise, era usuário da substância e a utilizava nos tratamentos de seus pacientes, sobretudo no combate a depressão e a impotência sexual. Outro fato curioso foi a utilização das folhas de coca na composição da nova bebida criada, em 1886, pelo farmacêutico John Pemberton, a Coca-Cola. Os efeitos de euforia e de prazer provocados nos usuários do refrigerante proporcionou uma maior popularidade da Coca-Cola. Contudo, esse ingrediente foi retirado de sua fórmula no início do século XX, quando seu consumo passou a ser proibido nos Estados Unidos.

O consumo de cocaína, sem prescrição médica, foi se popularizando a partir do século XX e sendo disseminada pelo mundo em meados do mesmo século. Atualmente sua produção se restringe basicamente aos países andinos, sobretudo na Colômbia, Peru e Bolívia. A estrutura produtiva do cloridrato de cocaína (a substância em sua forma pura) se divide nas seguintes etapas:

- a) Cultivo de matéria-prima: Plantações de folha de Coca, planta medicinal que ainda é muito utilizada pela população dos países andinos para suportar os efeitos da altitude.
- b) Laboratorial:
 - Transformação das folhas em pasta base: Nesse processo as folhas de coca são submetidas a produtos químicos, como cimento, gasolina, querosene, entre outros.
 - Refinaria: É a etapa final do processo, onde a pasta/base da coca tem o seu sal extraído (daí a cor branca da cocaína) e está pronta para o consumo.
- c) Transporte: Processo de condução da droga inter e intrarregional. O setor de transporte também atua como setor de comércio atacadista.
- d) Distribuição: Venda varejista para o consumidor final.

⁶ Segundo a OMS, “estimulantes” é uma das categorias das drogas que atuam acelerando o sistema nervoso central. Estimulam os músculos, os batimentos cardíacos, acelerando a pressão sanguínea e diminuem o apetite.

A produção da cocaína se dá a partir do refinamento da pasta-base, uma substância adquirida por meio do processamento da folha de coca. O cultivo de folhas de coca possui um ciclo trimestral, ou seja, rende 3 colheitas anualmente, em média. As safras são destinadas aos laboratórios, onde são submetidas a processos químicos de extração do alcaloide. O processo inclui amassar as folhas, lavá-las com gasolina e ácido sulfúrico e coar o líquido, restando apenas a pasta base sobre a peneira. Posteriormente, a pasta é destinada para outros estabelecimentos responsáveis pelo processo de refinaria. Posteriormente a pasta base é submetida a outros produtos químicos, como ácido sulfúrico, querosene e carbonato de sódio, por exemplo, para ser refinada e estará pronta para ser consumida.

De acordo com Kopp (1998), para se produzir 1kg de cocaína é necessário 1,2kg de base, ou 3kgs de pasta-base ou ainda 600kgs de folha de coca. Já o documentário *Drogas: Oferta e Demanda* (2020), aponta que é necessária 1 tonelada de folha de coca para se produzir 1kg de cocaína. Como mostra o *EU DRUG MARKETS REPORT* (2019), aperfeiçoamentos técnicos na produção permitem aos traficantes produzirem mais cocaína com menos matéria prima, em que basicamente com 1kg de base se produz 1kg de cocaína. Tomando como base o ano de 1993, de acordo com Kopp (1998), os países andinos: Peru, Bolívia e Colômbia, detinham a maior produção de cocaína do mundo. A Bolívia exportava cerca de 65% de sua pasta-base e o Peru 90%, principalmente para a Colômbia que, no mesmo ano, ocupava o primeiro lugar da produção mundial e se manteve nessa posição até os dias atuais. Em 2017, a Colômbia ainda detém o monopólio da produção de matéria prima (folha de coca), 70% da produção mundial, e do produto final (cocaína) 73,3%⁷, aproximadamente, da produção global (UNODC, 2019).

Vale ressaltar que a ilegalidade desse comércio nos impede de ter uma análise totalmente precisa acerca da qualidade, da quantidade e de como é produzida a droga que chega ao consumidor final. Relatos de jornais e revistas, como por exemplo o jornal *O Globo*, apontam que para obter maior rendimento, os produtores utilizam substâncias impróprias na composição da cocaína como, por exemplo, talco, cal, areia fina, pó de giz, entre outros.

⁷ Cálculo realizado por nós, a partir dos dados coletados da UNODC.

De acordo com o relatório anual de 2019 da UNODC, a estimativa sobre a fabricação ilícita global de cocaína alcançou o recorde de 1.976 toneladas em 2017, um aumento de 25% em relação ao ano anterior. Ainda de acordo com o mesmo relatório, a estimativa do número de indivíduos que fizeram uso dessa substância no ano anterior, 2016, foi de 18 milhões de pessoas no mundo inteiro. Colocando a cocaína em 4º lugar no ranking das drogas ilícitas mais consumidas do mundo.

O dinamismo está presente em todas as etapas do processo, interligando vários seguimentos produtivos, desde a utilização da terra, até os aparatos mais sofisticados na indústria farmacêutica (como uso de solventes químicos, por exemplo), e desde a força de trabalho braçal até a força de trabalho especializada. De acordo com a UNODC, em 2011, na Colômbia aproximadamente 80 mil famílias de fazendeiros dependiam do plantio ilícito da folha de coca para sobreviver. Cabe destacar que, no relatório divulgado, a maior parte dessas famílias não despunham de outra alternativa, a não ser a inserção no ramo ilegal, o retrato dessa situação se explicita no momento em que a UNODC, juntamente com o governo colombiano, em 2012, adotou um conjunto de medidas, desde políticas assistencialistas a políticas públicas, investindo em saúde, educação e renda. Uma das principais ações foi trabalhar em conjunto com as famílias formas de subsistência lícitas, alternativas ao cultivo ilícito da folha de coca. O resultado desse conjunto de medidas foi a redução na área de cultivo de coca, 48.000 hectares (ha) em relação ao ano anterior, 64.000 ha. O surgimento dessas políticas, em especial as que possuem participação dos governos, reforça a ideia de como o tráfico está relacionado diretamente com o crescimento da pobreza e da falta de oportunidades no mercado de trabalho formal.

Na Colômbia, país responsável pela produção de cerca de 1400 toneladas de cocaína, no ano de 2017, (UNODC, 2019), o narcotráfico tem um impacto de 10% no PIB total do país, cuja população corresponde a 60% de miseráveis, Jansen (2007). Ainda de acordo com o autor, a expansão do tráfico no território colombiano se deu mediante à crise do mercado externo, na década de 1980, culminou na queda dos preços dos produtos primários, sobretudo do café, levando a maior parte dos fazendeiros a migrarem sua produção para a

plantação de coca, fenômeno conhecido como narco-reciclagem das economias (Coggiola, 1996).

O escritor Norman Parker, em uma visita à Colômbia em 2001, apontou que muitas famílias de camponeses garantem o seu sustento a partir da produção da cocaína. Segundo ele, o cultivo das folhas é destinado à “cocina” (laboratório) onde sofrem o processo químico. Utilizando como exemplo o caso de um produtor colombiano específico, o autor nos traz o seguinte relato:

O fazendeiro nos contou que o plantio de coca era a única maneira que tinha de alimentar a família. Nenhuma outra lavoura era economicamente viável. Ele empregava 30 “raspachinos” (apanhadores de folha de coca), que trabalham 11 horas por dia, seis dias na semana, sendo que cada um recebe cerca de R\$ 24 por dia, incluindo alojamento e comida [...] O laboratório, ou “cocina”, era um armazém comprido, sem paredes divisórias ou laterais, com o teto suportado por seis vigas de concreto. O chão era forrado por dois grandes plásticos negros, dividindo o interior do laboratório em dois ambientes distintos. No primeiro, um trabalhador utilizava um aparador de grama para cortar um monte de folhas de coca, em pequenos pedaços. No segundo ambiente, outros trabalhadores jogavam cimento em pó sobre as folhas de coca, para em seguida misturá-las com gasolina, em grandes camburões. O resultado da mistura era a pasta de coca, um líquido branco, viscoso, que era então filtrado e tratado. (BBC Brasil, 2001).

Parker aponta, também, o esquema de corrupção por trás do processo de produção:

O fazendeiro disse que pagava um “imposto” aos paramilitares que controlam a área, equivalente a R\$ 55 por hectare, e que além disso pagava mais R\$ 180 por quilo de pasta de coca produzido, que por sua vez era vendida aos próprios paramilitares ao preço de R\$ 1.800 por quilo. (BBC Brasil, 2001).

Após esse processo no laboratório, evidenciado por Parker, a pasta de coca é então encaminhada para intermediários que vão refiná-la, tornando-a própria para consumo.

Dados mais atuais apontam que o cultivo de folha de coca, para a fabricação de cocaína, garante o sustento de mais de 82 mil famílias colombianas, isso sem considerarmos diretamente o processo de produção da cocaína (DROGAS..., 2020). Ainda de acordo com o referido documentário, sem possuírem condições de adquirirem seu próprio pedaço de terra privado, muitos desses fazendeiros se utilizam de terras públicas, sobretudo as mais escondidas, para fazerem suas colheitas. Os fazendeiros recebem 500 dólares

por tonelada de folha de coca produzida, quantia muito superior ao que receberiam caso cultivassem banana ou café. A fim de garantir uma rentabilidade maior, muitos fazendeiros de coca criam o seu próprio laboratório para transformar a folha de coca na pasta base, que custa em torno de 900 dólares por quilograma. Contudo, o cultivo de folha de coca é somente a ponta do iceberg no que diz respeito a economia da cocaína na Colômbia, representando apenas 9% de todo o negócio, enquanto a produção e o transporte da droga, propriamente dita, representariam a maior parcela desse mercado paralelo.

A cidade de Boaventura, na Colômbia, tem se tornado o principal foco de produção de cocaína no país. Com uma taxa de desemprego superior à 30%, quase metade da população (45%) sem acesso a água potável em casa e com 80% da população vivendo abaixo da linha da pobreza colombiana, os residentes de Boaventura veem no narcotráfico uma alternativa para obterem melhores condições financeiras. Crianças, a partir dos 10 anos, são contratadas pelos narcotraficantes para executarem tarefas consideradas simples, que variam desde a função de olheiro (vigiar a movimentação da polícia na área), até aviãozinho (transportador de pequenas remessas de droga). A baixa alternativa dos jovens periféricos dessa cidade, não lhes permitem grandes perspectivas para suas vidas, fato é que muitos almejam chegar ao posto de traficante quando adultos (DROGAS..., 2020).

O tráfico de drogas se torna a principal alternativa de sobrevivência da população de Boaventura. A cidade se tornou um atrativo para os narcotraficantes, visto que ali se encontra disponível uma alta oferta de mão de obra ociosa, alheia ao risco e disposta a trabalhar por preços baixos. Boaventura se transformou em uma espécie de fábrica de cocaína (DROGAS..., 2020).

Segundo o relatório da UNODC (2019), a maior parte da cocaína produzida nos países andinos, sobretudo na Colômbia, é consumida nos Estados Unidos e no continente Europeu. Ainda de acordo com o mesmo órgão, em 2017 o valor dólar/grama da cocaína na Europa era, em média, 82 e do quilo 41.731. Já nos Estados Unidos, o valor era de 96 dólares por grama e o quilo 28.000. Já o documentário Drogas – Oferta e Demanda (2020), aponta que 56kgs de cocaína, nos Estados Unidos, equivalem a 1,5 milhão de dólares, preço de atacado. No mercado varejista esse valor subiria para 4,6 milhões.

O alto controle e as políticas de combate dificultam a produção e transporte da droga para os mercados consumidores, encarecendo o produto final⁸. O elevado custo da cocaína torna o consumo pouco acessível aos padrões de renda mundial⁹. Devido aos elevados preços, o consumo de cocaína se restringe exclusivamente aos países centrais, sobretudo os Estados Unidos e o continente europeu. Toda essa relação entre produção, distribuição e precificação dos produtos enuncia uma parte da dinâmica do narcotráfico, em especial nos países Europeus e na América do Norte, que evidencia a lucratividade do setor. De acordo com os estudos divulgados pela *European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction* (EMCDDA, 2019), o tráfico de drogas foi responsável por movimentar, aproximadamente, 30 bilhões de euros no continente europeu, no ano de 2017, com a cocaína ocupando o segundo lugar, 31% (ou 9,1 bilhões de euros, ficando atrás apenas da cannabis (39%), e seguido pela heroína (25%).

O Relatório Europeu sobre Drogas: Tendências e evoluções, 2019, da EMCDDA, divulgou um estudo de 2017 sobre o consumo de drogas no continente europeu, revelando que no ano anterior, 2016, aproximadamente 4 milhões de pessoas consumiram cocaína e que 18 milhões de pessoas já fizeram uso ao longo da vida. Ou seja, aproximadamente, 22% das pessoas no mundo que usaram cocaína no ano de 2016, vivem na Europa.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, a pureza da cocaína que chega no continente aumentou, elevando também o preço do produto (ver figura 1). Uma das justificativas para esse aumento se dá pela ampliação dos meios de comunicação que tem facilitado o encontro entre fornecedores e compradores de drogas através de aplicativos. Dessa forma, não é mais necessário ter um ponto fixo para que o usuário chegue até o traficante, criando uma dinâmica digital para que ambos marquem encontros em locais variados ou até mesmo sejam realizadas “entregas domiciliares” da mercadoria, sem maiores complicações. Outro fator importante, proeminente também dos meios de comunicação que tem dificultado o monitoramento das entidades controladoras

⁸ Vide que, para a economia clássica e para a economia marxiana, os custos de produção são repassados ao consumidor final.

⁹ Os altos preços podem ser uma variável que explique a quarta posição da cocaína em relação ao consumo das demais drogas.

é a criptografia, ou seja, um conjunto de princípios e técnicas informacionais para cifrar, codificar, a escrita, tornando-a ininteligível para os que não tenham acesso aos contatos ou conversas compiladas. No mesmo relatório da EMCDDA, temos o destaque do processo de “uberização”¹⁰ do tráfico que levou a um aumento da competitividade do mercado varejista, uma vez que se tornou mais fácil traficar com menor risco de ser detido pelas forças do Estado. Um aumento no número de fornecedores também é um componente que infere sobre uma elevação do consumo, facilitando o acesso aos bens pretendidos.

Figura 1: Dados sobre a cocaína na Europa.



Fonte: Retirada do EU Drug Markets Report, 2019, realizado pela EMCDDA.

Se por um lado temos uma expansão do consumo no continente mais rico do planeta, no mais pobre observa-se o contrário. Segundo o relatório de 2019 da UNODC, o continente africano, mais pobre do globo, apresentou uma queda no consumo de cocaína em 2017, apresentando uma taxa de 0,2%, comparada à de 2016, que obteve o índice de 0,5%. A relação do número de usuários também apresentou queda, analisando o mesmo período, apresentando 1,3 milhão, em 2017, em comparação com os 3,2 milhões em 2016. Levando em consideração a situação econômica do continente em questão, bem como de sua população, atingindo níveis de pobreza extrema, e a queda no consumo

¹⁰ Termo utilizado pelo relatório europeu, referente à modificação estrutural do trabalho, também chamado de “economia compartilhada”, garantindo “autonomia, comodidade e segurança ao trabalhador e ao usuário”.

pode-se inferir que a cocaína é uma droga destinada a um público de maior poder aquisitivo, com alto valor de mercado e com um público consumidor bem restrito e específico.

Para finalizar nossa análise acerca do processo de mercado da cocaína, cabe destacar o *crack*. Sendo um subproduto da cocaína, o *crack* possui um valor muito abaixo da sua primordial, sendo acessível à população mais pobre e com efeitos muito mais nocivos à saúde de quem o ingere e com um poder viciante muito superior a qualquer outra droga oriunda da folha de coca, podendo comprometer a vida dos usuários. Porém, como já foi ressaltado, para o capitalismo o lucro vem acima de qualquer outro fator, até mesmo a integridade física humana.

Os primeiros relatos sobre o uso dessa substância começaram a surgir no começo da década de 1980, como uma alternativa à cocaína, que apresentava preços muito elevados e, por isso, tinha pouca demanda. Inicialmente, os traficantes tinham em mente criar uma droga que fosse mais popular, com baixo custo e que fosse acessível à população mais pobre. Contudo, as notícias da nova substância se espalharam e a droga passou a se diversificar entre as demais camadas sociais. Se por um lado a cocaína, no Brasil, no final dos anos 1980, custava em torno de 30 a 50 reais, o crack custava em torno de 5 a 10 reais, (NONNENMACHER, 2013). A substância vem a ser o que Henman (2008) vai chamar de “um Mcdonalds do mundo marginal”, devido a sua popularidade, o seu baixo preço de mercado e os seus efeitos nocivos à saúde.

O tráfico de crack proporcionou lucros exorbitantes para os traficantes após sua implementação no mercado. Estima-se que, em 2019, só na cidade de São Paulo, no Brasil, o comércio ilegal dessa droga foi responsável por movimentar 9,7 milhões de reais ou, aproximadamente, 2,3 milhões de dólares mensais. Esse número é superior ao montante médio mensal aplicado pela gestão do atual prefeito da mesma cidade que possui o valor de 7,3 milhões¹¹.

O crack pode ser produzido a partir do resíduo da cocaína, o refugo, o que sobrou do seu processo de fabricação, ou simplesmente a própria pasta base,

¹¹ De acordo com a reportagem da Folha de São Paulo que pode ser visualizada através do link: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/trafico-de-drogas-arrecada-r-97-milhoes-por-mes-na-cracolandia-de-sao-paulo.shtml>, acessado em 05/02/2020.

sem ser refinada. Ele é vendido em formas de pequenas pedras¹² e é consumido através da queima da substância e a inalação de sua fumaça. O processo de refinamento da cocaína é muito caro, pois necessita-se de uma gama de compostos químicos para o processo e de alocar um contingente de trabalhadores para a sua execução. Deste modo, poderíamos classificar o crack como o primo pobre da cocaína, visto que a substância seria a cocaína na sua forma mais pura, a pasta base, antes de se realizar o processo de refinamento, ou simplesmente o que resta do processo de fabricação da cocaína, o que o torna menos dispendioso para o traficante e para o consumidor também. Contudo, a inserção do comércio de crack na sociedade não surtiu o retorno esperado pelo narcotráfico. A potencialidade dessa droga era muito superior à da cocaína, e seus efeitos sobre os usuários foram devastadores, o que levou os próprios traficantes a proibirem o tráfico de crack em alguns lugares, como por exemplo nos Estados Unidos, nos anos 1980, que restringiam o comércio de *crack* às comunidades negras (WEBB, 1999)¹³. Portanto, por mais que inicialmente o *crack* tenha sido criado para se tornar um bem substituto¹⁴ à cocaína, por ser mais barato, não há elementos suficientes que comprovem que os usuários oscilam entre o consumo de cocaína e o consumo de *crack*, mediante alterações no preço de tais substâncias. Acreditamos, portanto, que ambos os mercados consumidores são independentes entre si.

Com o correr dos anos, os traficantes precisaram mudar a composição química do *crack*, ou refazer a fórmula, uma vez que estavam perdendo a sua clientela, para não ter que abdicar desse novo negócio com um potencial lucrativo. As pedras eram extremamente químicas, o que permitia um efeito mais rápido ao sistema nervoso central, mas também muito mais nocivo, podendo causar até mesmo a morte dos usuários.

¹² Esse fator é um dos responsáveis por dar vida e justificativa ao nome popular da droga, conhecida por usuários e traficantes como “pedra”, nomenclatura simbolizante para o crack.

¹³ O tráfico de drogas incide mais diretamente sobre as comunidades periféricas das sociedades capitalistas, visto que estas compõem um percentual da população excluído do mercado de trabalho formal. Essas comunidades são, em sua maioria, marcadas pela predominância da população negra, o que nos leva a indagar sobre o impacto do narcotráfico sobre as comunidades negras periféricas. Essa discussão sobre o racismo e o narcotráfico não será discutida aqui, pois compreendemos que esse assunto é de extrema importância para a sociedade e carece de uma análise mais aprofundada, enquanto nosso enfoque, aqui, será sobre a relação do narcotráfico com a economia capitalista.

¹⁴ “Os bens substitutos são aqueles tipicamente usados um no lugar do outro” (MANKIWI, 2016). Os bens substitutos proporcionam a mesma satisfação para os consumidores, portanto o que determina o consumo de um bem em detrimento ao outro seria basicamente os preços desses produtos.

Estima-se que o *crack* vicia 8 vezes mais rápido o usuário do que a cocaína (NONNENMACHER 2013). Os efeitos dessa droga são mais intensos, imediatos, mas, por outro lado, passageiros. Isso faz com que os usuários consumam muito mais *crack* em um curto período de tempo, aumentando as chances de o usuário sofrer de uma overdose. Por este fator, a demanda por essa droga é muito mais elevada, ainda mais somada ao baixo preço. Diante desse fato, o *crack* passou a ser um ótimo aliado da burguesia para conter alguns levantes populares como, por exemplo, durante os anos 1980, nos Estados Unidos, o *crack* foi uma poderosa arma que ajudou a desmobilizar o movimento dos Panteras Negras (WEBB 1999).

2. Drogas Sintéticas

As drogas sintéticas possuem esse nome pois não são provenientes diretamente de nenhum elemento natural, como por exemplo, a cocaína (oriunda da folha de coca), a maconha (da planta *cannabis*) e a heroína (da papoula), são fabricadas em laboratórios a partir de outras substâncias químicas psicoativas. Dentre as mais conhecidas comercializadas no mundo, atualmente, estão o ecstasy (MDMA, MDA, MDEA)¹⁵, a anfetamina/metanfetamina e o LSD. A criação das drogas sintéticas representa um marco para a indústria das drogas ilícitas em termos de progressos técnicos da indústria farmacêutica.

Para produzir as drogas semissintéticas era necessário extrair o alcaloide das plantas por meio de procedimentos químicos, enquanto as drogas sintéticas encurtam esse processo, visto que os alcaloides serão produzidos diretamente nos laboratórios, sem a necessidade da matéria-prima, a droga natural. As drogas sintéticas, assim como as demais drogas semissintéticas, foram desenvolvidas com a finalidade de atender as demandas medicinais, tratamentos psiquiátricos, sobretudo com pacientes que sofreram experiências traumáticas. Contudo, observou-se que essas substâncias possuíam propriedades semelhantes às drogas semissintéticas já existentes, além de um alto poder de causar dependência química e emocional nos seus pacientes. Com isso, a maioria dessas drogas, que hoje se encontram à margem da sociedade,

¹⁵ Segundo a UNODC, são todos “tipos de ecstasy” o que muda são suas composições químicas.

são medicações que foram descartadas pela comunidade médica e se transformaram em substâncias entorpecentes ilícitas.

As drogas sintéticas são atualmente as drogas mais populares entre os jovens por serem consideradas as “drogas de balada”. Já foram, inclusive, classificadas como “o mais próximo do prazer que a química pode oferecer” podendo ser denominadas como as drogas da moda nos anos 1980, (FUNDAÇÃO..., s/a). As drogas sintéticas possuem até mesmo músicas que referenciam aos efeitos prazerosos da ingestão das mesmas como, por exemplo, “*I took a pill in Ibiza*” (2006), “*Puro êxtase*” (1998), “*Lucy in the Sky with Diamonds*” (1967)¹⁶ e “*Michael Douglas*” (2016). O que pode contribuir para a romanização e difusão dessas drogas entre o público mais jovem.

O mercado das drogas sintéticas é o que mais apresenta tendências de crescimento entre as demais drogas. Segundo a UNODC, atualmente o narcotráfico tem trabalhado na produção de substâncias sintéticas capazes de proporcionarem o mesmo efeito das drogas naturais e semissintéticas. Com isso, estima-se não ser mais necessário, ou menos necessário, a produção de matéria prima (drogas naturais), o que dificultará ainda mais o controle das entidades de combate ao narcotráfico e facilitará a circulação e produção das drogas no mundo.

Segundo o *Global Smart Update*, da UNODC, a produção das drogas sintéticas é bem mais simples e prática que as demais drogas, podendo variar desde pequenos laboratórios, também conhecido como *kitchen* (cozinha), produzindo em pequenas escalas, normalmente destinados ao mercado interno, até grandes laboratórios que produzem em larga escala, voltados para o tráfico internacional.

O cultivo de drogas naturais, essenciais para a produção das drogas semissintéticas, demandam grandes porções de terra e, por esta razão, grandes plantações podem ser vistas do céu, a partir do monitoramento aéreo, o que facilita a destruição das safras, ao contrário das drogas sintéticas que podem ser produzidas em laboratórios camuflados.

¹⁶ Mesmo não sendo comprovado pelos autores, acredita-se que faz referência à LSD, pelas iniciais Lucy (L), Sky (S), Diamonds (D).

Ainda de acordo com os relatórios da UNODC sobre as drogas sintéticas, essas substâncias vêm se expandindo cada vez mais pelo território mundial. Pela sua facilidade de produção, comparado as drogas de matrizes naturais, acabam se tornam bens substitutos às drogas semissintéticas como a cocaína, a heroína e até mesmo a maconha, por exemplo. Sua produção não demanda grandes proporções de terra para o cultivo de plantas, não há custos com irrigação do solo, colheita e independem de condições climáticas para a sua fabricação. Além disso, as instalações laboratoriais podem ser localizadas no interior das próprias residências, e até mesmo nos grandes centros urbanos, o que reduz o tempo de deslocamento e os altos investimentos com transporte. Essa facilidade permite até mesmo uma maior concorrência entre os produtores dessa droga, fazendo com que mais indivíduos adentrem mais facilmente no ramo, o que possibilita uma contração nos preços das mercadorias produzidas. Alguns traficantes se utilizam de outras substâncias químicas para adulterar a composição das drogas sintéticas e fazê-las renderem mais, a um menor custo. Estima-se que o tráfico consegue uma lucratividade de 300% na comercialização das drogas sintéticas, (DROGAS..., 2020).

As drogas sintéticas possuem um valor de mercado mais baixo e atuam no sistema nervoso central de forma bem similar às tradicionais. Além disso, o acesso a essas drogas é muito mais fácil quando comparado às demais. O transporte dessas substâncias possui menor risco, pois a detecção dessas substâncias, devido a sua composição e estrutura física, é mais imprecisa. Muitos traficantes se utilizam da internet e, até mesmo, do sistema público dos correios para entregar as substâncias ao consumidor, o que lhes permite, também, uma redução nos custos com transporte (DROGAS..., 2020).

O comércio de drogas sintéticas se utiliza da internet como principal veículo de comunicação entre usuário e fornecedor. Existem sites, conhecidos como *darkweb*, ou *darknet*, que podem ser compreendidos como um mercado negro da internet, que atuam como qualquer outro site de comércio eletrônico como o *Walmart*, Mercado Livre e a *Amazon*, só que no fornecimento de drogas sintéticas, e outras drogas, e em uma rede alternativa. De acordo com o relatório da UNODC, 2019, a principal vantagem dessa *darkweb* é justamente preservar o anonimato, tanto dos consumidores quanto dos fornecedores em suas transações. Os sites são extremamente confiáveis, seguros e se utilizam até de

criptomoedas nas transações. Além disso, o site fornece avaliações de usuários e os fornecedores são classificados por estrelas, fortalecendo a confiabilidade dos vendedores. Devido aos avanços da internet, a facilidade de se montar um site permite que mesmo que os órgãos de fiscalização e controle fechem os *websites*, outros se abrem com as mesmas funções e em um curto espaço de tempo. Isso faz com que a segurança pública encontre dificuldades para rastrear os sites e tirá-los definitivamente do ar (UNODC, 2019). Ainda de acordo com o referido relatório, o serviço de inteligência europeu, Europol, identificou e fechou, em 2017, três websites responsáveis por 87% das atividades do mercado negro das drogas ilícitas, que seriam o *AlphaBay*, o *Russian Anonymous Market place (RAMP)* e o *Hansa*.

A internet possibilitou uma integração ampliada entre os usuários e fornecedores do mundo inteiro. Estima-se que o mercado das drogas sintéticas, atrelado aos *websites* clandestinos, permite que a droga sintética se movimente entre os países muito facilmente e com alta dificuldade para ser rastreada, além de tornar o mercado mais competitivo e baratear a mercadoria pretendida. Muitas dessas substâncias são encaminhadas em correspondências simples, utilizando-se dos correios, para a casa dos usuários o que torna, também, o fornecimento menos dispendioso e mais seguro (DROGAS..., 2020).

Segundo os relatórios da UNODC, e os estudos realizados acerca deste tema, admite-se que a análise sobre o crescente consumo desse tipo de droga é um tanto quanto enviesada, pois podem se confundir com o uso medicinal, em outras palavras, com o uso de remédios prescritos por médicos.

2.1 Estimulantes do Tipo Anfetamina (ATS)

As ATS (*amphetamine-type stimulants*) são estimulantes do tipo anfetamina e remédios prescritos e englobam a categoria das drogas estimulantes. De acordo com o relatório de 2019 da UNODC, estima-se que, em 2016, 29 milhões de pessoas, entre 15-64 anos, utilizaram ATS o que corresponde a 0,6% da população global.

A metanfetamina foi sintetizada em 1893 para ajudar os trabalhadores japoneses a suportarem as intensas jornadas de trabalho nas fábricas. Também

foi muito utilizada para estimular os soldados, dos dois lados, durante a segunda guerra mundial. No Mianmar, a metanfetamina foi muito utilizada em crianças soldados, durante o período da ditadura no país, tornando-as mais resistentes fisicamente e psicologicamente, além de estimular o raciocínio rápido e elevar a confiança do usuário (METANFETAMINA..., 2018). Com o passar dos anos, a metanfetamina foi destinada a tratamentos de depressão, asma e perda de peso. Contudo, após a comunidade médica reconhecer o potencial aditivo da substância, causando dependência química no usuário, ela foi tornada ilegal em 1970.

Atualmente a droga continua sendo produzida e consumida, mas de forma clandestina. O consumo dessa substância é muito comum entre os jovens e estudantes, pois quando ingerida em pequenas proporções elevam a capacidade cognitiva do usuário, possibilitando uma maior concentração e foco nos estudos. Contudo, se consumida em dosagens elevadas podem alterar a frequência cardíaca, alterações de personalidade e aumento da pressão sanguínea (DROGAS..., 2020).

No Brasil, essa droga é conhecida como *speed* ou cristal, devido a sua aparência ser semelhante a um cristal rosado. Ele pode ser consumido na forma de comprimidos, nos quais os usuários ingerem por via oral e os efeitos atingem o cérebro em torno de 20-30 minutos, aproximadamente. Outra forma de consumi-la é através do fumo, no qual inclui a queima do comprimido e a inalação da fumaça produzida, atingindo o cérebro em, aproximadamente, 13 segundos (DROGAS..., 2020).

A produção de anfetamina é atualmente dominada pelos laboratórios de metanfetamina, que atuam na ilegalidade, e a localização desses estabelecimentos é difícil de ser encontrada, pois, diferente das demais drogas naturais e semissintéticas, não necessitam de grandes espaços para plantações de matéria prima e processamentos, podendo concentrar a sua produção em numerosos, porém pequenos, laboratórios clandestinos (UNODC, 2019).

Apesar da dificuldade em localizar a produção, a UNODC informou que a apreensão de ATS aumentou significativamente nas últimas duas décadas, cerca de 36.000 laboratórios clandestinos foram fechados entre os anos de 2013-2017. Por outro lado, a produção dessas drogas nas últimas décadas teve um crescimento exponencial, a anfetamina e o ecstasy dobraram, enquanto a

metanfetamina quintuplicou. O que nos leva a questionar que o aumento das apreensões pode ser explicado justamente pelo aumento da oferta e, talvez, não por uma maior efetividade dos órgãos de combate.

Em 2017, as apreensões de anfetamina somaram 58 toneladas, enquanto as de metanfetamina foram de 185 toneladas. Segundo o relatório de 2019, a produção lícita dessas drogas foi de 18,5 toneladas de ATS e apenas 0,9 toneladas de metanfetamina, o que nos leva a crer que o abastecimento do mercado ilegal dessas drogas realmente provém, principalmente, de laboratórios clandestinos e não de contrabandos dos laboratórios formais. Ainda de acordo com o mesmo trabalho referido, estima-se que a crescente produção de anfetamina é uma resposta ao crescimento do consumo e tráfico da metanfetamina.

Os principais produtores de metanfetamina se localizam no México e no sudeste asiático, mais precisamente no Mianmar, sendo este, atualmente, o maior produtor de metanfetaminas do mundo. O país norte americano ocupa a segunda posição da produção mundial. Em 2018, a produção mexicana foi de 215 toneladas da substância, enquanto o Mianmar produziu 250 toneladas, no mesmo ano. O país asiático produz um tipo de metanfetamina específico da região, cuja composição química se difere da original, pois há adição de cafeína, e recebeu o nome de *yaba*. Estima-se que o contrabando de metanfetamina na região gira em torno dos 16,5 bilhões de dólares, por ano, e sua produção anual é de, aproximadamente, 2 bilhões de comprimidos, superior à produção de *bigmacs* no Mcdonalds. Um laboratório de metanfetamina é capaz de produzir, aproximadamente, 10 mil pílulas por hora, o que torna sua linha de montagem muito eficaz, (DROGAS..., 2020).

Os laboratórios produtores de drogas sintéticas, no Mianmar, se localizam principalmente em matas fechadas, inacessíveis para carros ou qualquer outro veículo automotor. Os traficantes se utilizam, principalmente de animais de tração, como mulas e burros, para transportar suas mercadorias até a estrada mais próxima.

O preço da *yaba*, no Mianmar, varia de 2 a 6 dólares nas ruas. É um preço relativamente baixo, quando comparada com outras substâncias entorpecentes ilícitas. Devido ao seu baixo preço, o consumo se popularizou muito entre a massa da sociedade, sobretudo os trabalhadores braçais, que demandam

energia extra para aguentarem as intensas jornadas de trabalho. A metanfetamina vem se tornando o subterfúgio dos trabalhadores no país asiático (DROGAS..., 2020). Ainda de acordo com o referido documentário, a produção de *yaba* é descentralizada, ou seja, são muitos pequenos produtores produzindo a mesma substância, o que intensifica a competitividade entre eles e contribuem para uma redução do preço da mercadoria. Contudo, o mercado consumidor de metanfetaminas não se restringe somente ao interior do Mianmar. Acredita-se que o comércio ilegal da droga vem tomando proporções cada vez maiores e se expandindo entre vários continentes.

Os inúmeros conflitos étnicos no país asiático, contribuem para uma instabilidade política e econômica no Mianmar. O Estado passa a ter outras preocupações e dar pouca ênfase para a questão do tráfico de drogas, reduzindo as políticas de combate e até mesmo o seu monitoramento. A proximidade com a China, uma das maiores, senão a maior, economia do mundo, atualmente, e da Oceania tornam o Mianmar um atrativo para a produção industrial de drogas ilícitas, fato é que o Mianmar tem se tornado o principal fornecedor de metanfetaminas para continente em questão (DROGAS..., 2020). Ainda de acordo com o referido documentário, acredita-se que haja o envolvimento de vários agentes da fiscalização com narcotraficantes, flexibilizando o controle portuário e das fronteiras territoriais, permitindo que as mercadorias transitem para fora do país sem embargos.

A metanfetamina vem se tornando uma moeda de troca entre os pequenos produtores agrícolas e os comerciantes locais. Os produtores ao venderem suas colheitas para os comerciantes feirantes recebem uma parte do pagamento em metanfetamina e outra parte em dinheiro. Essa prática, que vem se tornando popular entre os países, grandes produtores de drogas ilícitas, é uma estratégia de ampliar o mercado consumidor de metanfetamina na região. As famílias são forçadas a se tornarem traficantes da droga, pois necessitam do dinheiro para adquirirem os recursos necessários para sua sobrevivência (DROGAS..., 2020).

Mesmo que a maior parte da produção se concentre no sudeste asiático, a política de combate a essas drogas foi mais incisiva na América do Norte. De acordo com a UNODC, 2019, a maior parte das apreensões de metanfetaminas e destruições de laboratórios produtores da droga, registrados em todo o mundo,

ocorreram no norte do continente americano (cerca de 90% dos laboratórios destruídos). Em primeiro lugar aparece os Estados Unidos, seguido por México e Canadá. Só em 2017 os EUA relataram o fechamento de 3.036 laboratórios de metanfetamina. O leste e sudoeste asiático também se destacam no número de apreensões dessas substâncias. Os relatórios informam que 49% da metanfetamina apreendida no mundo, ocorreu na América do Norte, enquanto o leste e sudeste asiático tiveram 42% das drogas apreendidas. O resto do mundo divide os 9% restantes. Somente no ano de 2018 foram apreendidas 700 milhões de pílulas no Mianmar. A estimativa é que esse montante não atinge nem 10% da produção total do país. Contudo, dos 29 milhões de pessoas que fizeram uso desse tipo de substância em 2017, 2,1% se encontravam na América do Norte e 1,3% na Oceania. Aproximadamente 17 milhões de pessoas fazem uso de metanfetamina birmanesa¹⁷, entre o sudeste asiático e a Oceania, por ano.

Uma possível explicação para a Europa não entrar nesse ranking é o fato de ser um continente “velho”, ou seja, com uma população idosa superior a população jovem, e como estamos tratando de uma “droga de jovens”, é coerente o consumo dessas substâncias não ser muito disseminado no continente europeu.

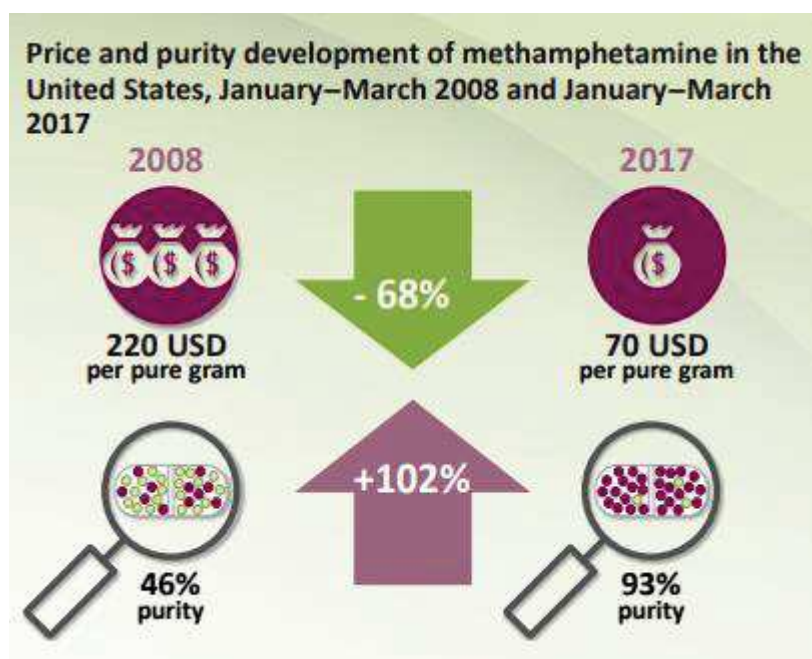
Na Europa o estudo realizado pelo Relatório Europeu sobre Drogas aponta que, no ano de 2016, 1,7 milhões de pessoas (entre 15-64 anos) fizeram uso de anfetamina, e só entre os jovens (entre 15-34 anos) foram 1,2 milhões, demonstrando que o consumo dessa droga é realmente mais comum entre os jovens. De acordo com o mesmo relatório, estima-se que o mercado de metanfetamina também apresenta crescimento no continente, sobretudo nos países mais pobres da união europeia.

A expansão da produção das drogas sintéticas culminou em uma melhoria na qualidade, em termos de pureza, e uma redução dos preços, permitindo uma maior facilidade em adquirir esses produtos, possibilitando, também, um aumento da competitividade no ramo. Como aponta o *Global Smart Update*, nos últimos 10 anos, de 2008-2017, a produção de ATS passou de 60 toneladas, por ano, para 261 toneladas, enquanto a metanfetamina apresentou um aumento na

¹⁷ Este é um termo muito utilizado ainda para se referir ao Mianmar, fazendo referência à antiga Birmânia, como era conhecido o país asiático antes do regime militar modificá-lo, em 1989.

produção de 25 toneladas, em 2008, para 185 toneladas, em 2017¹⁸. O preço desta última também apresentou uma expressiva queda e uma melhoria na qualidade do produto ofertado. Em 2008 a metanfetamina custava 220 dólares (USD)/grama g) e passou a custar 70 USD/g em 2017. A pureza passou de 49%, em 2008, para 93% em 2017. Como mostra a figura 2.

Figura 2: Preço e pureza da metanfetamina apreendida nos Estados Unidos de Janeiro a Março de 2008 e Janeiro a Março de 2017.



Fonte: Retirado do Global Smart Update 2017.

2.2 Ecstasy/Metilenodioximetanfetamina (MDMA)

O ecstasy, ou bala, como popularmente é conhecido, é considerado uma droga estimulante e se tornou muito comum em festas *raves*, por proporcionar um estímulo do sistema nervoso central, provocando um aumento energético, no qual o usuário conseguia ficar dias sem dormir, sob o efeito da droga. A criação dessa substância é datada no início do século XX e estima-se que em 2017 cerca de 21 milhões de pessoas utilizaram ecstasy ao menos uma vez. A Fundação para um mundo sem drogas define a origem do ecstasy da seguinte forma:

¹⁸ Esses dados são estimados com base no número de apreensões de cada ano.

“O ecstasy foi originalmente desenvolvido pela companhia farmacêutica Merck em 1912. Na sua forma original, era conhecido como “MDMA”. O MDMA foi usado em 1953 pelo Exército dos Estados Unidos em testes psicológicos de guerra, e então ressurgiu nos anos 60 como medicamento de psicoterapia para “reduzir inibições” (ideias ou regras que tendem a fazer uma pessoa desistir de fazer alguma coisa). Mas foi só nos anos 70 que o MDMA começou a ser usado como droga de festa.” (FUNDAÇÃO..., s/a).

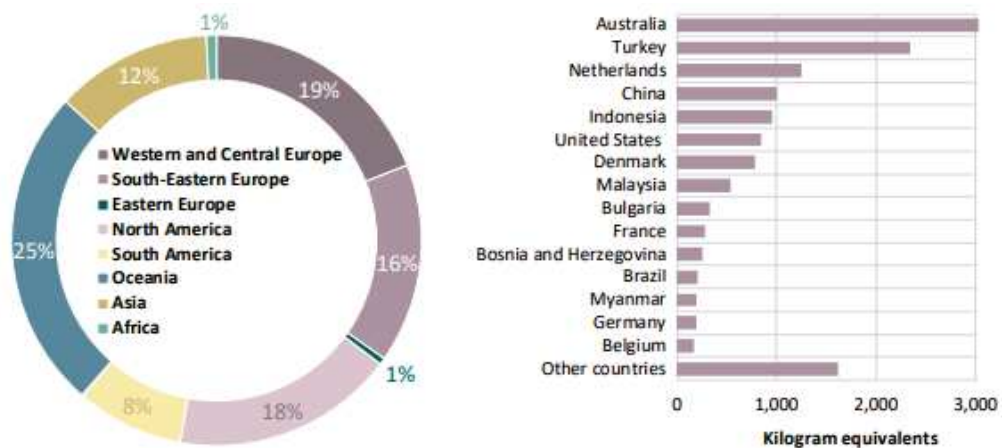
O metilenodioximetanfetamina (MDMA) se tornou tão popular que foi denominado de *ecstasy*, referência à palavra grega *Ekstasis* (transe). Contudo, também se tornou uma espécie de “marca”, possibilitando a comercialização de outras drogas sintéticas, vendidas com o nome *ecstasy*, que provocassem efeitos semelhantes, sem conter, porém, ou contendo pouquíssimas quantidades da referida substância. Fato é que uma boa parte dos usuários acreditam que existem 2 tipos de droga no mercado, que a MDMA é uma droga diferente do *ecstasy*, sendo que MDMA é a composição química e *ecstasy* é apenas o nome da droga. Porém, segundo estudos realizados pelas organizações de combate às drogas, a composição das “balas” ingeridas pouco, ou nada, tem da fórmula que originou a droga. O próprio MDMA já é nocivo para o organismo humano, entretanto, o que os traficantes de drogas fazem para obter maiores lucros é adulterar a composição original da droga com outras substâncias ainda mais prejudiciais à saúde dos usuários, que variam desde outras drogas, como o LSD, cocaína, heroína, anfetaminas e metanfetaminas, até veneno de rato, cafeína, vermífugos para cães entre outros, (FUNDAÇÃO..., s/a). Com o passar dos anos, mais precisamente nos últimos 10 anos, tem-se constatado uma melhora na qualidade da droga, possivelmente dado a expansão da produção do mercado de drogas sintéticas, favorecendo à concorrência entre os traficantes.

Analisando os dados do *Global Smart Update* (2017), captamos alterações consideráveis no mercado de *ecstasy* na última década, sobretudo na concentração das apreensões, na quantidade produzida e nos preços. Em 2008, o mercado consumidor¹⁹ era quase que hegemonicamente concentrado nas Américas, cerca de 64% das apreensões globais, seguido pela Europa (24%), Ásia (11%) e Oceania (1%). Contudo, em 2017 a Europa tomou a liderança das apreensões globais (46%), seguido pela Oceania (22%) e Américas (10%). Em

¹⁹ Levando em consideração o número de apreensões em cada continente.

termos de produção, em 2008 a quantidade de ecstasy apreendido foi de 8 toneladas, enquanto em 2017 esse valor subiu para 14 toneladas. Em termos de preços, ainda de acordo com o referido relatório, tivemos uma variação (em média) de 6,5 Euros/comprimido, em 2008, para 8 Euros/comprimido, em 2017. Nos Estados Unidos, cada MDMA custa de 30-40 dólares dependendo da região (DROGAS..., 2020). Já a pureza da droga (em média), quantidade de MDMA em miligramas (mg) encontrados em uma pílula, variou de 56 mg/pílula para 122 mg/pílula. A figura 3 ilustra melhor o quadro de apreensões de MDMA no mundo nos períodos de 2013-2017

Figura 3: Quantidade de “ecstasy” apreendido entre 2013-2017 por região e a quantidade apreendida por país em 2017, respectivamente.



Fonte: Retirada do *World Drug Reports*, 2019.

É importante salientar que os dados obtidos são aproximados, baseados nos números de apreensões, não sendo possível, portanto, mensurar a totalidade produzida ou consumida de maneira exata. Entretanto, como vimos na figura 3, a Austrália e a Turquia detêm o maior número de apreensões. O país euroasiático²⁰ é considerado a porta de entrada e saída dessa droga no continente. Os países mais pobres do globo, localizados nos continentes africano e sul-americano, são os menos expressivos nesse mercado. Somados, não atingem nem os 10% do número total de apreensões do mundo. Contudo, é importante destacar que o Brasil lidera as apreensões e o consumo de ecstasy

²⁰ Vale ressaltar que a Turquia está situada entre os dois continentes: Europa e Ásia.

na América do Sul, sendo o maior responsável pelos 8% de apreensões no continente.

2.3. Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD) e as novas substâncias psicoativas (NPS)

O LSD é uma droga sintética psicoativa, pois, como as demais sintéticas, é produzido em laboratórios a partir da junção de vários compostos químicos, e é classificado na categoria das drogas alucinógenas²¹. Assim como as demais drogas, o LSD foi desenvolvido para fins medicinais pelo cientista Albert Hofmann, mas devido aos seus efeitos alucinógenos, o medicamento foi descartado pela comunidade médica. Acredita-se que com uma pequena dosagem, 25 microgramas, é o suficiente para causar alucinações, e efeitos semelhantes ao da psicose, no usuário. Devido aos seus efeitos cerebrais, antes de sua proibição em tratamentos médicos, o LSD foi utilizado com fins psiquiátricos nos anos 40, 50 e 60. A partir dos anos 60 a droga se popularizou, na ilegalidade, sendo mais consumidas por jovens, sobretudo em festas, (FUNDAÇÃO..., 2013).

De acordo com a mesma fundação, o LSD chegou a ser visto como um potencial arma química, sob a justificativa de que os efeitos da substância eram capazes de destorcer a realidade de grupos de pessoas, até mesmo de soldados, podendo torna-los mais corajosos em uma batalha, uma vez que estes não teriam claro discernimento do que ocorria ao seu redor. Essa droga, assim como as demais, também é um poderoso instrumento de manobra da classe dominante, para evitar manifestações populares/sociais, visto que a droga anestesia o usuário e evita-o de pensar sobre os problemas reais, mas essa discussão deverá ser feita em outro momento, com as devidas considerações.

Popularmente, o LSD é mais conhecido como “ácido” e/ou “doce”, atualmente seu consumo ainda é mais restrito aos jovens, que normalmente fazem uso da substância em festas/baladas e seu consumo tornou-se mais popularizado a partir dos anos 90.

²¹ De acordo OMS, as drogas são classificadas como alucinógenas pois distorcem a percepção do usuário, induzindo a delírios ou alucinações. Geram uma sensação momentânea de bem-estar, aumentando a disposição física, mas podem causar uma alteração na noção de espaço e tempo e pode provocar suadouro no usuário.

Atualmente entidades de controle, como a UNODC, tem relatado o surgimento de novas drogas psicoativas com os efeitos semelhantes ao LSD, as NPS. Isso só demonstra o que já abordamos sobre como o capitalismo precisa estar sempre se renovando, criando ofertas e novas demandas. A tendência é que esse novo mercado ocupe o lugar das drogas ATS (a base de anfetamina). O principal alvo dos produtores dessas drogas são os jovens, entre 15-34 anos. Em 2014, a UNODC publicou uma notícia alegando o crescente consumo das drogas sintéticas, acreditando-se que este foi tão alto que chegou a alcançar ou até mesmo ultrapassar o consumo de cannabis (maconha) e de cocaína, em algumas partes das Américas do Sul e Central²².

O mercado de NPS tem-se apresentado como o mercado mais promissor entre os demais. A UNODC estima que entre os anos de 2008 e 2018 foram descobertos 891 tipos de NPS, sendo que metade destas foram relatados por países asiáticos (434). Dentre essas drogas, a estimativa é de que mais de 50% são canabinóides sintéticos, o que nos leva a crer que uma possível tendência é que as drogas sintéticas superarão as drogas naturais e as semissintéticas, no longo prazo.

3. Opiáceos.

Criadas a partir da derivação do ópio, a categoria dos opioides entra na classificação das drogas depressivas, (UNODC, 2014)²³. O termo opioides é uma palavra genérica que se refere tanto aos opiáceos quanto aos análogos sintéticos (UNODC, 2019). O ópio e a palha da papoula são as matérias-primas obtidas através da planta *Papaver somniferum* (ou papoula do oriente), da qual é possível o isolamento dos alcaloides naturais encontrados no ópio (ou suco) da papoula, dentre as mais conhecidas estão a morfina²⁴²⁵, codeína e tebaína

²² Informação retirada no site oficial das Nações Unidas das Américas. Disponível pelo link:

<https://nacoesunidas.org/novas-drogas-sinteticas-invadem-mercado-afirma-relatorio-da-onu/>

²³ De acordo com a OMS, as drogas depressivas são aquelas que deprimem o sistema nervoso central, causando redução do ritmo cardíaco e respiração, diminuição da coordenação motora e da força muscular, distorcem os sentidos e causam impotência sexual. Quanto maior o seu consumo, mais depressão causa.

²⁴ A título de curiosidade, são necessárias 22,5 toneladas de ópio para a produção de 2,4 toneladas de morfina.

²⁵ A morfina recebeu esse nome em homenagem a Morfeu, que na mitologia grega representa o Deus dos sonhos.

(ou paramorfina), bem como seus derivados semissintéticos, heroína, hidrocodona, oxicodona e buprenorfina²⁶. As drogas sintéticas a base de ópio, que também entram na categoria dos opioides, possuem ampla diversidade em sua composição química e seu uso se divide entre os usuários ilícitos e os com prescrição médica, visto que algumas dessas substâncias são utilizadas em tratamentos da dor causada por trauma, cirurgia e câncer²⁷. A maioria desses opioides, utilizados pela comunidade médica, estão sob controle da *Single Convention on Narcotic Drugs*²⁸ (ou Convenção Única sobre Entorpecentes), criada em 1961.

Assim como a maioria das drogas que hoje tem seu consumo e comercialização proibidos, inicialmente os opiáceos eram utilizados para o tratamento de dor de dente e tuberculose, isso no final do século XIX. Até os anos de 1990, os opiáceos ainda eram prescritos por médicos no tratamento de diversos tipos de dor, mas diante do seu forte potencial viciante, as drogas, medicações a base de ópio passaram a ser descartadas pela comunidade médica (DROGAS..., 2020).

A maioria dos opioides produzidos no mundo são de origem ilegal. Mesmo com todo o controle e das políticas de combate ao tráfico, dos governos e de organizações mundiais de combate a produção e o consumo ilícitos dessas drogas, essa supervisão e tentativa de administração dessas substâncias não surtem o efeito esperado. Atualmente, essa categoria ocupa o segundo lugar das drogas mais consumidas no mundo, perdendo apenas para a *cannabis*. Estima-se que, em 2017, 53 milhões de pessoas fizeram uso, ao menos uma vez, de uma dessas substâncias, dentre os quais 29,2 milhões alegam terem usado algum tipo de opiáceos (UNODC, 2019). A produção também apresenta uma larga escala de fabricação. Mensura-se que, em 2018, 345.800 hectares de terra foram destinados para a produção de papoula (matéria prima), o equivalente a 484.314 campos de futebol. No mesmo ano foram produzidas 7.790 toneladas de ópio, dos quais cerca de 1.225 a 1.525 toneladas foram consumidas como ópio, de 487 a 737 toneladas foram usados na produção de heroína e o restante foi utilizado na fabricação de outros opioides (UNODC, 2019).

²⁶ INCB 2019.

²⁷ Idem.

²⁸ Tratado internacional das Nações Unidas que visam o combate ao uso abusivo de drogas no mundo.

Estima-se que o ópio é atualmente produzido por 50 países em todo o globo terrestre, mas a produção de sua matéria prima, a papoula, se restringe quase que exclusivamente a 3 países México, Myanmar e Afeganistão, sendo este último aquele que detém a maior parcela da produção cerca de 97% da produção global. Dessa forma o Afeganistão passa a ser o responsável por abastecer o mercado consumidor da Europa e dos seus países vizinhos do continente asiático, enquanto o México e a Colômbia - que mesmo não estando entre os 3 maiores produtores, também se enquadra como um grande produtor dessa droga - atendem ao mercado dos Estados Unidos (UNODC, 2019).

A área destinada para a produção de papoula no Myanmar, país localizado ao sul da Ásia, com fronteiras entre a China e Tailândia, foi de 37.000 hectares de terra, aproximadamente, sendo considerado o segundo maior produtor mundial. Contudo, a produção de papoula e derivados no país vem perdendo força mediante a expansão da produção de metanfetamina (*yaba*). Como já destacamos, a produção de drogas sintéticas tem se tornado muito mais rentável e, por este fator, a produção de metanfetamina no Myanmar vem se sobressaindo à produção de opiáceos na região, por esta primeira apresentar maior custo-benefício do que a segunda. De todo modo, a produção de opiáceos ainda é muito forte na região, principalmente entre os pequenos produtores agrícolas.

Os dados do México sobre o ano de 2018 não foram disponibilizados, mas tomando como base os do ano anterior, de 2017, o país americano ocupa o terceiro lugar no ranking dos maiores produtores (UNODC, 2018). O Afeganistão aparece na primeira posição como o maior produtor de ópio do mundo. Para a produção de papoula, em 2017, foram destinados no país cerca de 328.000 hectares de terra, enquanto no ano seguinte esse número foi de 263.000 hectares, o que representa, aproximadamente, 76% da quantidade utilizada em todo o mundo para a mesma produção. A receita obtida com a produção atingiu uma cifra bilionária, rendendo 1,4 bilhões de dólares para os fazendeiros. Além disso, o país foi responsável, em números aproximados, por mais de 82% da produção global de ópio, atingindo um montante médio de 6400 toneladas de ópio, em 2018. O narcotráfico é tão forte no país que, em 2017, o tráfico de ópio e heroína foi responsável por movimentar uma média de 5,32 bilhões de dólares e estima-se que esse mercado ilegal é responsável, em média, por 8,5% do PIB

do país (UNODC, 2019). Já os dados do documentário *Drogas: Oferta e Demanda*, de 2020, aponta que o tráfico de opiáceos impacta em, aproximadamente, 30% do PIB afegão e emprega cerca de 600 mil trabalhadores.

De acordo com a *Southeast Asia Opium Survey*, em 2014 o crescimento econômico médio anual do sudeste asiático, para o referido ano, estava na casa dos 6,0%, sem levar em conta a participação do crime organizado na área. Estima-se que o narcotráfico movimenta cerca de 90 bilhões de dólares por ano na região, sendo o refinamento de heroína o principal combustível desse setor.

É difícil precisar acerca do mercado consumidor dos opiáceos no mundo, assim como as outras drogas, por trabalharem na ilegalidade. Os dados obtidos são relacionados as apreensões dessas substâncias, porém, mesmo que de forma reduzida, essas informações apresentam importantes números para possíveis análises sobre o consumo e produção dessas substâncias nos países.

Dessa forma, com base nesses elementos, estima-se que o consumo dessas drogas se restringe, em sua maior parte, aos países asiáticos. Os dados obtidos através do *World Drug Report 2019*, da UNODC, informam que a maior parte das apreensões de ópio foram no Irã (República Islâmica do Irã) com 630.551 quilogramas, seguido por Paquistão atingindo 39.995 quilogramas e Afeganistão com 7.031. Em relação a esses números as maiores apreensões de morfina foram em ordem de grandeza: no Afeganistão (63.275), Irã (15.073) e Paquistão (7.299). Enquanto os dados da heroína foram Paquistão (24.490), Irã (23.785) e Turquia (17.752). Isso demonstra que, embora não há comprovações se esses países são consumidores, produtores, ou simplesmente rotas para o tráfico, o mercado dessas drogas é bem regional, basicamente restrito ao território asiático, como demonstra de forma clara e explicativa a figura 4.

Figura 4: Distribuição de heroína e morfina apreendida no mundo em 2017 (total = 190 tons)

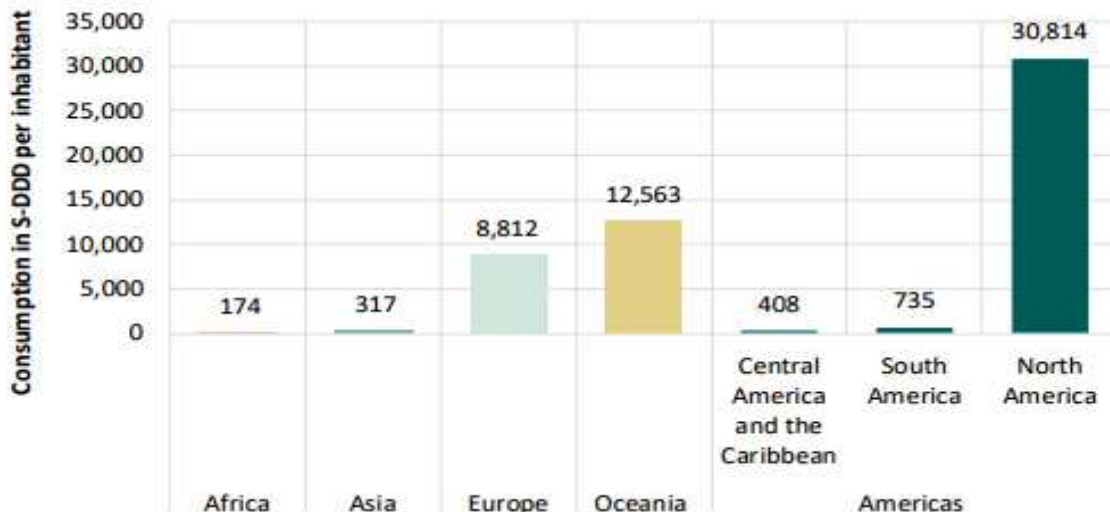


Fonte: Retirado do World Drug Report 2019.

Os Estados Unidos é o país das Américas que mais consomem essas drogas, sendo responsáveis por 85% da quantidade das substâncias apreendidas em todo continente americano, seguido por Colômbia, Equador, México, Canadá e Guatemala. Os maiores combatentes do narcotráfico estão sempre no topo do consumo de qualquer uma das drogas mais vendidas do mundo. Os Estados Unidos, líder das políticas de combate às drogas, é o quinto país que mais consome heroína no mundo. Por outro lado, o país norte americano também é o que mais consome opioides lícitos, como mostra a figura 5. Afim de melhor compreensão acerca do consumo de opioides lícitos, a UNODC classificou em nota:

O consumo é medido em termos de vendas no atacado, informados por médicos, farmácias e hospitais. Como determinado pela Convenção de 1961, um medicamento é considerado "consumido" quando é fornecido a qualquer pessoa ou empresa para distribuição no varejo, uso médico ou pesquisa científica (2019, p.12. Tradução própria).

Figura 5: Disponibilidade de opioides farmacêuticos para uso médico (em doses diárias por milhão de habitantes), média entre 2015-2017.



Fonte: Retirado do Word Drug Report 2019.

Como apontado pela figura 5, os principais países que se utilizam dos opioides para fins medicinais são os países de primeiro mundo. Um dos motivos para o consumo ser mais exclusivo dos países centrais, seria o alto preço dessa droga no mercado negro, superior ao da própria heroína. Os Estados Unidos é o líder em consumo de opioides no mundo, seja ilegal ou prescrito por médico, com 45,7 milhões de pessoas que fazem uso por dia de uma dessas substâncias, seguido por Canadá, 34 milhões e Alemanha, 30,5 milhões (DROGAS..., 2020).

De acordo com o documentário *Drogas: Oferta e Demanda*, de 2020, o alto consumo de opiáceos nos Estados Unidos foi provocado por uma medicação denominada de *OxyContin*²⁹. Ainda de acordo com o documentário, devido a um lobby se expandiu em proporções exorbitantes entre a indústria médica e foi parar nas ruas. Vale ressaltar que a própria comunidade médica se recusava a prescrever esse tipo de medicação, devido ao potencial viciante que a droga continha. Mas a pressão da empresa³⁰, com propagandas, suborno de médicos e alto investimento em profissionais (representantes farmacêuticos) que tratavam de convencer médicos e pacientes sobre as qualidades do *OxyContin*.

²⁹ Um analgésico potente de liberação prolongada

³⁰ A Purdue é a empresa estadunidense que desenvolveu o *OxyContin*. Ela havia desenvolvido um comprimido a base de morfina (*MS Contin*), muito utilizado no tratamento de pacientes com câncer. A empresa detinha a patente do medicamento, mas quando a vigência acabou, ela precisou desenvolver uma nova substância que fosse capaz de controlar o mercado e superar suas concorrentes, daí veio o *OxyContin*, em 1996 (DRGAS..., 2020).

O nível potencial de dependência que os opioides proporcionam nos usuários, faz com que esse tipo de medicação tenha uma saída muito alta, ou seja, seu consumo é muito elevado e o que torna o negócio altamente rentável para os produtores destas drogas. Fato é que, após a “crise”³¹ dos opioides nos EUA, muitas empresas farmacêuticas, fabricantes de medicações desse tipo, migraram para outros países (SZKLARZ E GARATTONI, 2017).

As propriedades dessa medicação são extremamente potentes e provocam no usuário a sensação de estar chapado, liberando substâncias no cérebro que proporcionem sensações de prazer e bem-estar. Seus efeitos no cérebro são semelhantes aos da heroína e, por este motivo, o *OxyContin* foi considerado a porta de entrada para o consumo abrupto de heroína no país. Os usuários dessa medicação adquiriam dependência química e física, levando-os a querer consumir cada vez mais. Contudo, o remédio só podia ser obtido por meio de prescrição médica, o que obrigou muitos usuários a procurarem o mercado negro, para adquirir a droga, ou migrar para o consumo de heroína, visto que os seus efeitos no cérebro são similares, além do preço desta ser mais baixo. Um comprimido à base de opioides custa em torno de 30 dólares, enquanto a heroína custa apenas 7 dólares, um usuário que consome 10 comprimidos por dia, gastaria 300 dólares somente com comprimidos (DROGAS..., 2020). A heroína se tornou o bem substituto dos comprimidos opioides legalizados.

3.1 Heroína.

Derivada da reação da morfina com o anidrido acético, a heroína foi sintetizada pela primeira vez na Alemanha, em 1874. A origem do seu nome deriva do alemão *heroich* que significa potente, energético. A heroína é considerada a principal droga derivada do ópio atualmente. Sua matriz é a morfina que, por sua vez, é fruto do processo de refino do ópio. Cada quilograma de ópio rende 100 gramas de heroína (GOUVERNEUR, 2002). Seu consumo é extremamente perigoso, visto que o grau de dependência que ela causa no organismo humano é muito elevado, sendo considerada três vezes mais potente

³¹ Destacamos a palavra crise, pois o consumo dessas substâncias não cessou, apenas sofreu uma leve freada, devido à uma forte pressão do Estado. O que se observou foi uma migração do consumo legal, para o consumo ilegal dessas substâncias nos EUA.

e viciante que a sua matriz, a morfina. Cientificamente, a heroína não possui qualquer benefício medicinal comprovado, sendo totalmente descartada para qualquer tipo de tratamento.

A heroína possui uma sensibilidade aos preços muito baixa. Por mais que o valor da mercadoria aumente, o consumo permanece inalterado, podendo até aumentar. Podemos considerar a heroína como um bem de Giffen³². O especialista da UNODC, Amado de Andres, aponta que essa prática de aumentar os preços é uma estratégia adotada pelos próprios narcotraficantes para expandir o consumo, visto que com a alta dos preços, alguns usuários deixam de ser somente usuários e passam a ser distribuidores de drogas, para sustentar seu vício. Com isso, estimulam o consumo de heroína para amigos e até mesmo familiares.

A produção de heroína é basicamente exclusiva dos narcotraficantes afegãos, como já destacamos acima, o país detém o monopólio da produção mundial dos opiáceos. O governo estadunidense já investiu mais 8 bilhões de dólares no Afeganistão para combater o tráfico de heroína no país. A distribuição, entretanto, ramifica-se entre demais países do globo, sobretudo entre os que se localizam no continente africano. Entre estes países, destaca-se o Quênia e a Tanzânia, que vêm se tornando as principais rotas de contrabando de heroína para o resto do mundo. Acredita-se que os inúmeros conflitos armados no oriente médio, região onde se localiza o Afeganistão, têm dificultado o transporte ilegal da droga até os Estados Unidos e o continente Europeu. Além disso, a guerra da Síria comprometeu a principal rota do tráfico, tornando-a muito perigosa e dispendiosa para os narcotraficantes, visto que a guerra resultou em uma crise imigratória da Síria para os países europeus, elevando o monitoramento e a segurança das fronteiras europeias com os países asiáticos. O alto monitoramento das forças de segurança nos países que compõem a região dos Balcãs, tem feito com que a rota do tráfico de heroína migrasse para África oriental, criando uma rota alternativa para transportar a droga até o seu destino (DROGAS..., 2020).

³² “Bem de Giffen um bem para o qual um aumento no preço provoca um aumento na quantidade demandada” (MANKIW, 2016).

A escolha dos países africanos não se deu ao acaso. A logística do continente, localizado no centro do globo terrestre, próximo a todos os demais continentes, somada à extrema pobreza, tornam a África a rota perfeita para o narcotráfico. Contudo, nem todo país africano atende as necessidades do tráfico. Países que possuem instabilidade política, passam por guerras civis e conflitos internos são descartados do negócio. O narcotráfico prioriza país que possuam uma estabilidade político e econômica e, de preferência, boas relações comerciais com outros países, além de boas instalações logísticas, como estradas, portos e aeroportos, para que não comprometa a mercadoria transportada. Essas premissas permitem que o narcotráfico consiga fazer acordos com lideranças locais, se instalar na região e criar um polo de distribuição para as demais partes do globo (DROGAS..., 2020).

O Quênia atende a todos os pré-requisitos do narcotráfico, fato é que o tráfico de heroína vem ganhando força no país. Exemplo disso é Kibera, região periférica da cidade de Nairóbi, no Quênia, onde o tráfico de heroína vem ganhando grandes proporções ao longo da segunda década do século XXI. A renda mensal em Kibera varia de 25-40 dólares mensais. Uma pequena dose de heroína custa, em média, 30 dólares. Logo, um traficante local tem um rendimento muito superior à população local, mesmo trabalhando com pequenas vendas (DROGAS..., 2020). Dito isso, podemos inferir, também, que o comércio de drogas na região de Kibera não se destina à população local, visto que o valor da heroína é muito superior ao seu poder aquisitivo. A maior parte das vendas dessas substâncias se destinam aos estrangeiros (turistas) e à população de classe média/alta da sociedade (DROGAS..., 2020).

A cidade de Mombaça, região litorânea do Quênia, possui o maior porto do país e um dos principais portos da África, responsável por receber a maior parte das mercadorias que são distribuídas para o resto do continente. Mombaça se tornou um epicentro do tráfico de heroína no continente africano, além de ser responsável por enviar remessas da droga para outros continentes, como a Europa, por exemplo. Contudo, o monitoramento elevado dos portos das grandes cidades impede uma maior rentabilidade para o narcotráfico. Práticas de suborno aos agentes de fiscalização e, até mesmo, autoridades locais, se tornam indispensável para transportar grandes quantidades da droga em containers dentro de navios. Fato é, que se acredita haver envolvimento de

políticos direta e indiretamente com o tráfico de drogas no Quênia (DROGAS..., 2020).

Uma das formas de burlar a fiscalização, evitando gastos extras com suborno ou até mesmo a apreensão das mercadorias, muitos traficantes se utilizam de mulas, que na linguagem deles são chamados de containers, pessoas pobres dispostas a qualquer tipo de serviço para saírem da condição de pobreza, mesmo que comprometa sua integridade física, sua saúde e até mesmo a própria vida. Esses trabalhadores são, normalmente, responsáveis por transportar a droga de um país para o outro no interior de seus corpos. Eles ingerem pequenas embalagens com pequenas dosagens da droga e evacua quando chega no destino final. Muitos desses trabalhadores carregam quantidades enormes dentro dos seus próprios organismos, tendo casos de indivíduos transportando quase 1 quilo de heroína dentro do próprio corpo. Qualquer erro na ingestão do produto, ou dano que a embalagem sofrer, pode levar a mula à morte por overdose. No Quênia, as mulas recebem cerca de mil dólares por cada 100 gramas de heroína que transportam. Em alguns casos o indivíduo recebe metade do valor antecipado e o restante após a droga chegar ao destino (DROGAS..., 2020).

4. Cannabis (maconha).

A mais popular e conhecida droga do mundo, atualmente, é a maconha. Derivada das plantas do tipo *Cannabis*, a maconha é considerada uma substância da categoria dos alucinógenos e é atualmente a droga ilícita mais consumida em todo globo terrestre. Estima-se que cerca de 188 milhões de pessoas fizeram uso dessa substância em 2017 e sua produção girou em torno de mais de 5 mil toneladas, no mesmo ano (UNODC, 2019). Já o documentário *Drogas: Oferta e Demanda*, 2020, aponta para mais de 200 milhões de usuários em todo o globo terrestre. Acredita-se que a maconha é a porta de entrada para as outras substâncias, que a maior parte dos usuários de drogas ilícitas começaram utilizando maconha.

As propriedades mais utilizadas na maconha, seja para tratamento médico ou simplesmente para uso recreativo, são dois produtos químicos, pertencentes ao grupo dos canabinoides, denominados de tetrahydrocannabinol

(THC) e canabidiol (CBD). A maconha possui outros componentes químicos, mas os principais seriam esses dois supracitados.

De fato, a maconha possui componentes benéficos para o ser humano, mas também possui muitos malefícios. O que importa destacarmos aqui são os compostos químicos presentes na planta, o Tetrahydrocannabinol (THC) e o Canabidiol (CBD). Essas duas substâncias atuam no sistema nervoso central e possuem um grande potencial benigno e maligno para o organismo humano.

O TCH é responsável pelos efeitos psicoativos da maconha, mas também é utilizado juntamente com sua preparação sintética dronabinol, clinicamente para o tratamento de doenças como a anorexia associada à perda de peso em pacientes com síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), náuseas e vômitos associados à quimioterapia para câncer e dor crônica relacionada a condições de esclerose múltipla e dor neuropática. Contudo, o uso de TCH pode provocar efeitos colaterais, dentre os quais podemos destacar o aumento da pressão arterial, arritmia cardíaca, alteração de humor, entre outros. Por outro lado, o CBD seria o oposto do TCH, possuindo diversas possibilidades terapêuticas e até efeitos protetores contra os danos do próprio TCH, incluindo efeitos antipsicóticos. A questão é que os efeitos do CBD não anulam o TCH, quando a droga é ingerida pelo fumo (UNODC, 2019).

A fabricação da erva da maconha consiste na compressão de folhas secas e desintegradas e das flores do topo da planta, que geralmente são fumadas. Já a resina da maconha é o extrato concentrado de plantas e flores da maconha, é produzida principalmente em países do norte da África, Oriente Médio e sudoeste asiático. Por outro lado, o óleo de haxixe é um produto que pode ser extraído de qualquer parte da planta, com pouco ou nenhum solvente residual.

As folhas utilizadas na produção de maconha derivam, principalmente, de duas subespécies de *Cannabis*: *Sativa* e *Indica*. Apesar de ambas serem *cannabis*, elas possuem propriedades diferentes que provocam efeitos distintos no organismo dos usuários.

A *Cannabis Indica* são nativas do continente asiático, mais precisamente da região índica, o que explica o nome, mas atualmente o seu cultivo já foi, basicamente, disseminado entre todo o globo terrestre. Estima-se que os seres humanos utilizam das propriedades dessa planta a pelo menos 10 mil anos. A *Indica*, anatomicamente, se caracteriza por ser uma planta mais larga e baixa,

que se assemelha a um pequeno arbusto. Seu crescimento é mais rápido do que a *Sativa* e contém níveis mais altos de CBD e menores de THC. Suas propriedades incluem efeitos relaxantes e, por este fator, é utilizada para tratamentos de algumas doenças como, por exemplo, insônia, náuseas, dores de cabeça e musculares e até mesmo o câncer, por atuar aliviando a dor (CANNABIS&SAÚDE, 2020).

A *Cannabis Sativa*, por outro lado, não é a oposta da *Indica*, contudo ela apresenta algumas particularidades que a diferem desta segunda. Essa planta tem origem nos países com climas quentes e secos, por isto acredita-se que a planta é típica do continente africano, América Central, Sudeste Asiático e algumas partes ocidentais da Ásia. A anatomia da *Sativa* é de uma planta alta e fina, com folhas compridas e seu crescimento é um pouco mais lento que a *Indica*. Apresenta níveis mais baixos de CBD e mais altos de THC. É muito utilizada para tratamentos de ansiedade, depressão e dores crônicas (DIFERENÇA..., 2019).

Resumidamente falando, a *Cannabis Indica* se caracteriza por suas propriedades relaxantes enquanto a *Sativa* é caracterizada por seus efeitos estimulantes no organismo humano.

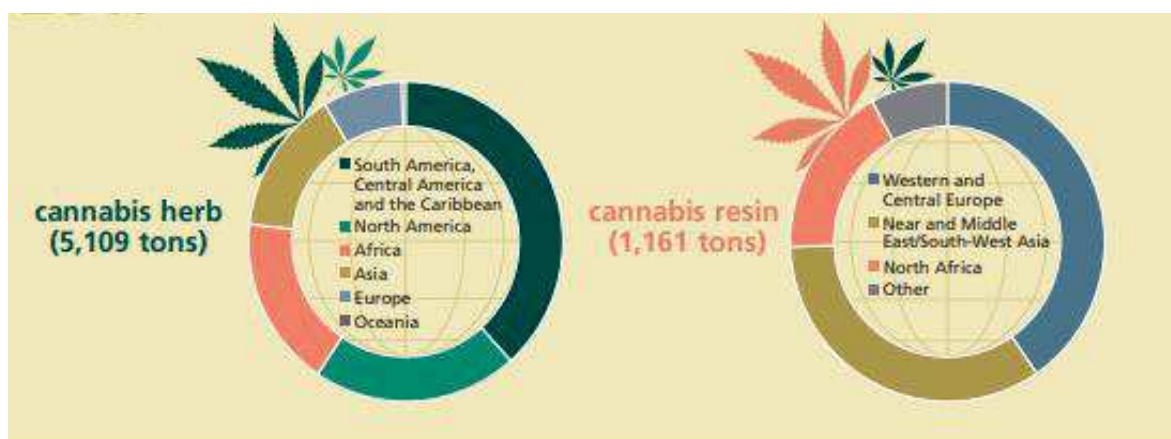
Além dessas duas subespécies de *cannabis*, podemos destacar também a *cannabis* híbrida. Como o próprio nome já nos diz, ela é híbrida por ser a mistura genética entre as duas principais subespécies, *Indica* e *Sativa*. Ela é atualmente considerada a melhor planta para cultivo, visto que possui as melhores propriedades das duas plantas, podendo crescer tão rápido quanto a *Indica* e com alto rendimento, como a *Sativa*.

A *Cannabis* é uma planta fácil de ser cultivada, pois possui uma forte resistência a pragas e a condições climáticas variadas, logo as drogas derivadas dessa planta, como a maconha e o haxixe, também são fáceis de serem produzidas. Não é por menos que as entidades de controle das drogas têm muita dificuldade em mapear a produção global, visto que ela é produzida em quase todos os países, sobretudo os que mais a consomem. Isso é uma característica que a difere das demais drogas semissintéticas, que basicamente tem sua produção monopolizada por determinados países, como é o caso da cocaína na Colômbia e do ópio no Afeganistão.

O cultivo dessa planta é muito útil para outros ramos da produção. Suas propriedades naturais possibilitam a produção de tecidos, papéis, tintas e até mesmo cordas. Contudo, para o tráfico de drogas o essencial é a produção de dois compostos, a erva e a resina de *cannabis* (ou da maconha, como é popularmente conhecida). Esses são os dois compostos necessários para a produção das drogas finais, aptas ao consumo dos usuários.

Em 2017, as apreensões mundiais da erva de maconha somaram o valor de 5.109 toneladas, sendo a maior parcela das apreensões na América Latina. Enquanto as apreensões da resina da maconha foram um total de 1.161 toneladas, com a maior parcela das apreensões divididas entre Europa e Ásia, como mostra a figura 6.

Figura 6: Apreensões de erva e resina de maconha no mundo (ano 2017):



Fonte: Retirada do World Drug Report 2019, livro 5.

Na Europa, nesse mesmo ano de 2017, as apreensões de ervas e resinas de *cannabis* atingiram 70% das drogas apreendidas no território, seguidas por cocaína/crack (10%) e ATS (5%). No mesmo continente, as apreensões de resina chegaram a 550 toneladas e o seu preço médio estaria da casa dos 11 euros por grama, enquanto a pureza da droga (o percentual médio de TCH por grama) foi de 18,5%. Enquanto as apreensões de ervas foram de 304 toneladas e seu preço médio foi de 10 euros por grama, já a pureza foi de 10,5%.

Há muito debate em torno da legalização da maconha, diante dos efeitos dela ao organismo humano. O uso medicinal da maconha já foi aprovado em

uma gama de países como, por exemplo, Alemanha, Peru, Espanha, entre outros. O Brasil aprovou, em 2019, a comercialização de remédios à base de maconha para tratamento medicinal. A expectativa é de que em 3 anos, essa indústria possa movimentar cerca de 4,6 bilhões de reais (NORTE, 2020).

A descriminalização do uso recreativo também vem sendo discutida a tempos, e passou a ser adotada por vários países, cada um com uma especificação diferente. Contudo o uso recreativo continua proibido na maior parte do mundo, com exceção do Canadá, do Uruguai e em 3 estados dos Estados Unidos, Califórnia, Washington e o Colorado, pioneiros na legalização do uso recreativo da droga no país (UNODC, 2019). Estima-se que o mercado consumidor de cannabis recreativa no Brasil, desconsiderando o uso medicinal, é responsável por movimentar 5,7 bilhões de reais, por ano. O Estado brasileiro poderia arrecadar, aproximadamente - tomando como base a arrecadação tributária sobre a indústria do tabaco e das bebidas alcóolicas - 5 bilhões de reais com a tributação desse mercado, (BARROS E LUCAS, s/a).

Apesar de suas propriedades medicinais, o debate sobre a legalização da maconha é muito amplo. Os defensores da legalização da droga apontam que a ilegalidade compromete a pureza da mercadoria e isso compromete a integridade dos usuários. Contudo, especialistas apontam que os efeitos da droga não são tão benéficos quanto alguns defensores argumentam e que liberar o consumo recreativo pode não ser a melhor alternativa. Por outro lado, a droga não é mais nociva do que o álcool, o tabaco e o açúcar, por exemplo.

4.1 A legalização da maconha nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos o consumo recreativo de maconha foi legalizado em alguns estados, como já destacamos. Por este motivo, a mensuração econômica do mercado de maconha é mais precisa. Em 2018, o mercado de maconha foi responsável por movimentar, aproximadamente, 1,4 bilhão de dólares só no estado do Colorado. Tomando como base os dados obtidos nos 3 principais estados consumidores dos Estados Unidos: Colorado, Califórnia e Óregon, o total de capital movimentado foi de 4,2 bilhões de dólares, também no ano de 2018, (UNODC, 2019).

Estima-se que o consumo de maconha nos Estados Unidos é o que mais cresce, atualmente, superando o consumo de outras drogas legalizadas, como bebidas alcóolicas e o cigarro tradicional, nicotina. A produção da substância também cresceu muito no país. Só no estado da Califórnia, estado mais populoso dos EUA, se tornou o maior produtor de maconha do mundo, produzindo mais de 6 milhões de quilos (14 milhões de libras), seguido por Guiana, aproximadamente 1 milhão de quilos (2 milhões de libras), Suécia, mais de 180 mil quilos (400 mil libras) e Tailândia, mais de 6 mil quilos (15 mil libras). A maconha californiana é considerada a de melhor qualidade produzida em todo o mundo. Contudo, apenas 20% da droga produzida na região tem como origem uma empresa legalizada, enquanto os outros 80% provêm de produções ilícitas (DROGAS..., 2020). O que se observa é que a maior parte da droga produzida na Califórnia não é consumida no interior do estado. A maior parte da produção serve para abastecer o consumo do restante do país. E como a legalização não atingiu níveis federais, a maior parte da maconha californiana, seja de origem legal ou ilegal, é vendida e/ou consumida clandestinamente no restante do país.

Inegavelmente a legalização foi positiva em termos de melhora na qualidade da mercadoria, preservando a integridade física do consumidor. A alta vigilância e monitoramento do Estado permitem que os usuários tenham maior segurança e conhecimento do que estão ingerindo, enquanto no mercado negro, as substâncias são constantemente adulteradas para se obter maior rendimento.

Sob o ponto de vista econômico, a legalização também teve um impacto positivo no país. Estima-se que o estado do Colorado vende cerca de 1 bilhão de dólares em *cannabis*, por ano (DROGAS..., 2020). Além disso, em 2014, a arrecadação tributária do Colorado sobre o mercado de *cannabis* foi de 63,4 milhões de dólares, dentre os quais 10,9 milhões são oriundos de impostos sobre a maconha medicinal e os restantes 52,5 milhões sobre a droga vendida no varejo (BARROS E LUCAS, s/a). Ainda de acordo com o referido autor, a arrecadação tributária sobre a maconha, no estado do Colorado, foi superior à das bebidas alcóolicas, em 2014.

A legalização também impulsionou o crescimento econômico das regiões produtoras de maconha, gerando empregos, pagamento de impostos e até mesmo ajudou no desenvolvimento de algumas cidades. Destaque para a cidade de Adelanto, no estado da Califórnia. Localizada no interior do estado, a cidade

estava à beira do colapso econômico, sem estimativas de recuperação. O governo municipal viu no ramo da maconha uma alternativa para contornar a crise. Através da redução sobre a carga tributária, o município conseguiu atrair vários investidores e empresários do ramo da *cannabis*, o que gerou mais de mil postos de trabalho formais e ainda contribuiu para elevar o valor dos imóveis na região (DROGAS..., 2020).

A legalização da maconha, nos EUA, não trouxe consigo apenas vantagens para o país. A alta taxaço sobre o mercado de *cannabis*, dificulta a manutenção do negócio e afasta novos investimentos no ramo. Um dos pontos negativos foi o aumento do número de ocorrências de acidentes de trânsito no Colorado. Estima-se que em 77% dos casos os indivíduos estavam sob efeito de maconha e outras drogas, enquanto 41% desses envolviam apenas o uso de maconha. Esse levantamento é relevante, mas impreciso. Não há comprovação de que os envolvidos nos acidentes estavam sob efeito de maconha, visto que os motoristas detidos são testados apenas para o uso de álcool e não de outras substâncias (BARROS E LUCAS, s/a). Outro ponto seria a alta regulamentação nos Estados Unidos, que cria uma barreira à entrada legal, imposta pelo próprio Estado, no qual o capitalista que quiser se inserir no ramo precisa dispor de uma grande quantia de capital, que lhe permita operar no vermelho, ou seja, em déficit, por alguns períodos, o que torna o investimento nesse setor muito arriscado (DROGAS..., 2020).

A taxaço é tão elevada, que alguns pequenos fazendeiros produtores de *cannabis*, ficam com apenas de 30-40% da renda gerada pelo seu próprio negócio. Os outros 60-70% se destinam a pagamento de impostos. O mesmo ocorre com os comerciantes. Paga-se de 10 a 20% de imposto para o município, e o mesmo percentual para o estado. Não há qualquer tipo de dedução do imposto pago. Essa alta taxaço e regulamentação fazem com que muitos comerciantes ou produtores de maconha fechem as portas do seu negócio ou voltem a atuar na ilegalidade.

Embora a legalização seja uma das alternativas para combater o tráfico de drogas, ela foi responsável por elevar muito a violência e o narcotráfico no país. O número de usuários cresceu muito devido a disseminação do consumo, sobretudo após a ela ocorrer na Califórnia, estado mais populoso dos EUA, com propagandas e marketing. Contudo, a elevada carga tributária sobre o mercado

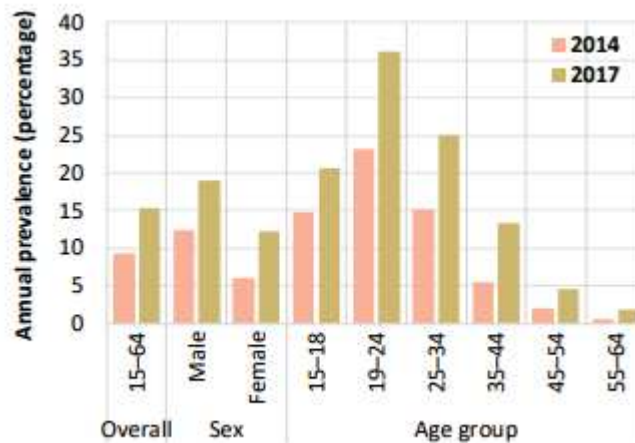
de *cannabis* contribui para elevar o preço da mercadoria produzida dentro da lei, tornando o mercado paralelo de maconha uma alternativa mais viável para aqueles que possuem baixo rendimento. A legalização expandiu o consumo das substâncias entre uma maior parcela da população que, em muitos casos, por não terem recursos suficientes, recorrem ao mercado negro para satisfazer a suas necessidades. Portanto, a legalização nos Estados Unidos, contribuiu para elevar a criminalidade e o tráfico ilegal de maconha no país. Uma das justificativas para tal acontecimento seria a legalização ocorrer somente em âmbito estadual e não federal, além da alta taxação estatal sobre o mercado da *cannabis*.

4.2 A legalização da maconha no Uruguai.

O caso uruguaio é um tema bastante importante de análise sobre o impacto das drogas para a economia. O Uruguai foi o primeiro país a liberar o consumo recreativo de maconha do mundo, a partir do ano de 2013. Atualmente a produção, o comércio e o consumo de maconha estão sendo permitidos no país. A indústria de *cannabis*, desde a produção agrícola (matéria prima) até o comércio varejo, é responsável por movimentar 1,8 bilhão de dólares e por incorporar 18% da mão de obra formal no país, criando 100.000 posto de trabalho legais. Além disso, o turismo cresceu significativamente entre esse período, mesmo que a venda da droga seja proibida aos estrangeiros, acredita-se que a legalização impactou positivamente nesta variável³³. Vale ressaltar que o número de usuários também cresceu significativamente no país, como aponta a figura 7.

Figura 7: Usuários de *cannabis* no Uruguai, por idade e sexo, 2014 e 2017.

³³ Dados retirados do site Monitor Cannabis. Disponível pelo link: http://monitorcannabis.uy/a-tres-anos-de-la-aprobacion-mercados-grises/?_sf_s=PBI, acessado em 05/02/2020.



Fonte: Retirado do World Drug Report 2019.

Esse crescimento do número de usuários é apontado pelos estudos do *Monitor Cannabis Uruguay* como uma tendência que já era observada, não tendo nenhuma ou pouca relação com a legalização desse mercado.

II. O caso particular do Brasil.

Quando se analisa a dinâmica global do narcotráfico, vemos que o papel do Brasil é secundário neste cenário. Atualmente não temos uma produção em larga escala, a ponto de atender as necessidades internas e externas, e muito menos somos um mercado consumidor copioso de drogas em geral. O Brasil é considerado o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, (UNODC, 2019). Possui, aproximadamente, cerca de 2,7 milhões (pouco mais de 1% da população total) de usuários de maconha, sendo que apenas 20% da maconha consumida no país é produzida internamente, enquanto os outros 80% são importados (BARROS E LUCAS, s/a). Já o consumo das demais drogas no interior do país nem aparecem na estatística mundial³⁴. O vasto território brasileiro e sua posição geográfica estratégica, interligado com praticamente todos os países sul-americanos, torna o país um atrativo para os narcotraficantes e uma rota importante para o contrabando de drogas.

³⁴ O consumo de ecstasy no Brasil é bem expressivo em relação ao resto do mundo. Contudo, o consumo dessa droga no mundo todo é muito baixo em relação as demais drogas, por este motivo não citamos o MDMA nessa análise.

A América do Sul é o continente com maior número de apreensões de cocaína em relação ao demais. Segundo a UNODC, em 2017, aproximadamente 90% dessas apreensões ocorreram no continente americano, dentre os quais 57%, ou seja, mais da metade, foi na parte sul do continente, o que era de se esperar, visto que a produção maciça ocorra aqui, especialmente nos países andinos. Contudo, o que surpreende é a quantidade apreendida no território brasileiro. Dos 57% de cocaína apreendido no continente sul-americano, 38% foram na Colômbia que, por sua vez, é a maior produtora dessa droga. O segundo lugar ficou com o Equador (7%) seguido pelo Brasil (4%).

Esses dados evidenciam que mesmo não sendo um dos maiores produtores, a circulação dessa droga no território brasileiro ocorre de forma intensa e não só para atender o consumo interno. Segundo a UNODC, a maior parte da droga em circulação no Brasil é original da Bolívia. Este último é um dos poucos países do continente americano que não possui acesso ao mar em suas fronteiras, prejudicando o comércio direto da cocaína e de outras drogas para os demais países. O Brasil entra para suprir essa carência boliviana, permitindo que a droga chegue até o litoral, passando a ser um dos intermediadores entre a cocaína boliviana e os países africanos e europeus.

Vale ressaltar que o Brasil é um atrativo para os demais traficantes de drogas, não exclusivamente para os bolivianos. Acredita-se que o país é responsável por contrabandear também a cocaína e ópio da Colômbia e do Peru, por exemplo. Em 2011, mais da metade da cocaína apreendida no Brasil tinha como origem a Bolívia (54%), seguida pelo Peru (38%) e Colômbia (7,5%), sendo este primeiro o único país, entre os três principais produtores de cocaína, que não tem acesso direto ao mar aberto.

Segundo o *World Drug Reports*, estima-se que o Brasil foi o maior contrabandista de cocaína da Colômbia para a África, entre 2013-2017 (UNODC, 2019). As autoridades do Marrocos reportaram apreensões de 120 quilos de cocaína em 2015, aproximadamente 1,6 tonelada em 2016 e 2,8 toneladas em 2017, incluindo um único carregamento de 2,6 toneladas de cocaína que foi apreendida em outubro, do mesmo ano, tiveram como origem o Brasil. O país também relatou outra grande apreensão no ano seguinte, uma tonelada de pasta de cocaína foi apreendida em El Jadida, Marrocos, em dezembro de 2018, proveniente de uma rede de contrabando de cocaína da América Latina para a

Europa. Segundo a UNODC (2019), o Brasil entra como grande contrabandista de cocaína para a Oceania, estando entre os 10 maiores países exportadores de cocaína para Austrália. No mesmo período, o país foi considerado o maior contrabandista da mesma droga para a China, assumindo a posição do maior exportador de cocaína para o continente asiático.

O Brasil é apontado como um ponto de trânsito para as remessas de cocaína traficadas para a África Ocidental, Central e para a Europa, principalmente a Península Ibérica. De acordo com a UNODC, este fator é explicado devido aos laços linguísticos e culturais com Portugal e com países lusófonos na África, que também desempenham um papel importante neste processo. Esta tese é reforçada devido à alta incidência das remessas individuais de cocaína apreendidas por Portugal, oriundas do Brasil, em comparação com as apreensões relatadas pela Espanha. No caso das apreensões portuguesas, a frequência do Brasil como o país de proveniência também aumentou acentuadamente entre 2008 e 2009³⁵. Ainda de acordo com o mesmo relatório, acredita-se que a proveniência da cocaína que entra na Europa, passando por esta rota, parece ser instável podendo, inclusive, transitar pela África antes de atingir o Sudeste da Europa, sendo comum o envolvimento de pessoas da África Ocidental neste processo. Em outros casos, os traficantes obtêm cocaína diretamente da América do Sul, sendo mais comum e frequente do Brasil.

Ou seja, estamos tratando de um país que é considerado um dos maiores exportadores de cocaína do mundo, responsável por interligar o comércio ilegal de drogas entre 4 continentes e que, mesmo tendo este destaque na distribuição, não possui uma produção interna expressiva, fazendo com que o país não entre nas estatísticas dos grandes produtores mundiais de drogas.

Esse fator é explicado por alguns autores, como é o caso de Argemiro Procópio, pela logística territorial brasileira. De acordo com o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o Brasil é o segundo país com maior número de aeródromos³⁶ do mundo, com 2.499³⁷ (considerando os públicos e privados),

³⁵ World Drug Report 2013, Referências ao Brasil.

³⁶ Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil, entende-se por aeródromo toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves.

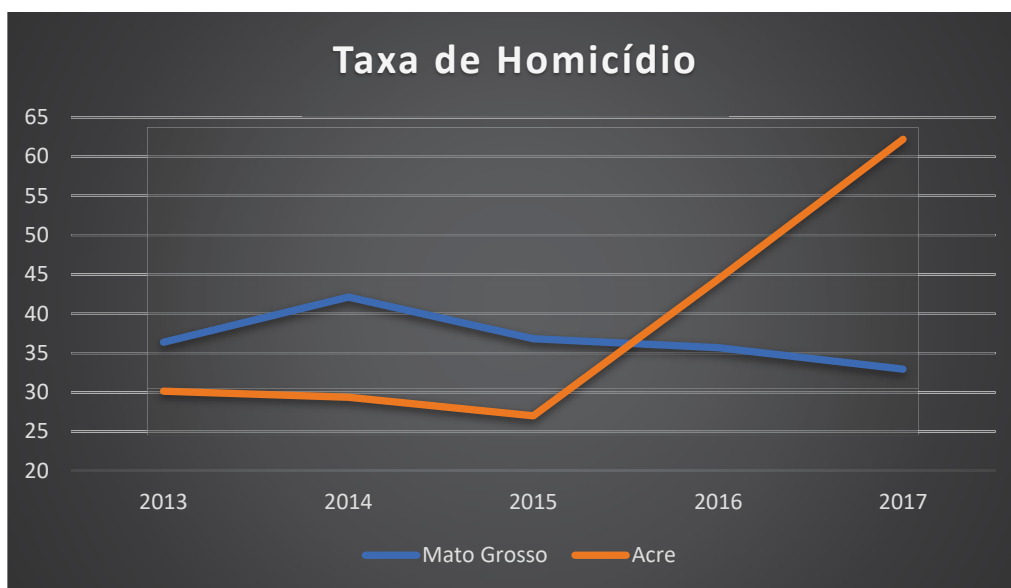
³⁷ Dados referentes ao ano de 2019.

ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Possui 235 instalações portuárias (levando em consideração públicos e privados) dentre eles o maior da América do Sul, o porto de Santos. Além disso, faz fronteira terrestre com praticamente todos os países sul-americanos, com exceção de Chile e Equador. De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas de 2019, da UNODC, estima-se que a maior parte das remessas de cocaína que entram no continente europeu possuem intermédio brasileiro. Esta estimativa é reforçada com o fato de em 2018 terem sido encontradas meia tonelada de cocaína em um container no porto de Santos, principal porto marítimo nacional, com destino ao continente Europeu, mais precisamente para Antuérpia na Bélgica. No ano anterior, mais de 11,5 toneladas de cocaína foram apreendidas no mesmo porto, também com destino à Europa (UNODC, 2018).

As inúmeras fronteiras do território brasileiro, segundo as autoridades locais, tornam difícil o monitoramento da entrada e saída de drogas no país, a ponto de se priorizar o controle sobre os aeroportos e portos marítimos e deixando à margem as fronteiras terrestres (PROCÓPIO 1999). A UNODC reforça esse argumento ao apontar que a floresta amazônica é a principal rota de entrada da cocaína no território brasileiro, sobretudo a droga colombiana, indicando que a mata fechada torna difícil de monitorar a região.

A afirmação de Procópio é reafirmada quando analisamos os dados recentes referentes à violência no Brasil. Proporcionalmente, o número de homicídios é muito alto nas cidades e estados que fazem fronteira com os países produtores de cocaína e que haja disputa de facções pelo controle do tráfico. De acordo com os dados de 2017, levantados pelo Ipea, sobre o número de homicídios no Brasil, vemos que o estado do Acre apresentou a segunda maior taxa de homicídios do país (62,20), ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte (62,82). A explicação das autoridades locais acreanas para esse alto índice foi justamente a disputa gerada pela concorrência do narcotráfico na região. Acredita-se que o estado se tornou uma nova rota para a entrada de drogas no país, dado a sua fronteira com Peru e Bolívia, o que gera conflitos armados entre várias facções criminosas para ter o controle do tráfico local. Estima-se ainda que o Acre vem tomando o lugar que antes era ocupado pelo estado do Mato Grosso, como aponta o gráfico o 1.

Gráfico 1: Comportamento da taxa de homicídio do Estado do Acre e do Mato Grosso entre os anos de 2013 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Ipea.

De acordo com o gráfico, podemos perceber que a curva da taxa de homicídios do Acre apresenta tendências opostas a curva do Mato Grosso. Justamente nos períodos de crescimento da taxa de homicídios acreana podemos perceber uma queda nos índices mato-grossenses.

Como já destacamos, o papel do Brasil no cenário global do narcotráfico é de distribuidor. Contudo, é inegável o impacto do mercado interno das drogas na nossa sociedade, sobretudo no que tange a violência gerada pelo combate ao mesmo. De acordo com a notícia divulgada, em 2018, pelo site Anistia Internacional, percebemos o quão violenta é o nosso órgão de segurança. De acordo com o referido site, só em 2016 tivemos em média 168 homicídios no país por dia, sendo que a principal causa dos homicídios é a “guerra” ao tráfico ou os resquícios dessa que recaem sobre a população civil. As mortes variam desde assassinatos entre traficantes, por disputa de poder, até a ação policial.

Além da enorme violência gerada pelo combate ao tráfico no Brasil, podemos citar aqui, como outro fato alarmante, o consumo de drogas ilícitas. Atualmente o país lidera o ranking na América do Sul, estima-se que, em 2008, o número de pessoas que fizeram uso de drogas foi de 15,5 milhões. Dentre as quais, quase 1 milhão foram jovens com menos de 15 anos. Entre esses jovens, 330.000 fizeram uso de maconha, de acordo com a UNODC. Como já

elencamos, o Brasil não entra na estatística de grande produtor de nenhum tipo de droga ilícita. Até mesmo em termos de consumo o país não apresenta nenhum destaque em termos globais. Após o uso de cannabis (maconha), a droga mais consumida no território brasileiro é a cocaína/crack, sobretudo este último.

O crack, como já elencamos, é uma substância derivada da cocaína, mas também pode ser uma alternativa a mesma. A cocaína pode ser considerada um bem de luxo, dentro do mercado ilegal das drogas, devido ao seu elevado preço pago pelo consumidor final. O crack passa a ser um bem inferior, pois possui um valor muito abaixo da sua prima rica cocaína, mas com poder de destruição muito maior, capaz de dizimar uma comunidade inteira. No Brasil essa afirmação é confirmada quando analisamos, por exemplo, a cracolândia em São Paulo.

A cracolândia é uma região, da maior cidade do Brasil, “destinada” aos usuários de crack. Estima-se, de acordo com o G1, que aproximadamente 1700 pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, seja para consumo ou venda, frequentam a região todos os dias. Além disso, como já apontamos acima, o tráfico de crack na principal cidade do país é responsável por movimentar, aproximadamente, 10 milhões de reais por mês.

Contudo, é importante frisarmos que o perfil dos usuários da cracolândia não condiz com o montante de dinheiro que circula pela região. Praticamente todos os indivíduos que ali residem, encontram-se em condição de miséria, sem ter as condições mínimas de sobrevivência como, por exemplo, uma moradia descente, sendo que a grande maioria se encontra em barracos ou até mesmo morando nas ruas, sem ter ao menos uma refeição garantida durante o dia. Até mesmo, os traficantes de crack detidos na região, em sua vasta maioria, veem no tráfico uma forma de sustentar seu próprio vício e não almejam lucro ou enriquecimento pessoal. Esta situação nos mostra, que quem está lucrando com esse comércio ilegal de crack na região da cracolândia, não frequentam este ambiente. Por outro lado, cabe destacarmos que o comércio ilegal de drogas, levando em consideração que estamos falando da maior cidade do Brasil, não se mantém apenas com o consumo local, ou seja, da população residente da cracolândia. Estima-se, de acordo com a Unidade de Pesquisas em Álcool e Drogas (UNIAD), que 65,3% dos usuários de drogas da região vivem ali, enquanto os outros 34,7% estão apenas de passagem, sendo que alguns até

chegam a dormir alguns dias na crackolândia antes de voltarem para suas casas. Em média, aproximadamente 1680 pessoas circulam pelo local ao longo do dia³⁸, sendo que a maioria dos usuários que se encontram na região provém de outras cidades, estados e até mesmo países. Os dados desse mesmo estudo apontam que cerca de 51% dos usuários não pertencem a região metropolitana de São Paulo. Sendo ainda mais específico, aproximadamente 34% vieram de outros estados, 15% são de outras cidades do próprio estado de São Paulo e 1% diz respeito aos estrangeiros³⁹.

O estudo da UNIAD também aponta que os usuários da crackolândia gastam, em média, cerca de 192 reais e 50 centavos diariamente com o consumo de crack, sendo que a maioria desses usuários não dispõe de nenhuma fonte de remuneração formal. Segundo a pesquisa, 58% dos usuários obtêm o sustento de seu vício através de esmolas (pedintes), 44% através de furtos em estabelecimentos, 46% furtos de pessoas e 35% garantem seu sustento por meio da prostituição de seus corpos, entre outros. Uma curiosidade sobre os dados é que eles apontam que os transgêneros são os que mais gastam, em média, com crack em comparação aos cis gêneros. Eles gastam cerca de 700 reais por dia, enquanto os homens gastam 162,7 reais e as mulheres 148,8 reais.

³⁸ Dados referentes aos anos de 2019.

³⁹ Idem.

CAPÍTULO II- TRABALHO, VALOR E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: UMA ANÁLISE DAS CATEGORIAS MARXIANAS PARA COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO DE VALOR NO MERCADO DAS DROGAS ILÍCITAS.

Na primeira parte deste trabalho afirmamos que o consumo das drogas possui uma longa trajetória no decurso histórico da humanidade. Nas sociedades primitivas cumpriam a função social em usos ritualísticos e até mesmo medicinais. No entanto, na sociabilidade do capital, elas passam a se constituir como mercadoria, possuindo valor de uso e valor de troca, o que determina a diferença específica em relação à presença das drogas nas formações sociais anteriores.

Como em toda relação capitalista, o trabalho aparece como um fundamento seminal para a compreensão da produção do valor. Portanto, a constituição do trabalho como mercadoria e como produtor de valor de troca é uma relação típica do modo de produção capitalista, isso significa que o trabalho materializado na mercadoria possui um duplo caráter. Este duplo caráter está exatamente no fato da mercadoria ser ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. O mesmo ocorrendo com o trabalho ou melhor dizendo a força de trabalho.

Compreendemos como mercadoria, toda produção que se destina à troca, à venda, no intuito de valorizar o capital investido na sua produção. Abandonando o caráter de atender as necessidades humanas, o valor de uso, a produção de mercadorias tem como foco exclusivo a acumulação de capital, logo o valor de troca das mercadorias passa a ser o pilar da produção capitalista, visando vender o máximo de mercadorias possíveis, com pouca ou nenhuma preocupação com a utilidade que terão para os indivíduos. Contudo, o valor de uso não é extinto desse processo. Como já vimos, valor de uso e valor de troca não se separam, a mercadoria precisa conter os dois para se constituir como tal.

A situação do mercado das drogas ilícitas não se difere dessa premissa. Os capitalistas das drogas, referidos como traficantes pelos veículos de comunicação, serão, assim como os demais capitalistas, alocadores de recursos que visam sempre obter uma maior valorização de seus respectivos capitais, ou em outros termos, buscam maiores lucros e, por este motivo, investem seus capitais em ramos com maior rentabilidade. Partindo de uma análise sobre a produção de valor no mercado das drogas ilícitas será possível compreendermos

o que faz deste mercado um atrativo para esses capitalistas que optam por investir seu capital em um setor altamente perigoso, mas por outro lado, muito rentável.

A nossa compreensão de valor parte da tese desenvolvida por Karl Marx a partir da economia política clássica, sobretudo Adam Smith e David Ricardo, a teoria do valor trabalho. Essa teoria se contrapõe à teoria marginalista/utilitarista, tendo como um dos principais expoentes o economista Alfred Marshall⁴⁰, que defende a ideia de que o valor ou, nesse caso, preço⁴¹ de uma mercadoria depende da sua utilidade e do grau de satisfação que ela provoca sobre um indivíduo, em outras palavras, do valor de uso.

Finalmente, o espírito da época induz a uma atenção maior à questão se a nossa crescente riqueza não pode fazer mais do que faz na promoção do bem-estar geral; e isto novamente nos leva a examinar até que ponto o valor de troca de qualquer elemento de riqueza, de uso individual ou coletivo, representa exatamente o que esta riqueza acrescenta à felicidade e ao bem-estar. (MARSHALL, 1996, p.150).

A tese marginalista/utilitarista se debruça em uma análise do nível de satisfação e bem-estar de um indivíduo, mediante a um bem, e sua principal preocupação é acerca dos preços das mercadorias e não propriamente ao valor contido nelas. Iremos demonstrar que a teoria valor-trabalho torna mais compreensível diferenciar o processo efetivo da produção da riqueza, das condições fortuitas de sua realização sob a forma do preço. Nesse sentido, nos distanciamos da ideia de que a produção da riqueza possa ser compreendida a partir do processo de circulação e realização de dada mercadoria, procurando demonstrar que a riqueza se dá, de fato, no processo de produção. Os marginalistas com suas teorias, buscam a compreensão dos fenômenos particulares das oscilações de preços, voltamos nossa análise ao processo da produção de riqueza.

Não nos ateremos aqui a fazer uma explanação detalhada acerca das duas teorias, pois não é o intuito deste estudo. Buscaremos explicar, brevemente, as principais diferenças entre as duas teorias, no nosso

⁴⁰ Embora Alfred Marshall seja o fundador da escola neoclássica, e se considerava como tal, seu pensamento se aproxima muito mais da teoria marginalista do que da teoria clássica, sobretudo no que diz respeito ao valor.

⁴¹ Para os teóricos da tese do valor utilitarista/marginal, não há distinção entre valor e preço. Ambos remetem a mesma variável.

entendimento, e o porquê acreditamos que a teoria do valor trabalho é mais coerente para compreendermos a realidade do tráfico de drogas.

Os teóricos da escola de pensamento econômico marginalista se ativeram a estudar a alocação de recursos e a escassez dos bens, frente a sociedade, como o determinante dessa categoria, que eles viriam a denominar de utilidade marginal, ou valor marginal. E, para eles, “A utilidade marginal de uma coisa para um indivíduo diminui a cada aumento da quantidade que ele já possui dessa coisa.” (MARSHALL, 1996). Estes autores atribuem ao mercado, as curvas de oferta e demanda de uma sociedade, um peso muito maior para a compreensão do valor, do que os autores da teoria do valor trabalho. Para estes segundos, o mercado tem sua importância, mas não pode ser visto como um determinante do valor socialmente produzido.

Os marginalistas se debruçam no estudo dos mercados e na compreensão dos preços, visto que para eles valor e preço são abordados da mesma forma, enquanto a teoria marxiana visa compreender a origem da riqueza produzida nas sociedades capitalistas e, para tal, possui um enfoque direcionado à produção do valor, propriamente dita.

Para ilustrar melhor a diferença entre as duas vertentes da teoria do valor, utilizaremos um exemplo clássico que é o valor da água e do diamante. A água tem maior valor de uso, ou é mais útil, e indispensável para a vida humana. Já o diamante, todavia, não possui uma utilidade tão elevada e é facilmente dispensável. Os seres humanos conseguem viver sem o diamante, mas não vivem sem a água. Logo, a água possui um valor de uso muito superior ao valor de uso do diamante. Contudo, o valor do diamante é muito superior ao da água. Esse exemplo, *grosso modo*, já seria suficiente para derrubar a tese utilitarista, na qual o valor de uso é o determinante do valor de um bem.

Contudo, os marginalistas irão explicar essa contradição defendendo a hipótese da escassez e da abundância dos dois bens, (MARSHALL, 1996). Como a água encontra-se em abundância na natureza, seu valor (preço) é inferior ao do diamante que, por outro lado, é muito raro e difícil de ser obtido. Essa fartura de água permite um maior consumo da mesma pelos indivíduos e isso faz com que ela se desvalorize, nesse caso o valor pago pela água reduz. Para estes autores, o valor está atrelado ao nível de satisfação. Portanto, quanto maior o consumo de um determinado bem, ou seja, maior for a quantidade desse

bem disponível para os indivíduos, menor será o seu valor. O diamante por ser muito escasso e raro, faz com que seu consumo seja bem baixo, sobretudo entre a parcela mais pobre. Logo, seu valor é muito elevado nos mercados.

Em contrapartida, Marx (2013) compreende a relevância da escassez de diamante em relação a abundância da água e, justamente por isso, o autor alemão entende que o diamante demanda muito mais trabalho humano para encontrá-lo, enquanto a água demanda menos trabalho. Essa questão incide sobre os valores dos dois bens em questão. Quanto maior o tempo de trabalho social necessário para a produção ou, nesse caso, simplesmente extração de um bem, como é o caso do diamante e da água, maior será o seu valor.

De certo modo, a teoria marginalista trata a questão do valor/preço de forma mais superficial, levando em consideração elementos puramente naturais, tais como a abundância e a escassez de recursos, o que incide sobre as curvas de oferta e demanda de mercadorias, principal foco de análise dessa escola de pensamento econômico. Por outro lado, Marx faz uma análise mais minuciosa sobre a mesma questão, enfatizando a origem efetiva dessa riqueza, trazendo-a para o aspecto social, das relações humanas mais propriamente ditas, que nesse caso seriam as relações de trabalho.

Feita essa breve explanação acerca das duas principais teorias do valor desenvolvidas ao longo da história, até a data deste referido trabalho, e ressaltadas suas particularidades, nos ateremos agora a exposição da teoria valor trabalho, pois nosso intuito é compreender o que é a riqueza que se produz no mercado das drogas ilícitas e de que forma ela é produzida. Não se trata aqui explicar sobre a questão dos preços, mas justamente discorrer sobre a produção de valor nesse setor, que só será possível mediante as relações de trabalho humano. Por este motivo, sempre que nos referirmos a categoria “valor”, trabalharemos com a tese do valor-trabalho desenvolvida por Marx.

I Trabalho e produção de mais valor:

1. A força de trabalho como processo imanente da constituição do valor no capitalismo

O trabalho propriamente dito não é uma coisa alheia ao ser humano e, por este motivo, não pode ser considerado uma mercadoria em si, mas sim uma ação de transformação da natureza. Ele é um processo histórico que molda a própria natureza humana e até mesmo suas relações sociais.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos (MARX, 2013, p. 326).

O trabalho vivo⁴² seria, para Marx (2013), um dispêndio de tempo, de força física, de energia e de intelecto, e por este fator ele agrega e incorpora valor as mercadorias que produz. Assim, temos o trabalho como a categoria fundamental do modo de produção capitalista, pois, como já apontamos, ele será o motor de toda a produção de mercadorias e, também, de riqueza para uma sociedade. Ainda de acordo com o referido autor, a natureza (ou a terra) seria a mãe da mercadoria e o trabalho seria o pai, visto que a primeira é a que proporciona os recursos naturais e o segundo possui a capacidade de transformá-los para atender as suas necessidades.

O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade “objetiva”, isto é, como seu valor. (Marx, 2013, p.192)

Somente o trabalho vivo é capaz de produzir valor. As mercadorias por si só não se reproduzem sozinhas, sem que para isso tenha uma ação humana por trás, seja de forma direta, ou seja, atuando sobre o processo produtivo diretamente, ou de forma indireta, simplesmente colocando máquinas para a execução de tarefas. Porém, antes mesmo de pensarmos no trabalho como um

⁴² Marx compreende o trabalho vivo como o trabalho dos seres humanos, visto que as máquinas muitas vezes desempenham o trabalho do homem, mas são seres inanimados, sem vida, que o autor alemão denominará como trabalho morto. O trabalho vivo pode ser compreendido como a ação direta do homem à natureza, um trabalho subjetivo. Enquanto o trabalho morto, embora produzido pelo trabalho vivo, é o trabalho já materializado, consolidado. Marx compreende o trabalho vivo como a alma do processo de produção, enquanto o trabalho morto, já objetivado, é um trabalho sem alma, por isso morto.

produtor de valor, de mercadorias aptas para o comércio, precisamos compreendê-lo como uma mercadoria também dentro do processo de produção.

O trabalho humano social aparecia como trabalho concreto, produtor de valores de uso para quem o produzia, cujo excedente era trocado no mercado, não para o enriquecimento do seu possuidor, mas para satisfazer as necessidades de outro. Havia identificação do trabalhador com o produto realizado. Através da incorporação do modo de produção capitalista como modo operante das relações produtivas e sociais será notória a transformação do trabalho humano em um mero executor dos meios produtivos. A produção se destina a produzir valores de troca e as mercadorias são produzidas prioritariamente para a venda, não para satisfação das necessidades pessoais. O trabalho individual é substituído pelo trabalho social total, trabalho humano abstrato, o qual torna o trabalhador alheio ao seu próprio trabalho. O comércio, que antes era um espaço de relação social entre produtores, se transforma em relação social de mercadorias.

Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p.206)

Essa separação do homem ao seu trabalho ou, melhor dizendo, a não identificação do homem ao fruto de seu trabalho, não extingue o trabalho concreto, ele é apenas subsumido ao trabalho abstrato, transformado em trabalho igual. O trabalho passa a ter um caráter comum a todos, extinguindo-se as particularidades, as formas concretas, de cada trabalho e de cada indivíduo envolvido no processo “sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato”, (MARX, 2013, p.161).

Neste hiato, da transição das sociedades mercantis ao modo de produção capitalista, observa-se a retirada dos meios de produção da posse do trabalhador livre e a transformação deste último em trabalhador assalariado. O capitalismo transfigura a produção de modo que o trabalhador não identifique seu próprio trabalho embutido naquilo que produziu. Se antes parte da produção feudal era destinada ao trabalhador e outra parte ao senhor feudal, no modo de produção

capitalista essa relação é alterada. O trabalhador não tem mais dimensão do quanto produz e do quanto recebe sob o que produziu, seu trabalho é resumido a quantidades monetárias, expresso pelos salários. O trabalhador passa a executar seu trabalho de forma alienada, como uma mera engrenagem produtiva. Nesse processo, que Marx (2013) denomina de alienação, observa-se uma depreciação do trabalho humano, o trabalhador se vê alheio da mercadoria produzida e a sua força de trabalho é transformada em um simples instrumento incorporado ao processo produtivo, sem qualquer tipo de identificação com a tarefa executada. O trabalhador passa a produzir mercadorias das quais não lhe pertencem e algumas que ele não é capaz de usufruir – pois seus salários não lhe permitem –, seu trabalho é resumido a um mero dispêndio de força de trabalho humana, ou de tempo, passível de ser substituída como um objeto, uma mercadoria.

Essa “nova mercadoria”, força de trabalho, criada a partir da consolidação do modo de produção capitalista, será uma mercadoria fundamental para a produção de outros produtos. De acordo com Marx (2013) a força de trabalho será a única mercadoria da qual o trabalhador dispõe e que oferta no mercado como vendedor, a fim de adquirir outras mercadorias que garantam a sua subsistência. O trabalhador precisa vender sua força de trabalho periodicamente para garantir sua sobrevivência. Sua composição orgânica depende do consumo de mercadorias diariamente. Por este motivo, se sujeita a essas condições de exploração constantemente, pois só através da venda de seu trabalho que o trabalhador terá acesso aos meios de consumo que garantam o seu sustento e ao mesmo tempo lhe possibilite a renovação de sua mercadoria para mais uma nova jornada de trabalho. O trabalho humano (força de trabalho) é a única mercadoria capaz de produzir novas mercadorias, um novo valor, e ao mesmo tempo reproduzir seu próprio valor.

Mas o que é o valor de uma mercadoria? A forma objetiva do trabalho social gasto em sua produção. E como medimos a grandeza de seu valor? Pela grandeza do trabalho nela contido. Como podemos determinar o valor, por exemplo, de uma jornada de trabalho de 12 horas? Pelas 12 horas de trabalho contidas numa jornada de trabalho de 12 horas, o que é uma absurda tautologia. Para ser vendido no mercado como mercadoria, o trabalho teria, ao menos, de existir antes de ser vendido. Mas se o trabalhador pudesse dar ao trabalho uma existência independente, o que ele venderia seria uma mercadoria, e não trabalho. (MARX, 2013, p.740).

O valor da força de trabalho é medido como qualquer outra mercadoria, isto é, o tempo socialmente necessário para sua reprodução, que inclui não só a manutenção do trabalhador individualmente, mas de toda a sua família. Portanto, não se paga ao trabalhador pelo seu trabalho, mas pela sua força de trabalho. Esta é sempre inferior ao valor produzido pelo trabalho total executado. O trabalho não pago, o mais trabalho, o trabalho excedente, corresponde ao lucro do capitalista, ou melhor ao mais-valor.

O que estamos chamando atenção nesse estudo, é que a partir da consolidação do capitalismo, o trabalho deixa de ser apenas um meio de subsistência dos seres humanos, a transformação da natureza pelo homem, a fim de atender as suas necessidades fisiológicas e sociais, e passa a se constituir, também, como uma mercadoria, apta a ser consumida no processo produtivo e capaz de produzir riqueza para outrem. Contudo, a essência do trabalho humano não foi extinta, ela apenas foi mascarada de modo que o trabalhador não identifique seu esforço, seu trabalho, na própria mercadoria que produz, tornando-o indiferente, ou igual, sob a égide do capital.

Outro ponto que precisamos frisar é que o trabalhador livre⁴³ não é uma mercadoria, mas somente a sua força de trabalho se constitui como tal, pois esta última será consumida no processo produtivo durante a jornada de trabalho.

Finalmente, o “valor de uso” que o trabalhador fornece ao capitalista não é, na realidade, sua força de trabalho, mas sua função, um determinado trabalho útil, como o trabalho do alfaiate, do sapateiro, do fiandeiro etc. Que esse mesmo trabalho, sob outro ângulo, seja o elemento geral criador de valor – elemento que o distingue das demais mercadorias –, é algo que está fora do alcance da consciência ordinária. (Marx, 2013, p. 747).

A força de trabalho passa a se constituir como uma mercadoria com valor de uso exclusivo para o capital, visto que sem os meios de produção a seu dispor, a classe trabalhadora está à mercê da classe burguesa. Em tese, o trabalhador não precisa se sujeitar a essas condições de exploração. O

⁴³ Essa diferenciação é muito importante, visto que o escravo, a pessoa escrava, é considerada uma mercadoria. Contudo, o trabalhador assalariado não se constitui como tal. Ele vende, ou aluga, sua força de trabalho por tempo determinado e recebe o salário como pagamento. Outra diferença é que o escravo não é detentor de si, logo não possui nenhuma mercadoria, ele é a própria mercadoria de outrem. Enquanto o trabalhador assalariado é detentor da mercadoria força de trabalho.

trabalhador assalariado é livre para utilizar de sua mercadoria como bem entender. Ele é livre para escolher vender ou não sua força de trabalho para ser incorporada ao processo produtivo, ao contrário do escravo, que está na posse de outrem. Nesse sentido, podemos até mesmo considerar a tese defendida pela economia ortodoxa, de que os indivíduos são racionais e alocadores de recursos⁴⁴.

Contudo, estes economistas ortodoxos se baseiam nessa tese para justificar uma não intervenção do Estado na economia. Para eles, quando o Estado atua sobre as relações de trabalho, empregatícias, os trabalhadores e os empregadores não conseguem chegar a um equilíbrio ótimo entre eles, comprometendo uma melhor alocação dos recursos, “Quando o governo adota políticas para tornar a distribuição de renda mais equitativa, ele distorce os incentivos, altera os comportamentos e torna a alocação de recursos menos eficiente”, (MANKIW, 2013, p.394). Todavia, o que ele esquece de ponderar é que como os meios de produção estão centralizados nas mãos da classe capitalista, o trabalhador assalariado não dispõe de qualquer recurso para alocação, exceto sua força de trabalho, restando a ele apenas duas escolhas: morrer de fome ou vender sua mercadoria no mercado. Obviamente que neste caso, a escolha ótima seria a segunda opção.

Uma das premissas do modo de produção capitalista é justamente privar o trabalhador da posse dos meios de produção e subjugar-lo às condições impostas pela classe dominante. Deste modo o trabalhador estará sempre produzindo riquezas para outrem e nunca para si. A produção capitalista aparece como um ciclo que se repete à cada novo processo produtivo, reproduzindo também essa relação de exploração do capital sobre a classe trabalhadora.

Assim, o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado. (MARX, 2013, p. 795)

⁴⁴ Segundo essa teoria, defendida por Mankiw e Thaler, por exemplo, os indivíduos são capazes de determinar onde e como alocar os seus recursos da melhor maneira, sem a necessidade de um Estado intervindo nas suas escolhas e decisões. São defensores do Estado mínimo na economia.

Podemos pensar a produção capitalista como um jogo de troca, compra e venda de mercadorias. Em um primeiro momento temos o trabalhador vendendo sua mercadoria (força de trabalho) e o capitalista a comprando para iniciar o processo produtivo. Contudo, essas trocas serão sempre desiguais, uma vez que existe um conflito de interesses entre as duas classes envolvidas nesse processo, classe capitalista e classe trabalhadora. O capitalista, visando obter seu lucro em cima do trabalhador, vai buscar sempre pressionar o salário deste segundo para baixo, ou seja, reduzir o valor da mercadoria força de trabalho. Por sua vez, o trabalhador vai tentar sempre tensionar essa relação afim de valorizar a sua mercadoria, aumentar o valor de sua força de trabalho, e elevar o seu salário⁴⁵. Outro elemento que torna mais díspares essas relações de troca entre as duas classes, está no fato de o trabalhador dispor de uma única mercadoria, que seria sua força de trabalho, enquanto o capitalista possui uma gama de outras mercadorias e do próprio capital. Historicamente podemos perceber que nesse conflito de interesses a classe capitalista vem levando vantagem sobre os trabalhadores, como já apontara Marx (2013):

A irracionalidade consiste em que o trabalho, como elemento formador de valor, não pode possuir em si mesmo valor algum, ou seja, que uma quantidade determinada de trabalho não pode ter um valor que se expresse em seu preço, em sua equivalência a uma determinada quantia de dinheiro. Mas sabemos que o salário é apenas uma forma disfarçada, uma forma em que, por exemplo, o preço diário da força de trabalho se apresenta como preço do trabalho realizado por essa força de trabalho durante um dia, de modo que o valor produzido por essa força de trabalho em seis horas de trabalho é expresso como valor de sua função ou trabalho por doze horas. (p.120)

O autor alemão se refere justamente a questão do excedente de valor que a força de trabalho incorpora à produção de mercadorias. O valor expresso pela diferenciação entre o trabalho realizado e o trabalho pago, será denominado de mais-valor, categoria que será melhor trabalhada mais adiante.

O trabalhador, por sua vez, vai sempre procurar o trabalho que lhe permita obter uma melhor remuneração, um trabalho que valorize a sua mercadoria perante outros. Contudo, o preço da força de trabalho também está suscetível

⁴⁵ Esse conflito classista é muito importante para compreendermos a realidade do narcotráfico. A compressão dos salários no mercado formal, em alguns casos até abaixo do real valor da força de trabalho, ou seja, insuficientes para adquirir os meios que garantam a reprodução da força de trabalho, torna o tráfico de drogas uma alternativa mais rentável para o trabalhador, como veremos mais adiante.

às oscilações das curvas de oferta e demanda⁴⁶. Quanto maior a oferta de trabalho em relação à sua demanda efetiva, menores tendem a ser os salários a serem pagos ao trabalhador. Nessa tangente que o modo de produção capitalista vem se renovando e transformando sua forma de exploração do trabalho, com a incorporação de máquinas e técnicas mais eficientes produtivamente, gerando um excedente de trabalhadores desalentados no mercado.

O excedente de trabalhadores que não são inseridos no mercado de trabalho seria o que Marx (2013) denominaria de exército industrial de reserva. Para o autor em questão, a população trabalhadora total se divide em duas esferas: exército ativo e exército de reserva. O exército ativo pode ser compreendido como a parcela da classe trabalhadora incorporada no processo produtivo, enquanto o exército de reserva, como o próprio nome já diz, se encontra na reserva, fora do mercado de trabalho, mas disponível para ocupar algum posto de trabalho, quando possível⁴⁷.

Para Marx (2013, p.864), “os movimentos gerais dos salários são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial”. Deste modo, o valor, ou preço nesse caso, da força de trabalho não será determinado por um aumento da quantidade de trabalhadores disponíveis no mercado, aptos para trabalharem, mas pelo montante de indivíduos que não são incorporados à produção. Quanto maior o número de trabalhadores desalentados, maior será o exército de reserva e, conseqüentemente, menores serão os salários pagos à classe trabalhadora. O contrário também é possível, uma vez que uma redução do exército industrial de reserva pode possibilitar uma elevação dos salários. Contudo, o que se observa como tendência na indústria

⁴⁶ O preço da força de trabalho oscila em detrimento dos desequilíbrios das curvas de oferta e demanda por trabalhadores. Contudo, o valor da força de trabalho não se altera. Essa questão pode ocasionar em uma compressão do preço da força de trabalho, abaixo do seu valor efetivo.

⁴⁷ Marx (20XX) se refere a esse excedente populacional, que não é incorporado pelo capital, como superpopulação relativa. Para ele, essa superpopulação se manifesta de três formas: latente, estagnada e flutuante. A forma flutuante se refere aos trabalhadores que hora são necessários ao capital e outrora não são, por isso o termo flutuante, visto que sofre oscilações ao longo do tempo. Marx salienta que mesmo que a demanda por trabalhadores aumente, este aumento nunca é na mesma proporção do aumento da produção; A forma latente diz respeito, resumidamente falando, a parcela de trabalhadores rurais que são expulsos do campo, devido à falta de empregos, e migram para as cidades em busca de novas oportunidades. Está muito atrelado a incorporação das máquinas na agricultura e possibilita a formação de um excedente de trabalhadores do campo. A última forma, estagnada, diz respeito aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, parte do exército ativo, mas de maneira irregular. Suas condições de vida estão abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e possibilita ao capital maior nível de exploração.

moderna são ciclos produtivos cada vez menores, o que permite aos capitalistas uma flexibilização dos contratos trabalhistas e uma gradual substituição do homem pela máquina, o que incide positivamente sobre a elevação do exército industrial de reserva e será como descreveu Marx (2013) uma das formas centrais da extração do mais-valor.

2. Valor (mais-valor relativo e absoluto): mecanismos da acumulação de capital

Para Marx (2013), toda mercadoria possui valor de uso, ou seja, utilidade, algo que é essencial para determinado indivíduo, que atenda a sua necessidade eminente. O valor de uso é fundamental para que um bem, ou objeto, se constitua como mercadoria, pois é impossível comercializar algo que não tenha utilidade para outrem. Por este fator, um objeto que não tem valor de uso, conseqüentemente não terá valor. Além do valor de uso, as mercadorias também possuem um valor, que muitas vezes, erroneamente, se confunde com o preço.

Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc. (MARX, 2013, p.161).

O valor de uma mercadoria seria determinado pelo tempo de trabalho social⁴⁸ despendido na produção da mesma e não somente pelo tempo de trabalho de cada produção individual (MARX, 2013). Para o autor alemão, o trabalho é a substância comum a todas as mercadorias. Todas as mercadorias produzidas possuem no seu bojo uma determinada quantidade de trabalho humano incorporada nelas e, por este motivo, o trabalho social é a unidade de medida do valor.

Todo objeto novo criado a partir da execução do trabalho, independentemente da quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário

⁴⁸ Tempo de trabalho social seria uma análise macro da produção de mercadorias. Seria o tempo de trabalho total, perpassando por todas as esferas da produção, desde a fabricação de matérias primas, equipamentos, maquinarias, entre outros, despendido na produção de mercadorias.

para sua criação, será um objeto portador de valor. O seu valor final será portador não só do último trabalho manufatureiro empregado, de transformação da mercadoria em outra mercadoria, mas de todas as esferas da produção que a antecedem. Em outras palavras, o valor de um bem leva em consideração todo o processo produtivo até o consumo final, desde o trabalho empenhado na terra, para a extração dos recursos primários, matéria-prima, perpassando pelo deslocamento, transporte e armazenamento dos bens até chegar à indústria, onde será talhada a matéria prima e transformada em uma nova mercadoria. “O valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe confere sua forma última, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção.” (MARX, 2013, p.485).

No modo de produção capitalista, o valor de uso adquire também valor de troca e se expressa nas relações comerciais, que nada mais é do que a mensuração, a unidade de medida do valor de uma mercadoria. O valor de troca é somente a forma aparente do valor, a sua quantificação. Antes do uso do dinheiro como meio de troca, os objetos, ou bens, eram trocados diretamente por outros objetos⁴⁹. Posteriormente, o dinheiro passa a ser a expressão geral do valor de troca, predominante nas relações comerciais capitalistas até então. “Certa mercadoria, 1 *quartera* de trigo, por exemplo, é trocada por x de graxa de sapatos ou por y de seda ou z de ouro etc., em suma, por outras mercadorias nas mais diversas proporções. O trigo tem, assim, múltiplos valores de troca em vez de um único.” (MARX, 2013, p. 158). Dito isso, podemos concluir que uma mercadoria possui um único valor, mas inúmeros valores de troca.

Para resumirmos essa questão dos “tipos de valores”, podemos pressupor que o valor de uso é a forma natural do valor, a utilidade da mercadoria para os seres humanos. Por outro lado, o valor de troca seria a representação quantitativa da mercadoria, ou seja, sua expressão em moedas ou outros produtos, quanto vale uma mercadoria Y em relação a outras mercadorias X ou Z, por exemplo. E o valor da mercadoria (valor trabalho) seria o tempo de trabalho humano socialmente necessário despendido na sua produção, englobando todos os valores dos meios necessários para produzi-la. Por exemplo, está embutido no valor de um pão: o valor do trigo, da farinha, do

⁴⁹ Até mesmo o sal e outras especiarias foram utilizados como meios de troca nas sociedades anteriores ao modo de produção capitalista.

trabalho, das ferramentas utilizadas em todo o processo de produção até chegar no pão produzido e apto ao consumo.

É importante salientarmos que valor e preço são coisas distintas, mas que muitas vezes se confundem. A fim de evitarmos qualquer tipo de ambiguidade ou confusão mais adiante, faremos uma breve diferenciação entre essas duas categorias. Para Marx (1865), o preço de uma mercadoria seria o seu valor de troca já expresso em papel moeda⁵⁰ e regulam-se com o preço do trabalho.

E como "preço" é valor de troca – e quando falo de valor refiro-me sempre ao valor de troca - a saber: valor de troca expresso em dinheiro, aquela afirmativa equivale a esta outra: "o valor das mercadorias é determinado pelo valor do trabalho", ou, o que vem a dar no mesmo, "o valor do trabalho é a medida geral do valor". (Marx, 1865, s/p)

Os preços são mais voláteis e, muitas vezes, representam desequilíbrios de mercado, entre as curvas de oferta e demanda, determinados por variáveis externas como, por exemplo, escassez de recursos, choques de oferta, aumento da demanda, entre outros. Esses choques permitem que os capitalistas barganhem seus produtos nos mercados e os vendam por preços superiores ao seu valor real.

As oscilações dos preços das mercadorias estão quase sempre associadas às crises econômicas, ou avanços na produtividade do trabalho que afetam a oferta de produtos nos mercados. Pragmas que atacam lavouras de café, por exemplo, podem resultar em uma elevação dos preços dos grãos de café que já se encontram disponíveis no mercado. Em contrapartida, quando há uma redução na demanda por café, em resposta a um aumento da taxa de desemprego, por exemplo, o preço do café tende a diminuir para que possa ser absorvido. Por outro lado, o desenvolvimento de uma máquina que possibilite dobrar a produção de camisas de grife, por exemplo, em um mesmo período de tempo, permite uma redução nos preços dessa mercadoria. De todo modo, em nenhum dos dois exemplos, houve alterações no tempo de trabalho e, portanto, não se tem uma produção maior, nem menor, de valor. No caso das camisas, o que se observa é apenas uma dedução do tempo de trabalho socialmente necessário, do valor produzido, em um número maior de mercadorias. Dito isso,

⁵⁰ Compreende-se como papel moeda o dinheiro oficial de cada país, por exemplo: Dólar americano, Real, Libra, Euro e etc.

podemos pensar que o preço de um bem leva em consideração outras variáveis para além do trabalho humano. Em alguns casos⁵¹, ele pode até ser igual ao valor, mas isso não faz com que essas duas categorias se confundam como uma só. Talvez essa seja uma das principais diferenças entre a teoria marxiana e a economia moderna, onde esta última não faz distinção entre preço e valor.

O valor de uma mercadoria engloba não somente os dispêndios para sua produção, aquisição de matérias-primas e trabalhadores, como já frisamos, mas também uma quantidade de trabalho excedente que não entra na contabilidade dos gastos do capital, mas que incorpora um valor extra às mercadorias produzidas, denominado de mais-valor.

Os consumidores das camisas pagam as £100, ou seja, o valor de todos os meios de produção contidos nas camisas, assim como do salário acrescido do mais-valor do cultivador de linho, do fiandeiro, do tecelão, do branqueador, do fabricante de camisas e de todos os transportadores. (...) É verdade que a soma de valor de todas essas mercadorias é igual ao valor de todos os meios de produção (partes constantes de capital) nelas consumidos mais o valor criado pelo trabalho recém-adicionado (salário acrescido de mais-valor). (MARX, 2013, p. 602)

Essa particularidade do modo de produção capitalista, se dá justamente no acréscimo de valor incorporado às mercadorias. Um valor que excede a sua forma pura, por assim dizer, e que só pode ser obtido por meio da exploração da força de trabalho humana, ou da extração do mais trabalho, resultando na disparidade entre o valor de uso e o valor da força de trabalho, que Marx (2013) denomina de mais valor.

Compreendemos o valor da força de trabalho como o trabalho necessário para sua reprodução, ou seja, o período que o trabalhador precisa trabalhar para conseguir adquirir todos os bens que garantam sua subsistência, seus alimentos, sua moradia e o sustento de sua família. “O valor da força de trabalho, isto é, o tempo de trabalho requerido para sua produção, determina o tempo de trabalho necessário para a reprodução de seu valor.” (MARX, 2013, p.482). O valor da força de trabalho se expressa na forma dos salários, mas isso não implica que o salário represente o seu valor integral. O que vem se apresentando como

⁵¹ Para Marx (2017), na fase monopolista do capitalismo o valor de mercado, ou seja, o preço final da mercadoria é sempre superior ao valor real da mesma, o preço de custo, o que permite que o setor monopolista obtenha super lucros. No modelo microeconômico de concorrência perfeita o custo marginal (que seria a variável que mais se aproxima do valor em Marx) é sempre igual ao preço, (MANKIOW, 2013).

tendência, com a evolução do modo de produção capitalista é justamente um distanciamento entre os salários e o real valor da força de trabalho.

No que diz respeito ao valor de uso da força de trabalho, precisamos compreendê-lo como o tempo total que o trabalhador dispense no seu emprego, o total de horas que se encontra a disposição do capitalista que o contratou⁵², também denominado de jornada de trabalho. Portanto, “A duração do mais-trabalho, no entanto, é obtida subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário” (MARX, 2013, p. 482). O mais-trabalho seria o tempo de trabalho dispendido pelo proletário não remunerado por seu empregador. Em outras palavras, seria o tempo que o trabalhador trabalha de graça para o capitalista. E se, por um lado, o trabalho humano é o produtor do valor, por outro lado o mais-trabalho será o produtor do mais-valor e, ainda de acordo com o autor alemão, este último pode ser obtido de duas formas: mais valor relativo e absoluto.

Ambos são formas de elevar o mais valor produzido e estão atreladas a um aumento da produtividade do trabalho vivo (aumento do valor de uso) sem implicar em alterações positivas nos salários (valor de troca da força de trabalho). Deste modo, podemos dizer que os dois tipos de mais valor têm o intuito de elevar o grau de exploração sobre o trabalho, porém de formas distintas.

O mais-valor relativo pode ser compreendido como uma redução do tempo de trabalho socialmente necessário, acarretando uma prolongação do mais trabalho extraído. Essa redução pode estar atrelada aos incrementos tecnológicos na produção, resultando em uma elevação da produtividade do trabalho, permitindo que o valor de uso da força de trabalho aumente sem acarretar em um aumento, de mesma magnitude, do seu valor de troca. Com isso, o trabalhador passa a produzir mais sem receber um equivalente adicional por isso, visto que seu salário permanece estagnado ou não aumenta na mesma proporção de sua produtividade. O mais valor relativo permite que a força de trabalho se reproduza, em menos tempo, elevando assim o tempo de trabalho não remunerado apropriado pela classe dominante, resultando em uma maior produção de mais-valor.

⁵² O tempo de deslocamento do trabalhador até o seu local de trabalho também entra na contabilidade da jornada de trabalho, (MARX, 20XX). A discussão da jornada de trabalho vai além do que apresentamos, contudo não cabe aqui, nesse estudo, nos aprofundarmos nessa tese.

O mais-valor relativo se expressa na redução do custo de reprodução da força de trabalho. Ganhos produtivos nos setores industriais que produzem bens essenciais para a vida dos trabalhadores, possibilitam a redução do preço de suas mercadorias e, deste modo, afetam o salário real dos trabalhadores. Os trabalhadores, portanto, demandariam menos tempo de trabalho para obter a mesma cesta de consumo, visto que o valor da sua força de trabalho (expresso pelos valores dos meios de subsistência que compõe sua cesta de consumo) tende a reduzir. Contudo, os ganhos produtivos não precisam incidir diretamente sobre a produção dos bens de subsistência da classe trabalhadora.

Portanto, a queda no valor da força de trabalho também é causada por um aumento na força produtiva do trabalho e por um correspondente barateamento das mercadorias naquelas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios e os materiais de trabalho para a produção dos meios de subsistência. (MARX, 2013, p.485)

Este tipo de exploração pode ser observado, principalmente, no desenvolvimento dos meios de produção, sobretudo na utilização de máquinas, computadores e outros adventos tecnológicos que incidem em uma redução do tempo de trabalho socialmente necessário. Em outras palavras, o mais-valor relativo permite que o trabalhador produza em 4 horas uma quantidade de mercadorias, suficiente para repor o seu salário, que antes ele demandaria 8 horas para produzir, por exemplo. A primeira aparição mais expressiva do mais-valor relativo foi observada na primeira revolução industrial, ocorrida em meados do século XVIII na Inglaterra.

Cabe destacarmos que o uso da tecnologia para reduzir os preços das mercadorias que compõem a reprodução da classe trabalhadora não é de maneira alguma uma ação humanitária do capital, visando melhorar a qualidade de vida do trabalhador, muito pelo contrário. O capital utiliza-se do desenvolvimento da força produtiva para obter vantagens sobre seus concorrentes e acaba por elevar o tempo de mais-trabalho e a proporção de mais-valor que extraído do proletariado. A redução dos preços das mercadorias,

que favorecem, mesmo que momentaneamente⁵³, a classe trabalhadora, é consequência dessa evolução produtiva. Marx (2013) salienta que alguns economistas, à época, exaltavam o progresso técnico como um presente do capitalista ao trabalhador por este proporcionar uma melhoria na vida deste segundo, “o trabalhador tem uma dívida de gratidão ao capital pelo desenvolvimento das forças produtivas, pois este reduz o tempo de trabalho necessário, (...), que ele tem de dar provas dessa gratidão trabalhando, doravante, 15 horas em vez de 10” (p.492).

O que se observa é que o mais valor relativo é difícil de ser identificado na relação de trabalho. Sua essência aparece de forma mistificada e as vezes imperceptível ao trabalhador, pois não implica em um aumento da jornada de trabalho. Por outro lado, a forma absoluta de extração do mais valor é mais visível, pois ela incide diretamente sobre a jornada de trabalho, o tempo que o trabalhador passa no seu local de trabalho. *Grosso modo*, o mais-valor absoluto seria um aumento da jornada, ou tempo total, de trabalho sem ser acompanhado por aumentos dos salários, ou acompanhada por aumentos desproporcionais destes últimos. Seria o mesmo que consideramos, por exemplo, uma indústria que emprega seus funcionários a uma jornada de 8 horas diárias de trabalho e depois exige que eles trabalhem por 10 horas, sem elevar os seus salários na mesma proporção. Esse aumento da jornada, de 8 para 10 horas, é outra forma de elevar o mais-trabalho extraído, visto que o tempo de trabalho necessário permanece inalterado, eleva-se somente o tempo total, resultando em um aumento da massa de mais valor produzido.

O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo. (MARX, 2013, p.485).

Essas são as duas formas de se intensificar o grau de exploração da classe dominante sobre o proletário, porém é importante frisarmos que uma não está dissociada da outra. É possível que o capitalista se utilize das duas formas de extração do mais-valor para elevar ainda mais sua taxa de lucro. O mais-

⁵³ Esses “ganhos” para a classe trabalhadora são momentâneos, visto que o salário tende a reduzir em detrimento da redução do valor da força de trabalho. Por este motivo, no longo prazo essa redução dos preços não resulta em ganhos reais para o proletariado.

valor, resumidamente falando, seria o valor extra produzido gratuitamente pelo trabalhador ao seu patrão e incorporado ao valor final da mercadoria produzida.

O estudo da categoria valor é muito importante para a compreensão econômica do modo de produção capitalista, visto que será através do valor ou, melhor dizendo, da soma dos valores radicados nas mercadorias que determinará a riqueza de uma sociedade. Para Marx (2013), “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Logo, se a riqueza está atrelada às mercadorias, ela também estará atrelada ao valor e ao mais-valor.

Marx compreende como riqueza social a soma de todos os valores (e mais-valores) produzidos em uma determinada sociedade. Como o valor é fruto do trabalho humano ou, melhor dizendo, produto da exploração do trabalho humano, a riqueza também se constituirá como tal. Nesse sentido, se faz necessário compreendermos o processo de acumulação de capital e a composição orgânica do mesmo, o que será trabalhado no item subsequente.

III. Acumulação capitalista e composição orgânica do capital

A formação e ampliação de um exército industrial de reserva é um importante elemento para o processo de acumulação de capital. Para Marx (2013) a grandeza desse exército acompanha o aumento do entesouramento da classe capitalista. Quanto maior o exército de reserva, maior será o grau de miséria e deploração da classe trabalhadora e, conseqüentemente, maior será a acumulação de capital pela classe dominante.

A acumulação de capital é o cerne da produção capitalista. Um capitalista só aplica seu capital, investindo em uma determinada produção ou setor da economia, na expectativa de que este possa se valorizar, aumentar. Contudo, essa valorização só será possível por meio da execução do trabalho humano sobre os meios de produção, para transformar uma mercadoria em um novo produto fertilizado. O capitalista precisa que o trabalhador se lance ao mercado vendendo sua força de trabalho para que esta possa se transformar numa parte constitutiva do seu capital produtivo, tanto quanto os demais meios de produção,

ou seja, em uma mercadoria⁵⁴. Para Marx (2013), o segredo da autovalorização do capital está justamente em sua capacidade de se apropriar de uma quantidade de trabalho não pago, mais-valor. Por este motivo a força de trabalho é a condicional do processo de valorização do capital. Logo, o capital inicial deverá ser convertido em capital-mercadoria, que se divide em dois tipos: capital constante e capital variável.

Por meio dos diferentes papéis que, durante o processo de produção, desempenham na criação de valor e, portanto, também na criação de mais-valor, os meios de produção e a força de trabalho se diferenciam, como formas de existência do valor de capital adiantado, em capital constante e variável. (MARX, 2013, p.129)

De acordo com a teoria marxiana, temos como capital constante o investimento na aquisição de capital constante circulante e capital fixo, mercadorias que Marx (2013) denominaria de meios de produção e meios de trabalho, respectivamente. Como meios de produção, compreende-se as matérias primas e equipamentos necessários para o processo produtivo. Como o próprio nome já diz, capital constante circulante, são produtos consumidos durante o processo produtivo, carecendo de reposição a partir do momento que se inicia um novo ciclo de produção, uma reprodução. Podemos citar como exemplos de capital constante circulante, tendo como base o mercado das drogas ilícitas, as drogas naturais, folha de coca, papoula, *cannabis sativa* e os aditivos químicos utilizados no processo de fabricação das drogas semissintéticas.

No que se refere ao capital fixo, temos os meios de trabalho que facilitam a produção ou somente a circulação da mercadoria. Tendem a elevar a produtividade da força de trabalho, sem interferir na jornada de trabalho propriamente dita. O capital fixo não é consumível como os meios de produção, logo a sua durabilidade pode ser maior e, com isto, sua participação na produção pode ser muito mais longa também. Estas mercadorias recebem o nome de capital fixo por terem uma parte do capital constante fixado em si e ao passo que se deterioram, transferem gradualmente seu valor às novas mercadorias

⁵⁴ Uma das características mais marcantes da consolidação do modo de produção capitalista é justamente a desapropriação dos meios de produção do trabalhador, impossibilitando que este possa produzir mercadorias por conta própria e não obrigatoriamente se submeter à venda de sua força de trabalho. Veremos adiante que essa é uma característica marcante no processo de produção das drogas ilícitas.

produzidas até o seu esgotamento total, quando precisam ser renovadas, Marx (2013). Exemplos de capital fixo são os edifícios, depósitos, instalações, as máquinas utilizadas na fabricação de mercadorias e até mesmo, voltando a análise para o narcotráfico, as armas utilizadas pelos narcotraficantes⁵⁵. Resumidamente falando, o capital fixo entra parcialmente no valor da mercadoria, depreciação, enquanto o capital circulante aplicado entra integralmente no valor da mercadoria, pois é totalmente consumido no ato da produção (MARX, 2017).

Já o capital variável, seria a parcela do capital investido em trabalho vivo, contratação de mão de obra para execução do capital constante, representado na forma dos salários. Carece destacarmos aqui que o capital constante não produz valor algum, ele é somente um componente do próprio valor, ou seja, ele transfere seu valor à nova mercadoria a ser produzida, a produção de valor é uma característica exclusiva do capital variável (MARX, 2013).

Cabe aqui ressaltarmos que no nosso entendimento, o capital variável e o capital constante não são naturalmente mercadorias e formas de capital. Contudo, eles são incorporados à lógica do modo de produção capitalista o qual lhes atribui esse papel, conforme elucidada Marx (2013):

Portanto, os meios de produção não são capital por natureza, e tampouco o é a força de trabalho humana. Eles só assumem tal caráter social específico sob condições determinadas, historicamente desenvolvidas, assim como é apenas sob essas condições que o metal precioso assume o caráter de dinheiro, ou o dinheiro o caráter de capital monetário. (p.129)

Sabemos que o capital variável é capaz não somente de reproduzir o seu próprio valor como produzir um valor excedente, um mais-valor, que será incorporado à mercadoria nova produzida. “O mais-trabalho da força de trabalho é o trabalho gratuito do capital e cria para o capitalista um valor que não lhe custa equivalente algum. O produto é, por isso, não apenas mercadoria, mas mercadoria fertilizada com mais-valor.” (MARX, 2013, p. 129). Por este motivo,

⁵⁵ Compreendemos que as armas não afetam diretamente a produção, contudo o narcotráfico vive sob constante ataque de outras facções, cartéis e até mesmo pelo próprio Estado. Logo as armas de fogo adquiridas entram na contabilidade do valor, pois garantem a segurança dessas mercadorias, para que elas não sejam roubadas ou até mesmo destruídas, sendo uma forma de evitar a destruição do capital.

o trabalho humano é indispensável para o processo de valorização do capital. Toda produção industrial capitalista, produtora de mercadorias, depende da força de trabalho para ser executada, mesmo que este trabalho se resuma ao pressionar de um simples botão. Logo, toda indústria, independente do ramo e da condição jurídica que se encontra, investe parte do seu capital em capital constante e capital variável.

O capital possui uma composição orgânica, que Marx (2013) denomina de composição de valor do capital, e diz respeito à proporção em que cada capital individual se divide entre meios de produção (capital constante) e força viva de trabalho (capital variável). Para Marx (2013), “Os diversos capitais individuais que se aplicam num determinado ramo da produção têm composições mais ou menos distintas entre si.” (p.836). Ainda de acordo com a teoria marxiana, a média das composições orgânicas dos capitais individuais é determinante para a compreensão da composição total de determinado ramo da produção, enquanto a soma das composições médias, de todos os ramos da produção, nos permite compreender a composição social de um país.

Um capital valorizado, que teve o mais-valor transformado em capital adicional, terá a massa de sua composição orgânica também alterada. Esse novo capital aplicado na produção, acrescido do mais-valor, demandará uma nova quantidade de capital constante e capital variável para a sua reprodução. Esse processo de ampliação da massa de capital, graças a conversão do mais-valor em capital, é denominado de acumulação de capital, “A aplicação de mais-valor como capital ou a reconversão de mais-valor em capital se chama acumulação de capital.” (MARX, 2013, p.796). Constantemente o capital precisa ser colocado em movimento e em proporções cada vez maiores, para assim poder elevar a massa de mais-valor produzido e, conseqüentemente, se reproduzir cada vez mais.

O aumento do investimento de capital demandaria, em um primeiro momento, mantendo-se inalterada a composição orgânica do capital, um contingente maior de trabalhadores para operar uma massa maior de meios de produção e, conseqüentemente, eleva-se a massa do mais-valor produzido, aumentando o enriquecimento da classe dominante. Contudo, ao elevar-se periodicamente a massa do capital investido e, conseqüentemente, a massa do

capital variável, a tendência é que os salários pagos à classe trabalhadora aumentem, como aponta Marx (2013):

“Como o capital produz anualmente um mais-valor, do qual uma parte é anualmente adicionada ao capital original; como esse incremento mesmo aumenta a cada ano com o volume crescente do capital já em funcionamento; e como, por fim, sob o acicate particular do impulso de enriquecimento, como a abertura de novos mercados, de novas esferas para a aplicação de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala da acumulação pode ser subitamente ampliada por uma mudança na divisão do mais-valor ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem sobrepujar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, e a demanda de trabalhadores pode sobrepujar sua oferta, acarretando, com isso, o aumento dos salários.” (p.836)

A constante elevação na demanda por trabalhadores, visando as necessidades da acumulação, levaria a um desequilíbrio entre as curvas de oferta e demanda de mão de obra nos mercados, permitindo esse aumento do preço da força de trabalho. Portanto, de acordo com Marx (2013), considerando que a composição orgânica do capital permaneça inalterada, o crescimento da massa de trabalhadores torna-se fundamental para que o processo de reprodução do capital, a acumulação, se realize. “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.” (MARX, 2013, p.837). Contudo, ainda de acordo com o referido autor, não podemos perder de vista que não é o número de trabalhadores, a massa do proletariado, que afeta a proporção de capital investido, mas justamente a quantidade de capital investido que determinará o número de trabalhadores disponíveis no mercado. O salário, preço da força de trabalho, comprime ou se expande de acordo com a massa de capital investido na economia, e não o contrário, “não é o aumento no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna insuficiente o capital, mas, ao contrário, é a diminuição do capital que torna excessiva a força de trabalho explorável ou, antes, seu preço.” (MARX, 2013, p.842). Marx ainda ressalta que, matematicamente falando, o salário é a variável dependente e a grandeza da acumulação seria a variável independente. Com isso, podemos ter clareza da submissão em que a classe trabalhadora se encontra mediante a classe dominante.

Até o momento abordamos a teoria marxiana, que diz respeito a acumulação de capital, sem considerarmos qualquer tipo de alteração em sua composição orgânica. Portanto, até agora o contingente de trabalhadores assalariados era o determinante do processo de acumulação, tornando inviável uma maior reprodução do capital, proporcionalmente falando, sem um acompanhamento exponencial da massa do proletariado. Contudo, os aprimoramentos técnicos, que resultam em um aumento da produtividade da força de trabalho, contribuem para alterar a composição orgânica do capital e contornar o problema de desaceleração da acumulação, no longo prazo, freando a reprodução do capital.

A massa dos meios de produção com que ele opera aumenta com a produtividade de seu trabalho. Esses meios de produção desempenham nisso um duplo papel. O crescimento de uns é consequência, o de outros é condição da produtividade crescente do trabalho. Por exemplo, com a divisão manufatureira do trabalho e o emprego da maquinaria, mais matéria-prima é processada no mesmo espaço de tempo e, portanto, uma massa maior de matéria-prima e de matérias auxiliares ingressa no processo de trabalho.” (MARX, 2013, p.854).

Os adventos tecnológicos impactarão incisivamente sobre essa composição orgânica do capital aplicado na produção. Com o desenvolvimento da maquinaria, os investimentos em capital variável (força de trabalho) tendem a reduzir e, em contrapartida, eleva-se os investimentos em capital constante. Contudo, isso não implica necessariamente em uma redução do mais-valor produzido, pois, como já destacamos, incrementos na produtividade da força de trabalho podem reduzir o tempo socialmente necessário e conseqüentemente elevar o mais-valor extraído do trabalhador. Dito isso, podemos pressupor que a substituição do homem pela máquina, expresso em uma transferência dos investimentos em capital variável para o capital constante, tendem a reduzir a massa de trabalhadores envolvidos no processo e, em contrapartida, elevar a taxa de mais-valor extraída na produção.

Os investimentos em capital constante e capital variável são indispensáveis para pensarmos o processo de acumulação/valorização de capital. Por mais que aos olhos da classe burguesa o capital se valoriza, se multiplica, por si só, a teoria do valor-trabalho nos diz o contrário. Somente a produção industrial de mercadorias é capaz de produzir riqueza, que só será

possível mediante a execução do trabalho humano, atuando na transformação do capital constante em uma nova mercadoria. Quando nos referimos a produção industrial estamos especificamente nos referindo ao setor produtor de mercadorias e apenas no setor produtivo há transformação de uma mercadoria em outra fertilizada.

O capital industrial será aquele que impulsionará a produção de valor dentro das sociedades burguesas, conforme aponta Marx (2013, p.146): “O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação”. Contudo, ele não atua de forma independente. Outros setores do capital também possuem sua contribuição no processo de realização do valor.

Esse valor, produzido na indústria, só se realiza no processo da circulação, por meio das trocas, tornando-se necessário um certo grau de desenvolvimento dos mercados (MARX, 2017). Deste modo, o capital comercial e o capital do setor de transportes possuem um papel importante no processo de circulação.

IV. Processo de circulação

O processo de circulação compõe uma das fases das relações sociais de produção capitalista. de acordo com Marx (2013), o modo de produção capitalista tem momentos distintos, mas que não se separam. Dessa forma inicia-se no processo de produção, envolvendo a circulação, o consumo e retornando à produção. A circulação, portanto, é um dos momentos desse processo, tendo em vista que a acumulação de capital, o valor das mercadorias e até mesmo o lucro da classe burguesa só se realiza no âmbito dessa esfera. Esse processo se inicia a partir do momento que o capitalista investe um capital monetário na produção industrial. A origem desse capital não carece aqui neste trabalho de maior explanação, mas compreendemos que ela pode partir do capital bancário, por meio de empréstimos ou créditos, ou até mesmo de uma reserva de capital, entesouramento, que o próprio capitalista industrial já dispunha. De todo modo, esse capital monetário por si só não produz absolutamente nada, mas ele é o essencial, o ponto de partida, dentro da lógica do modo de produção capitalista,

para aquisição dos componentes necessários para dar início ao processo produtivo.

Uma vez adquirido um montante de capital que, até então se encontra na sua forma monetária, expresso na forma de dinheiro, o capitalista precisa convertê-lo em meios de produção. Cabe aqui ressaltarmos que o dinheiro, por si só, não pode ser compreendido como uma categoria essencial para o processo de circulação, pois ele atua apenas como um mediador, um meio de troca⁵⁶, uma forma equivalente de todas as mercadorias (MARX, 2013). Dito isso, temos que o capitalista, ao colocar esse capital em circulação, precisa convertê-lo em meios de produção (capital constante e capital variável), para obter como retorno um novo capital valorizado, que só será obtido por meio da venda da nova mercadoria produzida e, para tal, ele conta com a estruturação dos mercados, no qual incorpora os setores comercial e do transporte, para a concretização do processo de circulação.

O processo de circulação, que também pode ser identificado como a estrutura dos mercados, funciona como um grande eixo de trocas, compra e venda de mercadorias. Neste processo, teremos o capitalista, aquele que provém do capital monetário, em um primeiro momento, aparecendo como comprador de mercadorias, visto que ele demanda recursos materiais para iniciar a produção de novos bens, de novos valores.

A classe capitalista é a compradora e ao mesmo tempo a vendedora de bens nos mercados. Contudo, a grande questão é que o empresário, ou capitalista, compra mercadorias no intuito de valorizá-las e não para satisfazer suas necessidades, diferente do trabalhador. Ele as adquire como capital-mercadoria, não como bens de consumo privado. Conforme já apontamos, a partir da consolidação do modo de produção capitalista, e a transformação da produção individual em produção industrial, em larga escala, o valor de troca da mercadoria passa a ser o cerne da questão. O que interessa ao capitalista é apenas o quanto receberá pela mercadoria produzida, e dará pouca ênfase ao

⁵⁶ Civilizações pré-capitalistas já utilizavam de algumas mercadorias como meios de troca. Dentre estas, podemos citar o sal e alguns grãos como, por exemplo, o milho. O dinheiro, na sua forma de papel moeda, se torna a forma universal dos meios de troca com a consolidação do capitalismo. O ponto central é que o dinheiro pode ser substituído por outra mercadoria para atuar como meio de troca, não sendo indispensável para o processo de circulação.

valor de uso para o consumidor final. Marx (2013) elucida bem essa questão ao se referir à produção capitalista de mercadorias,

À medida que esta última se desenvolve, ela exerce um efeito destrutivo e dissolvente sobre todas as formas anteriores de produção, que, voltadas preferencialmente à satisfação das necessidades imediatas do produtor, só convertem em mercadoria as sobras do que foi produzido. (...) Em segundo lugar, porém, onde lança raízes, ela destrói todas as formas da produção de mercadorias baseadas seja no trabalho dos próprios produtores, seja meramente na venda dos produtos excedentes como mercadorias. Primeiramente ela universaliza a produção de mercadorias e, então, transforma gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista. (p. 128).

Nesse sentido, o capitalista visa comprar mercadorias para revendê-las a um valor acima do que foi comprado, não para satisfazer suas necessidades individuais.

O ciclo do capital monetário é, assim, a forma de manifestação mais unilateral e, por isso, a mais palpável e mais característica do ciclo do capital industrial, cuja finalidade e motivo propulsor – a valorização do valor, o ato de fazer dinheiro e a acumulação – apresentam-se aqui numa forma evidente (comprar para vender mais caro). (MARX, 2013, p.150)

Ele precisa iniciar o processo de circulação das mercadorias injetando o seu capital monetário na aquisição de componentes necessários para a produção e convertê-los no produto a ser vendido. De acordo com Marx (2013), o capital não deixa de existir após sua conversão em mercadorias. Ele adquire apenas uma nova roupagem, sob a forma de mercadorias, por isso atribui-se o nome de capital-mercadoria. Nesse momento, o capitalista possui a seu dispor uma gama de mercadorias passíveis de serem transformadas em novas mercadorias valorizadas, sob a forma de insumos e trabalhadores⁵⁷.

Ao colocar o seu capital, agora sob a forma de mercadorias, em execução, o capitalista espera produzir um novo produto, que incorpora os valores dos meios de produção e um acréscimo de valor (mais-valor). Durante esse processo, o capital é retirado de circulação e entra na etapa do processo de

⁵⁷ O trabalhador não se transforma em uma nova mercadoria, mas ele é o conversor do capital constante, sobretudo o capital circulante, em uma nova mercadoria valorizada.

produção que Marx (2013) denomina de capital produtivo, também conhecido o processo de valorização do capital.

Após a conclusão do processo produtivo, o capital retorna para a circulação novamente sob a forma de um novo capital-mercadoria. Esse novo capital se difere do primeiro, no qual representava a aquisição dos meios produtivos pelo capitalista, pois este contém o mais-trabalho, é acrescido de mais-valor. O novo capital-mercadoria retorna à esfera da circulação, no qual ele precisa se reconverter em capital monetário. O capital vai se metamorfoseando, assumindo novas formas até retornar ao seu ponto inicial, capital monetário, para que possa integrar-se novamente ao processo produtivo continuamente.

O processo cíclico do capital é de contínua interrupção: abandona-se um estágio, entra-se no estágio seguinte; descarta-se uma forma, assume-se outra; cada um desses estágios não apenas condiciona, mas, ao mesmo tempo, exclui o outro. (MARX, 2013, p.201)

Contudo, este novo capital monetário não poderá nunca ser igual ao primeiro. Do contrário, o capitalista industrial terá tirado nenhuma vantagem desse processo e retornará ao seu estágio inicial. Ele precisa que ΔC^{58} (variação do capital monetário) seja sempre positivo e, para tal, precisa que o capital final recebido seja maior do que o capital inicial investido. Do contrário, se a variação do capital monetário for igual o capitalista só poderá repor os meios necessários para um novo ciclo produtivo, ou, caso a variação seja negativa, o capitalista terá perdido parte de seu investimento. Conforme aponta Marx (2013), “O capitalista põe em circulação, na forma-dinheiro, menos valor do que dela retira, porque faz circular mais valor em forma de mercadoria do que retirou da circulação nessa mesma forma” (p.218). A finalização desse processo, em que $\Delta C > 0$, que é denominada de valorização do capital.

A circulação aparece como uma etapa intermediária do processo de conversão do capital-monetário em capital-mercadoria e vice e versa. Em outras palavras, a circulação é o intermédio da reprodução periódica do capital.

⁵⁸ Diferença entre o capital inicial (C) e o capital final (C'). Para que a produção seja vantajosa, C' precisa sempre ser maior que C, do contrário o capitalista não retira nenhuma vantagem do processo de produção. Se ΔC for igual à 0, significa que o capitalista não valorizou seu capital; para ΔC menor do que zero, ou seja, negativo, significa que o capital se desvalorizou, acarretou em prejuízos para o seu proprietário.

A reprodução do capital aparece de duas formas: simples e ampliada. A reprodução simples não nos interessa nesse momento, mas seria basicamente a reconversão do capital valorizado na aquisição dos meios de produção para iniciar um novo ciclo produtivo. Na reprodução simples, o capitalista reinveste a mesma quantidade de capital que ele aplicou inicialmente, a parte do capital valorizado (ΔC), também compreendido como o mais-valor, entraria no consumo individual do capitalista (MARX, 2013). Nesse caso, o mais-valor representa a renda do capitalista. Cabe aqui destacarmos que, nesse sentido, esse mais-valor entra na circulação, mesmo que para satisfazer o consumo privado do capitalista e não para ser incorporado à produção, não como capital.

A reprodução ampliada é mais importante para nossa análise, visto que o capital está constantemente buscando formas de ampliar sua acumulação. Dito isso, conforme ele aumenta a proporção do seu investimento de capital, maior tende a ser o seu retorno, a sua acumulação. A forma ampliada de reprodução do capital se difere da primeira no sentido de que parte do novo capital adquirido, valorizado, é incorporado à produção. Uma parte do mais-valor recebido se converte em capital. Em outras palavras, a parcela de ΔC , que antes era destinado exclusivamente ao consumo privado do capitalista, agora se converte, também, como entesouramento e capital (MARX, 2013).

O entesouramento seria a parte do mais-valor apropriado que fica imobilizado nos cofres do capitalista. Ele não entra na circulação diretamente, pois não é consumido, nem na produção e nem no consumo privado, mas aparece na forma-tesouro (MARX, 2013). Por outro lado, a parte que se converte em capital, vai proporcionar ao capitalista uma aquisição maior de capital constante e capital variável. Conforme aumenta-se a massa de capital variável, maior tende a ser a massa de mais-valor produzido, considerando as demais variáveis inalteradas. Nesse sentido, a reprodução ampliada do capital entra num ciclo de valorização crescente, proporcionando maior entesouramento, enriquecimento, e acumulação para o capitalista.

Embora a indústria produza a riqueza efetiva da sociedade, a sua realização só ocorre no setor comercial, o que torna o capital comercial uma peça importante no processo de produção de valor.

O setor comercial é peça chave para a interligar compradores e vendedores em todas as esferas da economia, inclusive no narcotráfico. A

produção em larga escala, fornecido pelo setor produtivo, visa também o consumo na mesma proporção, o que elimina o consumidor individual desse processo. “Além da produção em grande escala, o modo de produção capitalista pressupõe a venda em grande escala – portanto, a venda ao comerciante, não aos consumidores individuais” (MARX, 2013, p.211). O volume da massa de mercadorias produzido pelo setor industrial é determinado pela quantidade de capital dispendido nessa produção e pela necessidade de se expandir cada vez mais. A satisfação das necessidades humanas em nada afeta essa questão. Logo, “A produção em massa só pode ter como comprador direto, excluindo-se outros capitalistas industriais, o comerciante por atacado” (MARX, 2013, p. 169).

A importância do papel do comerciante (aqui compreendido como o capitalista do setor comercial atacadista) no processo de circulação se sobrepõe ao de simples intermediador entre produtor e consumidor. Ele atua no tempo de rotação do capital, sendo responsável por transformar o capital-mercadoria, do capitalista industrial, em capital monetário. Ao abreviar o tempo de compra e venda das mercadorias, o comerciante permite que um novo ciclo de produção se inicie, tornando a produção menos ociosa (MARX, 2013).

O comerciante não se constitui como um produtor de valor. Logo, para se incorporar ao processo da circulação precisará adiantar um capital-monetário, sob a forma de dinheiro para adquirir as mercadorias produzidas pelo setor industrial para revendê-las. Portanto, será ele o agente a converter o capital-mercadoria em capital-monetário para o setor industrial, liberando-o para uma reprodução.

Um comerciante (aqui considerado simples agente da transmutação de forma das mercadorias, como simples comprador e vendedor) pode, mediante suas operações, abreviar o tempo de compra e de venda de muitos produtores. Ele deve ser visto, então, como uma máquina que ajuda a reduzir o dispêndio inútil de força ou a liberar tempo para a produção. (MARX, 2013, p.235)

Nesse processo, o que o capitalista comercial adquirirá será um enorme estoque de capital-mercadoria, seu capital é transferido às mercadorias que adquiriu, que não será consumido por ele próprio e que de nada lhe interessa esse montante de mercadorias estocadas. O que lhe importa, assim como para todo capitalista, é a valorização de seu capital previamente adiantado, que só

será possível mediante a comercialização desse estoque, a realização do valor. Portanto, ele precisa que a mercadoria atinja seu valor de uso, pois somente por meio do consumo individual das mercadorias que o valor destas se realizará (Marx, 2013). No entanto, ele não pode vendê-las no mercado pelo mesmo valor que as adquiriu da indústria, pois nesse sentido não terá ocorrido valorização alguma do seu capital adiantado. Ele precisa receber por estas mercadorias mais do que pagou para obtê-las.

Podemos compreender o movimento do capital como algo relacionado à duas etapas, sendo a primeira a esfera da produção e a segunda a esfera da circulação. Para Marx (2013), o tempo que o capital permanece na esfera da produção é denominado de tempo de produção, e o período que ele fica na esfera da circulação é o tempo de circulação. O tempo total é determinado pela soma do tempo das duas esferas.

Para Marx (2013), o tempo de produção está diretamente relacionado com o tempo de trabalho, mas não é determinado por este último. O tempo de trabalho seria o tempo em que os meios produtivos (capital constante e capital variável) atuam sobre o processo produtivo, propriamente dito. Enquanto o tempo de produção leva em consideração todos os meios de produção envolvidos no processo de criação de valor. Não implica, necessariamente, que estes meios estejam em execução, estejam produzindo o valor. Ainda de acordo com o autor, o tempo que o capital constante (fixo ou circulante) permanece nos pátios da indústria, por exemplo, entra na contabilidade do tempo de produção, mesmo quando estão parados, não sendo utilizados na produção, mas disponíveis para tal.

O tempo de produção é sempre, portanto, o tempo durante o qual o capital produz valor de uso e valoriza a si mesmo, ou seja, o tempo em que ele funciona como capital produtivo, embora durante parte desse tempo permaneça latente ou produza sem se valorizar. (MARX, 2013, p.225)

Mesmo não atuando integralmente na produção de valor, durante o período de estagnação, ou seja, em que não produzem valor e nem mais-valor, o valor desse capital constante é repassado, ou transferido, para a mercadoria em proporção à duração de seu funcionamento. Marx ainda conclui que, quanto

menor for a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, maior será a produtividade e a valorização do capital investido.

No que diz respeito ao tempo de circulação, ou tempo de curso, engloba o setor comercial. Para Marx (2013), o tempo de curso seria, basicamente, o tempo de conversão do capital monetário em capital-mercadoria e vice e versa. A redução do tempo de curso resulta na realização mais eficaz do valor e do mais-valor. Ainda de acordo com o autor em questão, o tempo de produção e o tempo de curso se anulam entre si, pois enquanto o capital permanece em seu tempo de curso, ele não pode atuar de forma produtiva, não pode produzir nem valor e nem mais-valor. “Portanto, o tempo de curso do capital limita, em geral, seu tempo de produção e, por conseguinte, seu processo de valorização”.

Marx (2013) ressalta que as mercadorias possuem vida útil e que se não forem consumidas no tempo certo se deterioram e perdem parte de seu valor de uso e, conseqüentemente, compromete o seu valor de troca. Essa deterioração da mercadoria pelo tempo seria, nas palavras do autor, perda de valor, e mais-valor, do capital contidos nelas. Por este motivo, quanto menor tempo de circulação, ou de transição, da mercadoria, até ela atingir seu valor de uso, ser consumida, mais rapidamente se realiza o valor nelas contido e, conseqüentemente, mais eficaz será o processo de acumulação de capital.

Os adventos dos meios de comunicação – no qual o transporte se insere - são peça fundamental para reduzir o tempo de curso da mercadoria e maior rapidez da realização de seus respectivos valores. De acordo com Marx (2013), “o valor de uso das coisas só se realiza em seu consumo, o qual pode exigir seu deslocamento espacial e, portanto, o processo adicional de produção da indústria do transporte.” (p.255). O desenvolvimento dos meios de transporte permite que a mercadoria produzida na indústria chegue mais rapidamente ao comércio, interligando cidades, estados e até países, o que permite uma maior diversidade de mercados e multiplica os fornecedores de um mesmo tipo de mercadoria (MARX, 2013). Ao se referir ao modo de produção capitalista, Marx (2013) aponta:

Ele aumenta a parte do trabalho social, vivo e objetivado, que é efetuada no transporte de mercadorias, primeiro mediante a transformação da grande maioria dos produtos em mercadorias e, em seguida, mediante a substituição de mercados locais por mercados longínquos. (p.257)

A indústria do transporte é, para Marx (2013), um dos ramos autônomos da indústria, cujo processo de produção não é um objeto novo, mas o deslocamento de espaço de uma mercadoria já existente. O transporte atua não somente na abreviação do tempo de circulação da mercadoria, como também pode ser considerado um dos componentes do valor das mercadorias transportadas. Ainda de acordo com o autor, a indústria dos transportes não produz uma nova mercadoria, ele só vende o deslocamento de lugar, que seria o processo de produção dessa indústria. E no que diz respeito ao seu produto,

Se consumido individualmente, seu valor desaparece com o consumo; se consumido produtivamente, de modo que ele mesmo constitua um estágio da produção da mercadoria transportada, seu valor é transferido à própria mercadoria como valor adicional. A fórmula para a indústria dos transportes seria, portanto, $D-M < T Mp \dots P-D'$, já que aqui se paga o próprio processo de produção, e não um produto dele separado. (MARX, 2013, p.145)

Para Marx (2013), a indústria dos transportes⁵⁹ não cria valor, pois não modifica o corpo da mercadoria transportada. A massa das mercadorias, nem mesmo suas propriedades naturais são alteradas pelo ato do transporte, mas este adiciona valor ao produto, por meio da transferência de valor dos meios de transporte ou pelo próprio mais-valor gerado pela força de trabalho utilizada no processo. A demanda por trabalho vai depender do tipo de mercadorias que está sendo transportada e das medidas de precauções que precisam ser tomadas para transportá-las. Quanto maior a dificuldade para transportar a mercadoria, maior será o dispêndio de força de trabalho e de meios de transportes, e, por conseguinte, maior será a transferência de valor para a mercadoria. Marx (2013) ainda ressalta, que “Quanto menor é a quantidade de trabalho, morto ou vivo, necessária para transportar a mercadoria a uma dada distância, maior é a força produtiva do trabalho, e vice-versa.” (p.260). Deste modo, o capitalista visa sempre tentar reduzir os custos com transporte, ou elevar a sua eficácia, seja pelo desenvolvimento dos meios de transporte e/ou de comunicação.

⁵⁹ A indústria dos transportes citada aqui, se refere ao setor responsável por transportar mercadorias produzidas na indústria. Seria, portanto, uma etapa da circulação. Marx compreende que a indústria que produz os meios de transporte produz valor, tal como o transporte que se constitui como uma parte da produção interna da indústria é considerado uma etapa da produção e, por este motivo, atua na produção de valor.

O ciclo da mercadoria se inicia na indústria, onde o capital monetário se converte em capital-mercadoria, e onde as mercadorias são efetivamente produzidas, perpassando pelo transporte, responsável por interligar a esfera da produção à do consumo⁶⁰, até chegar no comércio, onde será consumida, realizará seu valor de uso. Para Marx (2013),

A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação. (p.257).

O consumo privado será a última etapa do ciclo da mercadoria que, após ser consumida individualmente, vendida ao consumidor, dará início a um novo ciclo. O consumo da classe trabalhadora é um dos segmentos da rotatividade e da reprodução de mercadorias, pois além de estar inserida em todo esse processo, desde a produção industrial até o comércio, a força de trabalho atua diretamente sobre a conversão do capital-mercadorias em capital-monetário para o setor comercial.

As mercadorias consideradas meios de produção (isso exclui a força de trabalho) estão diretamente⁶¹ concentradas nas mãos da classe capitalista. Logo, toda nova mercadoria produzida pertencerá aos capitalistas que, por sua vez, irão ofertá-las no mercado. Contudo, parte dessas mercadorias produzidas pela classe capitalista compõe a cesta de bens essenciais para a reprodução da força de trabalho⁶². Dito isso, a parte do capital convertida em capital variável, salários dos trabalhadores, retornará, sob a forma de capital monetário, para a classe capitalista e o trabalhador será um dos responsáveis pela reconversão. As trocas ocorridas entre as duas classes aparecem como um fenômeno cíclico, o capital monetário se converte, em partes, nos salários da classe trabalhadora

⁶⁰ Nesse caso o consumo pode ser privado, aquisição de mercadorias pelos consumidores individuais, ou até mesmo o consumo industrial, transportando insumos para a indústria.

⁶¹ Utilizamos o termo diretamente pois a força de trabalho está indiretamente nas mãos da classe capitalista, visto que o trabalhador precisa obrigatoriamente vendê-la ao capital para sobreviver.

⁶² Marx (2013) denomina de departamento II as mercadorias produzidas para o consumo privado, ou seja, as mercadorias que são consumidas pelos indivíduos para sua sobrevivência. Dentro deste departamento, o autor alemão separa a produção de mercadorias para a classe trabalhadora, IIa, e os bens de luxo, consumidos pela classe burguesa e que seria quase impossível de um trabalhador consumi-las, denominado de departamento IIb. No nosso caso, estamos nos referindo ao departamento IIa, consumo da classe trabalhadora.

e os salários, por sua vez, retornam como capital monetário para a classe burguesa.

A relação de troca entre as duas classes aparece de duas formas: o capitalista comprando⁶³ a força de trabalho, em um primeiro momento, incorporando-a no processo produtivo e vendendo as mercadorias produzidas (pelo trabalhador) ao próprio trabalhador, em um segundo momento. No que tange a essa questão das trocas, podemos concluir que sempre se darão de formas desiguais, visto que o trabalhador produz uma quantidade de valor maior do que recebe, mas na hora de adquirir as mercadorias, ele paga pelo valor que produziu e não pelo valor que recebeu. Este será um dos componentes que acarretará nos lucros da classe burguesa.

V. Sobre os lucros, preço de produção, valor de mercado e lucro comercial.

O lucro é, talvez, a categoria mais importante para a classe burguesa. Como já destacamos, o capitalista não produz mercadorias com a finalidade de satisfazer as necessidades dos indivíduos que compõem uma sociedade, mas sim para obter uma valorização do seu capital que, nesse caso, seriam expressos pelos lucros. Os lucros podem ser compreendidos, de forma bem superficial, como uma diferenciação entre os custos e rendimentos do capitalista. Seria o mesmo que, por exemplo, supuséssemos que um capitalista investe 100 de capital na sua produção e recebesse 110 com a venda de suas mercadorias, sendo essa diferença de 10 a expressão quantitativa de seu lucro.

A acumulação do capital, nesse caso o lucro obtido pela classe capitalista, aparece em 3 formas distintas: 1) como a remuneração do capitalista, a sua renda, pois parte do lucro é destinado para satisfazer as suas necessidades individuais e se converte no consumo da classe burguesa; 2) como entesouramento, o capital na sua forma dinheiro que não entra na circulação, dinheiro estocado no bolso do capitalista; 3) parte incorporada ao capital aplicado

⁶³ Lembrando que o trabalhador livre não pode ser comprado pelo capitalista, somente a sua força de trabalho durante um período de tempo. Podemos até dizer que ele “aluga” o trabalhador por um tempo.

na produção, reconvertido na aquisição de mais capital constante e mais capital variável, ampliando a produção capitalista (MARX, 2013).

Para Marx (2017), a fonte do lucro provém do mais-valor produzido por uma sociedade. Esse mais-valor social produzido será repartido entre os lucros industriais – destinados ao capitalista industrial –, renda da terra – remuneração dos capitalistas fundiários –, juros – capital financeiro e bancário – e lucro comercial – parte do lucro que cabe ao capitalista comercial. Como nosso intuito é discutir a produção da riqueza no narcotráfico, nossa discussão vai se resumir basicamente à questão dos lucros industrial e comercial, pois compreendemos que estes dois segmentos estão diretamente relacionados com o tema em questão. Contudo, compreendemos a importância do capital financeiro e do capital fundiário para a discussão, mas acreditamos que ela deve ser feita em um outro momento com as devidas considerações.

Embora o mais-valor total, produzido em todas as esferas da produção social, seja a fonte real da acumulação de capital e da riqueza socialmente produzida, o capitalista abstrai essa última análise e se debruça sobre a questão dos lucros. Sob sua ótica, o lucro aparece como o resultado de uma vantagem que este obtém frente aos seus concorrentes no mercado, se resumindo simplesmente a uma diferenciação do seu custo total de produção à sua receita total⁶⁴. O mais-valor assume a forma mistificada do lucro e, sob o olhar da burguesia, como mérito do próprio capitalista que soube alocar os seus recursos da melhor forma, vendendo seus produtos por um preço acima do seu valor real. O trabalho desaparece a vista desse processo. Contudo, precisamos desmistificar essa hipótese de que os lucros são coisas alheias às relações de trabalho e demonstrar que eles não originam do processo de circulação, fruto do processo de compra e venda, embora dependa deste último.

No que diz respeito ao capitalista individual, está claro que a única coisa que lhe importa é a relação do mais-valor ou do excedente de valor – para cuja obtenção ele vende sua mercadoria – com o capital total adiantado para a produção da mercadoria, ao passo que a relação determinada e a composição interna desse excedente com os componentes particulares do capital não só não lhe importam, como é

⁶⁴ Para a economia ortodoxa moderna, o lucro é calculado tomando como base o cálculo contábil do custo de produção, ou seja, quanto o empresário investiu no seu negócio, subtraído da sua receita total, o quanto ele obteve de retorno desse investimento.

de seu interesse lançar fumaça sobre essa relação determinada e essa composição interna. (MARX, 2017, p.74)

A categoria lucro, e nesse caso nos referimos ao lucro social, pode ser compreendida como a riqueza socialmente produzida que, por sua vez, tem como fonte o mais-trabalho (trabalho não remunerado). Deste modo, temos que o lucro é também fruto do trabalho humano, “Considerando o capital variável total da sociedade, o mais-valor que ele gera é igual ao lucro produzido.”, (MARX, 2017, p.297). Podemos considerar, portanto, que o lucro social é a igual à soma do mais-valor total produzido por uma sociedade, expresso no excedente de mercadorias produzidas gratuitamente ao capital, conforme aponta Marx: “O lucro do capitalista provém do fato de que ele possui para vender algo pelo qual não pagou” (2017, p.73). Um capitalista, portanto, ao converter seu capital nos meios necessários para a produção (capital constante e variável) dá início ao processo de produção da riqueza, do lucro social. Contudo, para o capitalista individual pouco importa o lucro social, mas sim a parcela desse lucro que ele vai absorver, que Marx (2017) denomina de lucro individual.

Conforme já apresentamos, a produção de valor/mais-valor só ocorre na esfera da produção industrial e somente o capital variável é capaz de produzi-lo⁶⁵. Logo, se considerarmos que o grau de exploração for o mesmo para todos os setores da economia – se supusermos que todo trabalhador produz, sob uma mesma taxa de mais-valor – quanto maior o investimento em capital variável, maior será a produção de mais valor, considerando tudo o mais constante⁶⁶. Contudo, a apropriação desse mais-valor não será absorvida na mesma proporção em que foi produzida. A parte do lucro que cabe a cada capitalista individual independe da quantidade de riqueza que este produz. Nesse sentido, temos que o lucro se difere do mais-valor produzido, ambos tratados aqui em suas formas individuais. Em outras palavras, o lucro de uma determinada

⁶⁵ O mais-valor pode ser extraído do setor de transportes também que, como já bem destacamos, é considerado por Marx como um segmento da indústria.

⁶⁶ Neste momento estamos desconsiderando os advenços tecnológicos, como as maquinarias, por exemplo, que permitem uma maior extração de mais-valor do trabalhador, demandando menores investimentos em capital variável. A expressão “tudo o mais constante” (ou *ceteris paribus*) é muito utilizada na economia para expressar que somente a variável mencionada se altera, as demais permanecem constantes, inalteradas.

empresa não precisa ser, obrigatoriamente, idêntico ao mais-valor que ela produziu.

Para Marx (2017), “o mais-valor, independentemente de onde provenha, é, pois, um excedente sobre o capital total adiantado” (p.73). Essa proporção do mais-valor sobre o capital total investido na produção é denominado de taxa de lucro. A taxa de lucro diz respeito somente ao mais-valor obtido sobre o montante de capital total aplicado (m/C). Em outros termos, seria o mesmo que pensarmos o rendimento de determinado investimento. Enquanto a taxa de mais-valor é determinado pelo mais-valor produzido sobre o investimento em capital variável (m/v). Quanto maior a taxa de mais-valor, maior tende a ser a massa do mais-valor produzida por uma sociedade e, conseqüentemente, maior a taxa de lucro de determinados setores. Deste modo, temos que o mais-valor incide sobre os lucros individuais e não o contrário, a taxa de lucro é a variável dependente e a taxa de mais-valor é a variável independente.

O lucro individual pode ser compreendido, *grosso modo*, como uma parte apropriada pelo capitalista individual da riqueza socialmente produzida. Podemos entender, metaforicamente, a riqueza como um grande bolo produzido pelo trabalho social e repartido entre a classe capitalista⁶⁷. Cada pedaço desse bolo se constitui no lucro individual de cada capitalista. O tamanho desse pedaço, ou seja, a proporção do lucro que cada um vai receber da riqueza que a sociedade produz é determinado por outras variáveis, como veremos mais adiante.

O capitalista individual visa sempre investir seu capital no setor que lhe provenha uma maior taxa de lucro e, conseqüentemente, maior lucratividade. A determinante para o cálculo dos lucros individuais é a diferenciação entre o preço de custo e o valor de mercado das mercadorias, determinado pela concorrência entre as empresas.

O preço de custo pode ser compreendido como o montante de capital que o capitalista investe na produção. Seria a quantidade investida em capital constante e capital variável. Nas palavras de Marx (2017):

⁶⁷ A riqueza social, também compreendida como a massa do mais-valor socialmente produzido, é para Marx (2013), “A divisão do mais-valor – o qual, em primeira instância, tem sempre de se encontrar em mãos do capitalista industrial – em diversas categorias, como portadores das quais aparecem, além do capitalista industrial, o proprietário fundiário (para a renda da terra), o usuário (para o juro) etc., *ditto* [assim como] o governo e seus funcionários, rentistas etc.” (p.585).

Essa parcela de valor da mercadoria, que repõe o preço dos meios de produção consumidos e o preço da força de trabalho empregada, repõe apenas aquilo que a mercadoria custa ao próprio capitalista e, assim, constitui para ele o preço de custo da mercadoria. (p.58)

Contudo, precisamos ressaltar que o preço de custo da mercadoria não diz respeito ao seu real valor. Para Marx (2017), o custo capitalista de produção de uma mercadoria é calculado sobre a quantidade de capital total empregada na produção, enquanto o custo real da mercadoria (seu valor) é medido com base no dispêndio de trabalho. Sob esse aspecto, já é possível notar uma distinção entre o custo para o capitalista e o valor real da mercadoria, no qual o primeiro é sempre inferior ao segundo. Contudo, nossa análise não deve partir de uma perspectiva micro da situação, mas de uma análise macro. Por este motivo, devemos levar em conta o valor de mercado das mercadorias, mensurado pela média da produção social que, por sua vez, só será possível mediante a concorrência intra e intersetorial⁶⁸.

O valor de mercado será determinado pela média do valor das mercadorias produzidas em determinada esfera da produção. A concorrência desempenha o papel de diversificar uma esfera da produção, permitindo “a criação de um valor de mercado e um preço de mercado iguais a partir dos diversos valores individuais das mercadorias”, (MARX, 2017, p.232). Várias empresas produzindo um mesmo tipo de mercadoria, mas cada uma com suas especificidades, permite que um preço de custo médio de produção seja fixado e tende a equalizar as taxas de lucro de cada uma delas. Portanto, os mercados, expressos pelas curvas de oferta e demanda, serão importantes para regular o preço de mercado e suas flutuações com relação ao valor de mercado. Por outro lado, este último vem a ser o centro em torno do qual as oscilações das curvas de oferta e demanda (dos mercados) ocorrem, fazendo com que os preços de mercado variem (MARX, 2017). Em outras palavras, podemos compreender que

⁶⁸ Compreende-se como concorrência intrasetorial a competição entre empresas que atuam no mesmo ramo da produção. Por exemplo as empresas automobilísticas atuam dentro do setor automobilístico, são todas produtoras de um mesmo bem, veículos leves, pesados e etc., e competem entre si. A concorrência intersetorial seria a competição entre empresas de ramos diferentes. Elas não competem entre si, em termos de absorção do mercado consumidor, pois não produzem o mesmo tipo de mercadorias. Contudo, essas empresas disputam pela absorção da riqueza social produzida, competem por taxas de lucros maiores.

as oscilações dos mercados são sempre tentativas de igualar o preço ao valor, embora essa equidade seja quase impossível.

Em suma, o valor de mercado é a média do somatório de todos os valores individuais das mercadorias. A concorrência também proporciona a formação de um lucro médio, que seria a riqueza social, lucro social, repartido entre todas as esferas da produção capitalista. Nesse quesito, algumas indústrias terão lucros individuais inferiores e outras superiores à média, gerando apenas três opções aos capitalistas: 1) seu valor mercadoria individual ser inferior ao valor de mercado; 2) ser igual ao valor de mercado; 3) ser superior ao valor de mercado.

Essa questão não implica, todavia, que as empresas que atuam abaixo da média, que tem o valor de sua mercadoria individual superior ao valor de mercado, arcarão com prejuízos. O que impacta sobre os lucros da classe capitalista é justamente a diferenciação entre o seu preço de custo e o valor médio. Mesmo que o valor de sua mercadoria seja superior à média, o seu preço de custo ainda pode ser inferior ao valor de mercado, logo a empresa continuará obtendo lucros, mas numa proporção menor que as suas concorrentes. Determinado setor só obterá prejuízos caso o seu preço de custo seja superior ao valor de mercado, pois deste modo não obterá recursos suficientes para repor os materiais necessários para retomar o processo produtivo (MARX, 2017). Do mesmo modo que uma empresa que tenha um preço de custo igual ao valor de mercado não obterá lucros e nem prejuízos.

O limite mínimo do preço de venda da mercadoria é dado por seu preço de custo. Se são vendidos abaixo de seu preço de custo, os componentes gastos do capital produtivo não podem ser inteiramente repostos com base no preço de venda. (MARX, 2017, p.68).

No caso das empresas que possuem um valor individual inferior ao valor de mercado, ou seja, empresas que possuem um custo de produção abaixo do de suas concorrentes, obterá o que Marx (2017), chama de lucro extra (ou lucro excedente). Em suma, essa empresa está se apropriando, além da riqueza produzida na sua própria indústria, de parte da riqueza produzida por outros setores.

O caso mais recorrente de empresas obtendo lucros extras seria o caso das patentes. As empresas que desenvolvem determinada tecnologia que lhes

permitam obter um custo de produção inferior às suas concorrentes, estará obtendo lucros extras enquanto revigorar o período de vigência da patente. Isso permite às empresas detentoras de patente ter exclusividade desta tecnologia e sobressair às demais concorrentes. Por este motivo, ramos competitivos da produção estão constantemente buscando melhorias técnicas para aperfeiçoarem suas produtividades e obterem vantagens sobre suas concorrentes, pois ao mesmo tempo que reduzem o seu custo de produção, podem impactar em uma redução no valor de mercado, fazendo com que este último se aproxime do custo de produção de suas adversárias, no ramo.

Outro caso que diz respeito a obtenção de lucro extra por algumas empresas, que carece destaque, seriam a formação dos monopólios. No caso dos monopólios, essa apropriação se dará para além do setor em que a indústria está inserida, se tratando de uma relação intersetorial, visto que elimina a concorrência setorial.

O monopólio seria o controle da produção de uma determinada mercadoria por uma única (monopólio) ou por pouquíssimas empresas (oligopólio). A fase monopolista/oligopolista dos mercados⁶⁹ obriga que o consumidor compre mercadorias de apenas um, ou poucos (oligopólio), fornecedor(es), pois não haverá nenhum outro, ou pouquíssimos, concorrente(s) no mercado, no longo prazo, permitindo que a(s) empresa(s) ofereça seu produto por um preço muito acima do seu custo de produção.

O monopólio pode ocorrer de forma fortuita, ou seja, quando algum país ou até mesmo indústria está em posse de recursos naturais que são escassos aos demais concorrentes⁷⁰: “Por monopólio fortuito, entendemos aquele do qual o comprador ou o vendedor desfruta graças à situação fortuita da oferta e da demanda” (MARX, 2017, p.230). As outras duas formas de se obter monopólio seria pela via natural ou pela via artificial. A primeira está associada as vantagens naturais que determinado país ou indústria possui em relação às suas

⁶⁹ A fase monopolista seria a contramão da fase concorrencial, visto que se opõe diretamente a lógica do livre mercado, uma vez que os empresários passam a determinar os preços das mercadorias, ao invés destes últimos serem determinados pelo equilíbrio de mercado (MARX, 2017). Para os economistas modernos, a fase monopolista dos mercados faz com que o preço seja sempre maior que o custo marginal (MANKIWI, 2013).

⁷⁰ Durante o ciclo da borracha, o Brasil deteve, durante um breve período o monopólio da extração de látex, visto que a seringueira (árvore da qual se extrai o látex) era uma planta típica do território brasileiro. Acredita-se que mudas da planta foram roubadas e transferidas para outros países que, posteriormente, também se tornaram produtores de látex, fazendo o Brasil perder o monopólio da principal matéria prima utilizada na produção de borracha.

concorrentes⁷¹. “O monopólio natural deriva do próprio modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 250). Este tipo de monopólio está mais atrelado à tecnologia (maquinaria e outros meios que garantam maior produtividade) e a patente, uma vez que uma empresa patenteia uma tecnologia e a utiliza exclusivamente na sua indústria durante um período de tempo, tornando-a mais produtiva do que as demais concorrentes que já se encontravam no mercado. Nada impede a entrada de uma nova indústria no ramo, ou que as rivais consigam desenvolver outra tecnologia e retomarem a competitividade do mercado. Nesse sentido, o que determina o monopólio são as leis naturais do mercado, uma empresa se sobressaindo produtivamente perante as rivais. No longo prazo, as empresas concorrentes que não conseguem se manter na competição optam por retirarem seus respectivos capitais desse mercado ou vão à falência, tornando a empresa detentora da tecnologia, uma empresa monopolista.

O segundo tipo de monopólio está mais atrelado à intervenção estatal. Quando o Estado cria barreiras à entrada de concorrentes no país, ou simplesmente subsidia determinadas indústrias, com isenção de impostos, licença de atuação ou até mesmo tributando mercadorias importadas, ele está interferindo nas leis naturais do mercado. Esta última forma de monopólio é considerada artificial, pois cria empecilhos à livre concorrência, impossibilitando que as demais indústrias se insiram no mercado, criando as chamadas barreiras à entrada⁷².

Se de um lado temos o monopólio/oligopólio, centralização da oferta de mercadorias nas mãos de uma ou poucas empresas, por outro temos o monopsônio, que pode ser compreendido como a centralização da demanda por matérias-primas por uma ou poucas empresas. As duas estruturas de mercado⁷³ são marcadas por características em comum. Em ambos os casos, os

⁷¹ O mesmo vale para a economia ortodoxa, “Uma indústria é um monopólio natural quando uma só empresa consegue ofertar um bem ou serviço a um mercado inteiro a um custo menor que duas ou mais empresas” (MANKIWI, 2013, p.284).

⁷² Barreiras à entrada é um termo muito utilizado na economia, no que se refere à impossibilidade de outras empresas se adentrarem em um determinado ramo da produção. As barreiras estão diretamente vinculadas ao monopólio que podem ser originários de: 1) quando os recursos necessários para a produção se encontram sob o monopólio de uma determinada empresa; 2) quando o Estado intervém concedendo direitos exclusivos para uma empresa; 3) Quando a empresa detém um custo de produção menor que as possíveis concorrentes; (MANKIWI, 2013).

⁷³ Embora Marx não tenha aprofundado na questão dos monopólios, e muito menos dos monopsônios, essa discussão é muito importante para a nossa compreensão da dinâmica do narcotráfico. Veremos mais adiante como os monopólios e monopsônios contribuem para encarecer as drogas ilícitas no mercado.

capitalistas serão tomadores de preço, ou seja, não será o mercado, a concorrência, que determinará o valor de mercado dos produtos, mas sim as próprias empresas. O monopsonista normalmente dispõe de vários produtores de insumos para sua indústria sendo ele o único comprador destes, o que lhe permite determinar os preços das mercadorias ofertadas no mercado. As empresas que não aceitarem os termos do capitalista monopsonista terão suas mercadorias estocadas e seu capital estagnado.

Marx salienta o impacto do capital constante sobre a taxa de lucro. De acordo com o referido autor, quanto maior o preço das matérias-primas, menor tende a ser a taxa de lucro do capitalista industrial, e “O inverso ocorre no caso de queda do preço da matéria-prima, que, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, eleva a taxa de lucro.” (MARX, 2017, p.155). Logo, o monopsonista ao determinar os preços das *commodities* poderá elevar sua taxa de lucro, e, em contrapartida, reduzir a de seus fornecedores. Marx ressalta que, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o crescimento da taxa de lucro é inversamente proporcional ao preço da matéria prima.

A discussão dos monopólios é bem mais ampla do que foi esboçado aqui, contudo o que nos interessa de fato é que os monopólios geram divergência entre o preço e o valor de mercados de uma mercadoria, possibilitando uma empresa vender seu produto muito acima do seu real valor, ou comprar mercadorias abaixo do seu real valor, e se apropriar de parte da riqueza social produzida por outros setores da produção, fazendo com que as empresas monopolistas/monopsonistas sejam detentoras do lucro extra.

Diante destes dois casos supra citados, é preciso destacarmos que em nenhum dos dois há maior produção de valor. O capitalista estará somente extraíndo o mais-valor não só da exploração do próprio trabalho que ele emprega na sua empresa, como também extrairá, mesmo que indiretamente, o trabalho excedente de outros setores, se apropriando do mais-valor pertencente a outro capitalista (MARX, 2017). Esta tese reforça o que dissemos anteriormente, que a riqueza não será absorvida na mesma proporção em que foi produzida. Um setor da produção, ou até mesmo um capitalista individual, sempre se apropriará da riqueza de outrem, tirando vantagens dos seus concorrentes direto ou mesmo de outros setores da produção.

A composição orgânica do capital é outro elemento que tem efeito sobre a taxa de lucro. O investimento de uma mesma grandeza de capital pode gerar lucros diferentes e, até mesmo, capitais com grandezas distintas podem gerar uma mesma lucratividade, devido às suas composições orgânicas.

Apenas no interior da mesma esfera da produção, quer dizer, onde rege a mesma composição orgânica do capital, ou entre esferas de produção distintas, porém com idêntica composição orgânica do capital, as massas dos lucros se encontram em relação diretamente proporcional à massa dos capitais empregados. (MARX, 2017, p.198)

Caso a composição orgânica do capital seja distinta entre os demais ramos da produção, a taxa de lucro vai ser diferente para cada um deles, permitindo que um seja mais lucrativo em relação ao outro.

Ainda de acordo com Marx (2017), se considerarmos uma mesma taxa de mais-valor para todos os ramos da produção, a massa de mais-valor produzida estará diretamente relacionada com a massa do capital variável. Em outras palavras, quanto maior o investimento em capital variável, em detrimento ao capital constante, maior será a produção de mais-valor e, conseqüentemente, maior será a taxa de lucro. Marx ainda ressalta que a proporção entre capital fixo e capital constante circulante não altera em nada essa relação. Somente a proporção entre a parte variável e a parte constante do capital é que tem efeito sobre a taxa de lucro. Contudo, o autor ainda ressalta que a distinta proporcionalidade entre capital fixo e circulante terá efeito sobre os lucros caso essa diferença tenha impacto sobre o tempo de rotação do capital.

Além da diferente composição orgânica dos capitais, ou seja, além das diferentes massas de trabalho e, com isso – mantendo-se iguais as demais circunstâncias –, também de mais-trabalho mobilizadas por capitais de igual grandeza em diferentes esferas de produção, há ainda outra fonte de desigualdade das taxas de lucro: a diversidade na duração do ciclo de rotação do capital nas distintas esferas da produção. (MARX, 2017, p.199)

O tempo de rotação do capital é outro componente que afeta diretamente a taxa de lucro. De acordo com Marx (2017), setores da produção que detém menor tempo de rotação são capazes de converter o seu capital-mercadoria em capital-monetário em um período mais curto e, por tanto, apresentam uma taxa de lucro superior. O tempo de rotação é importante para explicar o porquê de

uma mesma quantidade de capital, ao ser aplicado em ramos distintos, possuir rendimento diferenciado.

A diferença entre os tempos de rotação é, pois, uma das razões que explicam por que capitais de igual grandeza não produzem, em diferentes esferas da produção, lucros de igual grandeza nos mesmos intervalos de tempo e por que as taxas de lucro variam nessas diferentes esferas. (MARX, 2017, p.199)

Setores com tempo de rotação mais curtos são capazes de reproduzir seu capital em um intervalo de tempo menor. Como o capital retorna para o capitalista na sua forma monetária mais rapidamente, ele é posto em circulação novamente, volta a ser empregado na produção, na aquisição de capital constante e capital variável. Ainda de acordo com o autor alemão, quanto menor o tempo de rotação, maior será a parcela de mais-valor, lucro, apropriado pelo capital.

Quanto mais curto o tempo de rotação, tanto menor se torna essa parte imobilizada do capital em comparação com o todo; tanto maior, também, torna-se o mais-valor apropriado, conservando-se inalteradas as demais circunstâncias. (MARX, 2017, p.108)

O tempo de rotação se divide em duas seções: tempo de produção e o tempo de circulação. De acordo com Marx (2017), qualquer encurtamento em uma dessas duas pode elevar a massa do mais-valor produzido. Como a massa de mais-valor é uma das condicionantes do cálculo da taxa de lucro, a redução do tempo de produção ou do tempo de circulação, vai afetar positivamente a taxa de lucro. O principal meio de encurtamento do tempo de produção seria o desenvolvimento da maquinaria que Marx (2017) denomina de progresso da indústria. No que diz respeito ao tempo de circulação, o autor atribui ao desenvolvimento, melhorias, das comunicações⁷⁴. Essas melhorias facilitam o transporte das mercadorias e possibilita que elas sejam compradas e vendidas mais rapidamente. De acordo com o referido autor, esse progresso da comunicação impacta positivamente sobre a taxa de lucro.

⁷⁴ Quando nos referimos a comunicação estamos tratando de aprimoramentos logísticos, estradas, meios de transporte mais rápidos e sofisticados, os próprios meios de comunicação, como a internet, telefone móvel, entre outros.

Lucro comercial:

O capital comercial, como já destacamos, desempenha o papel fundamental na etapa da circulação. O papel do capitalista comerciante, como já destacamos, será fundamental para encurtar o tempo de rotação do capital industrial, convertendo o capital-mercadoria em capital-monetário, possibilitando o capitalista industrial iniciar um novo ciclo de produção, visto que o capital deve sempre se encontrar na forma monetária para iniciar o processo de reprodução (MARX, 2017). No entanto, o ato de comprar e vender não gera valor e mais-valor algum.

Portanto, o capital de comércio de mercadorias – despojado de todas as múltiplas funções que podem estar vinculadas a ele, como armazenamento, remessa, distribuição, triagem, e restrito a sua verdadeira função de comprar para vender – não cria valor nem mais-valor, apenas medeia sua realização e, assim, ao mesmo tempo, o verdadeiro intercâmbio das mercadorias, sua passagem de uma à outra mão, o metabolismo social. (MARX, 2017, p.354)

Como o capital comercial não produz mais-valor, a parte que lhe cabe, que se apropria, deriva do mais-valor total produzido pela indústria. Contudo, como já bem destacamos, o comércio é capaz de elevar o preço da mercadoria. Ele transfere seus custos ao preço da mercadoria pretendida, embora não altere o seu valor. Logo, o capitalista comercial vai vender a mercadoria acima do seu valor. Para Marx (2017) o lucro comercial provém justamente dessa diferença entre o preço de compra e o preço de venda.

O capital comercial só detém as mercadorias quando estas entram no processo de circulação. A mercadoria que chega para o comerciante já possui um preço embutido nela que vem de sua produção e que, normalmente, se equivale ao valor médio, valor de mercado. Após a aquisição desse produto, o capital comercial adiciona seus custos a ele. Logo, o preço final da mercadoria é a soma do valor e do mais-valor, produzido pela indústria, e pelo transporte, com os custos do comércio. Para Marx (2017), o preço da mercadoria pago pelo capitalista comercial seria: o preço de custo do capital industrial, somado ao mais-valor. Contudo, Marx (2017) avança na análise apontando que o comércio é uma etapa indispensável para o processo de circulação das mercadorias.

Os custos do capital comercial provêm do seu investimento de capital no processo de circulação. Por mais que o capital industrial seja o real produtor de riqueza, ele carece do comércio para a realização do seu valor produzido. Por este motivo, o autor em questão, nos remete ao fato do capital comercial ser um dos componentes do capital total investido na produção. No cálculo do capital total, que citamos anteriormente como sendo uma das variáveis, juntamente com a massa de mais-valor produzida, que determinam a taxa de lucro, entraria o capital comercial. Portanto, uma vez dentro da composição do capital total, parte do lucro social será destinado ao capitalista comercial, proporcionalmente ao seu capital investido.

De acordo com Marx (2017), essa participação do capital comercial na composição do capital total e, conseqüentemente, nos lucros, será determinante no cálculo dos preços das mercadorias em posse do comerciante. Como o comércio não agrega valor à mercadoria produzida, ao elevar o capital total o capital comercial reduz a taxa de lucro do setor industrial e absorve uma parte do mais-valor produzido para si. Como a fórmula da taxa de lucro é de (m/C) , a massa do mais-valor produzido sobre o capital total aplicado na economia, quanto maior o valor de "C", mantendo-se "m" constante, menor tende a ser a taxa de lucro média. Uma vez alterado o lucro médio, altera-se, pois, o preço da mercadoria que, antes da entrada do capital comercial na fórmula do capital total, era apenas a soma do custo de produção industrial mais a taxa média de lucro e passa a ser: custo de produção + taxa média de lucro + lucro comercial. "Por isso, o valor real ou preço real de produção do capital-mercadoria total é $= k + l + h$ (sendo h o lucro comercial)." (MARX, 2017, p.358).

Deste modo, o preço da mercadoria continua sendo o mesmo, uma vez que não houve qualquer alteração no valor produzido, mas a parte que o capital industrial absorve é reduzida e transferida para o capital comercial. Em outras palavras, o capitalista comercial paga à indústria um preço abaixo do valor da mercadoria e a revende pelo seu real valor no mercado.

O preço de produção ou o preço pelo qual o capitalista industrial vende enquanto tal é, assim, menor que o preço de produção real da mercadoria; se levarmos em conta a totalidade das mercadorias, o preço pelo qual a classe capitalista vende essas mercadorias é menor que o valor delas. (MARX, 2017, p.358)

Marx ainda conclui que quanto maior for a proporção do capital comercial em detrimento ao capital industrial, menor será a taxa de lucro do capitalista industrial e vice e versa. E complementa dizendo que o capital aplicado pelo setor comercial se equivale ao capital fixo da indústria, que não é consumido no ato da produção, não agrega valor algum à mercadoria produzida.

O capital comercial também pode transferir para o preço da mercadoria os custos com a circulação. De acordo com Marx (2017), os investimentos em edifícios, armazéns e qualquer outro que seja necessário para comprar os produtos do capital industrial, entram na soma dos gastos do comerciante, nesse caso como gastos extras, e se transferem aos preços das mercadorias conforme vão sendo consumidos no processo de circulação. Outro ponto importante, que carece destaque, é a exploração do capital variável pelo capital comercial. Segundo Marx (2017), o capital comercial não pode extrair mais-valor do seu trabalhador assalariado, visto que não há produção de valor. Contudo, o capitalista pode pagar um salário abaixo do real valor da força de trabalho.

O trabalho não pago de seus empregados, embora não crie mais-valor, cria para ele a apropriação de mais-valor, o que, quanto ao resultado, significa para esse capital exatamente a mesma coisa; para o capitalista comercial, portanto, esse trabalho não pago é fonte de lucro. (MARX, 2017, p.367)

O autor ainda conclui dizendo o setor comercial segue as premissas do modo de produção capitalista, a exploração do trabalho, e que sem essa exploração, a atividade comercial jamais poderia ser exercida em grande escala. Ao pagar salários inferiores ao real valor da força de trabalho, o capitalista comercial consegue absorver uma maior parcela do mais-valor produzido na indústria. Além disso, o investimento em capital variável pelo setor comercial vai proporcionar um encarecimento da mercadoria, uma diferenciação entre o preço e o valor do produto vendido.

Os trabalhadores inseridos na esfera do comércio, embora não produzam valor algum (e nem mesmo mais-valor), são agentes importante para a realização do valor e, por conseguinte, os gastos com estes trabalhadores serão repassados aos preços das mercadorias. Os investimentos de capital, do setor comercial, na aquisição de capital constante e capital variável impactam sobre a taxa de lucro média, como já bem destacamos. Para Marx (2017), todo capital

que é consumido no ato da circulação entra no bojo do capital total aplicado na produção. Quanto maiores forem os investimentos de capital para suprir as necessidades do processo de circulação, menor tende a ser a taxa de lucro do setor produtivo.

Embora o capital comercial aparente ser um parasita que se sustenta da apropriação da riqueza produzida por outrem, precisamos levar em conta que o comércio é etapa fundamental do processo de circulação. Sem o capital comercial, o tempo de rotação seria muito mais longo e dispendioso para o setor industrial, o que prejudicaria a acumulação de capital para todos os setores da economia (a acumulação não deixaria de existir, ela só ocorreria de forma mais lenta). O comércio é responsável por aproximar os consumidores individuais das mercadorias, o que torna a realização do valor mais eficiente. Marx (2017) salienta que o capitalista comercial reduz os gastos do capitalista industrial, visto que sem o comércio o capital industrial demandaria mais trabalhadores e tempo para a execução no processo de circulação. Em outras palavras, podemos entender que o comércio, embora se aproprie de parte da riqueza produzida pela indústria, traz mais benefícios do que prejuízos ao setor industrial. Como Marx (2013) denomina, a circulação, no qual engloba a atividade comercial, se assemelha a um material utilizado na combustão, não produz calor algum, mas facilita o processo de produção de calor.

A taxa geral de lucro possui relação direta com a quantidade de capital investido na economia. Independente do setor, comercial ou industrial, quanto maior a massa de capital total, considerando constante as demais variáveis, menor tende a ser a taxa de lucro do capital e, por outro lado, quanto maior a taxa de mais-valor, considerando inalterada as outras variáveis, maior tende a ser a taxa de lucro. Contudo, a taxa de mais-valor está diretamente relacionada com a força de trabalho e conforme o capital altera sua composição orgânica, reduz a proporção de capital variável em detrimento a proporção de capital constante, na tentativa de elevar sua acumulação, ele inicia o processo que Marx (2017) denomina de queda da taxa de lucro, como veremos adiante.

V. Queda da taxa de lucro e medidas contra-arrestantes.

1. Queda da taxa de lucro.

Na busca incessante por elevar sua acumulação, sua lucratividade, o capital altera as formas de produzir, incorporando cada vez mais maquinarias e retirando o trabalhador cada vez mais do processo de produção, alterando a composição orgânica do seu capital. A retirada do trabalhador, principal componente de produção de valor, incide sobre a massa de mais-valor produzido. Considerando inalteradas a taxa de mais-valor, quanto menor o investimento em capital variável menor tende a ser a taxa de lucro.

Como a massa total do trabalho vivo agregado aos meios de produção diminui em relação ao valor desses meios de produção, diminui também o trabalho não pago e a parcela de valor na qual ele se representa, em relação ao valor do capital total adiantado. (MARX, 2017, p.275)

A alteração da composição orgânica do capital, em detrimento de uma reprodução ampliada, embora reduza proporcionalmente a massa de capital variável incorporada à produção, permite uma maior extração de mais-trabalho, visto que o aprimoramento dos meios de produção reduz o tempo de trabalho socialmente necessário, o trabalhador passa a demandar menos tempo para produzir mais mercadorias. Marx (2017) salienta que o ponto central não é a retirada do trabalhador do processo produtivo, visto que a massa de trabalhadores pode até crescer com a expansão da produção, mas esse crescimento da parte variável do capital tende a ser cada vez menor em detrimento à parte constante. Essa queda proporcional do capital variável é o cerne da questão, visto que o capital precisa investir cada vez mais capital constante e capital fixo e, por outro lado, retira, proporcionalmente, cada vez mais mais-trabalho, mais-valor, já que reduz a componente do capital variável, reduzindo a proporção entre o mais-valor e o capital total e acarretando em uma queda da taxa de lucro.

O lucro não é outra coisa senão o mais-valor calculado sobre o capital social, e a massa do lucro, sua grandeza absoluta, é, portanto, socialmente considerada, igual à grandeza absoluta do mais-valor. (MARX, 2017, p.277)

Continuando sua análise, Marx (2017) aponta que o aumento da demanda por capital constante contribui para um encarecimento dos meios de produção. Esse encarecimento exige maior investimento de capital para aquisição desses meios, o que resultaria em um aumento dos gastos com matéria-prima e máquinas e, conseqüentemente, na queda da taxa de lucro. Contudo, na contramão desse processo, temos o crescimento da massa de trabalhadores aptos ao trabalho que não são incorporados na produção. O exército de reserva, ou a superpopulação relativa, se torna cada vez mais supranumerário, permitindo ao capital comprimir o valor da força de trabalho e aumentar a massa de mais-valor e de lucro apropriados pelo capital, mesmo com a queda da taxa de lucro.

Aqui se mostra a lei já exposta[b], segundo a qual, na medida em que diminui relativamente o capital variável, isto é, na medida em que se desenvolve a força produtiva social do trabalho, uma massa maior de capital total é necessária para pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e absorver a mesma massa de mais-trabalho. (MARX, 2017, p.282)

Com a incorporação de meios de produção mais sofisticados, a produção de mercadorias demanda cada vez menos tempo de trabalho socialmente necessário, o que permite uma redução nos seus valores. A produção precisa se ampliar cada vez mais para suprir essa queda no valor. Se antes 100 mercadorias continham X valor – tempo de trabalho socialmente necessário – agora o capital demanda 500 mercadorias, por exemplo, para manter esse X valor. A dedução do tempo de trabalho social em mais mercadorias demanda do capitalista maior investimento de capital, sobretudo para aquisição de capital constante. Esse aumento de capital incide na relação m/C e reduz a taxa de lucro

Portanto, com o progresso do modo de produção capitalista, o mesmo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho se expressa, por um lado, numa tendência à queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, no aumento constante da massa absoluta do mais-valor ou do lucro apropriado; de modo que, em geral, ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos. (MARX, 2017, p.284)

Marx ainda aponta que a massa de lucro tende a aumentar, momentaneamente, para o capitalista que inova, aperfeiçoa, os meios de

produção que ainda não foram generalizados. Em outras palavras, seriam os ganhos de patente, uma indústria, ou capitalista individual, que detém o direito de patente de uma tecnologia e que lhe permite vender seu produto a um preço inferior ao preço de mercado, lhe possibilitando obter uma maior lucratividade, mesmo que por um período-determinado. Marx (2017) aponta que a própria concorrência tende a equalizar a situação. As vantagens são obtidas somente no curto prazo, visto que no longo prazo o capitalista que detinha a patente volta a ter de investir uma massa maior de capital para obter a mesma massa de lucro.

2. Medidas contra-arrestantes.

O capital visa sempre obter taxas de lucros maiores, contudo, o que se observa como uma tendência é que quanto maiores forem os investimentos de capital em determinado ramo da economia, menores tendem a ser os retornos obtidos com base no montante aplicado. Em outras palavras, a taxa de lucro tende a reduzir conforme aumenta o capital monetário aplicado. Por outro lado, Marx (2017) chama atenção para uma série de medidas que contrariam essa tendência, ou que simplesmente reduza a abrupta queda da taxa de lucro. Dentre estas, o autor alemão cita o aumento do grau de exploração do trabalho que, conforme já elencamos, diz respeito às formas de extração do mais-valor (relativo e absoluto), nas quais permitem ao capitalista obter uma maior taxa de mais-trabalho e, conseqüentemente, obter níveis mais elevados de mais-valor (lucro).

Ao elevar o nível de exploração sobre a classe trabalhadora, o capitalista pode simplesmente tornar o seu capital aplicado mais rentável, sem necessariamente precisar aplicar um montante maior de capital. Ele passa a investir menos em capital variável e transfere parte desse investimento na aquisição de capital constante. Deste modo, o capitalista consegue produzir uma maior quantidade de valor, e de mais-valor, proporcionalmente ao total do capital aplicado. Os adventos técnicos são a principal característica desse fenômeno. Tornando o capital variável mais produtivo sem necessariamente precisar aumentar o investimento de capital.

Nesse caso, não aumenta o capital constante empregado em relação ao capital variável, enquanto considerarmos este último como índice da força de trabalho ocupada, mas aumenta a massa do produto em relação à força de trabalho empregada. (MARX, 2017, p.297)

A segunda forma de contra-arrestar a tendência de queda da taxa de lucro, seria o barateamento dos elementos do capital constante. Como já destacamos, com a mudança da composição orgânica, o capital tende a investir cada vez mais em capital constante em detrimento do capital variável. Logo, a redução do capital constante implicaria diretamente em uma redução dos custos do capitalista industrial, que demandaria menos capital para produzir suas mercadorias, reduzindo a massa de capital total aplicado na economia e incidindo em uma redução da queda da taxa de lucro.

O barateamento dos elementos do capital constante também seriam uma forma de elevar a taxa de lucro, ou simplesmente reduzir a sua queda tendencial. Uma mesma proporção de capital aplicado na aquisição de capital constante e variável, pode adquirir mais capital circulante ou capital fixo, mediante a uma redução dos preços do capital constante, e, deste modo, se tornar mais produtivo com menos, ou com a mesma quantidade, de capital.

A incorporação de maquinarias no processo produtivo permite menores investimentos na contratação de trabalhadores, o que contribui para o aumento do contingente populacional a margem do mercado de trabalho, elevação do exército de reserva. Isso possibilita que o capitalista barganhe menores salários com a classe trabalhadora, comprimindo-os a ponto de não representarem o real valor da força de trabalho, ou seja, os salários não serão suficientes para aquisição dos meios necessários para a reprodução da força de trabalho. O que nos leva a terceira medida apresentada por Marx (2017).

A terceira medida para contornar a tendência de queda da taxa de lucro é a superpopulação relativa. Como já destacamos, a superpopulação relativa, ou aumento do exército industrial de reserva, é uma das medidas adotadas pelo capital para comprimir o valor da força de trabalho e obter maior lucratividade. Essa seria uma medida de tornar mais discrepante a diferença entre a produtividade da força de trabalho e o valor desta. Diz respeito ao crescimento da massa de trabalhadores aptos a trabalharem, aumentando exponencialmente o contingente de trabalhadores assalariados disponíveis no mercado, elevando

a oferta de mão de obra e permitindo a compressão do salário da classe trabalhadora. Nesse sentido, existe a possibilidade dessa mão de obra disponível permitir seu uso em outros ramos de produção - a produção de artigos de luxo, por exemplo - aumentando o uso da força de trabalho então ociosa. Nesse sentido, aumenta a composição orgânica em alguns ramos, mas usa-se força de trabalho disponível em outros ramos em que a composição orgânica não é ainda elevada. Resultando assim, em um aumento da taxa média de lucro.

O comércio exterior seria outra medida para frear a queda tendencial da taxa de lucro. Uma vez inserido no comércio global, uma determinada empresa, que disponha de aparatos técnicos superiores, ou simplesmente de uma vantagem produtiva sobre as empresas estrangeiras, obterá vantagens competitivas sobre seus concorrentes, lhes permitindo vender suas mercadorias à preços inferiores ao dos produtores locais, mas ao mesmo tempo superiores ao seu real valor, obtendo lucros extras.

A última forma de reduzir a tendencia de queda da taxa de lucro, apontada por Marx (2017), seria elevar o capital acionário, retirando parte dos investimentos na produção direta e aplicando-o no mercado financeiro, comprando ações de outras empresas. Neste caso, o capitalista, que ainda pode ser um capitalista industrial, passa a receber os dividendos das ações em que aplicou seu capital, tornando-o um capital portador de juros.

As seis formas não atuam de forma isolada, podendo inclusive ser muito bem combinadas a fim de frear uma possível queda da taxa de lucro. Veremos adiante como o tráfico de drogas é incorporado na dinâmica do modo de produção capitalista, desde a criação de valor até mesmo como uma alternativa para contra-arrestar a queda da taxa de lucro.

CAPÍTULO III - A PRODUÇÃO DO VALOR NO NARCOTRÁFICO.

Quando Marx escreve sua obra, no século XIX, explanando sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, o mercado das drogas ilícitas ainda não havia se desenvolvido da forma que se apresenta hoje. Não havia uma indústria consolidada nos moldes da produção capitalista, com uma lucratividade tal exorbitante, e um mercado globalizado e interligado pelos veículos de comunicação. Por este motivo, cabe a nós trazeremos novos elementos para a análise desse ramo que vem crescendo cada vez mais e se tornando uma alternativa para a recuperação da acumulação, valorização de capital, alternativa à queda tendencial da taxa de lucro.

As categorias apresentadas até agora atendem a uma forma geral da produção capitalista. Obviamente que cada indústria possui sua particularidade, a indústria de eletrodomésticos tem uma dinâmica produtiva diferente da indústria de cosméticos e do próprio narcotráfico, por exemplo. Contudo, o que visamos demonstrar é que em suma, de uma forma bem geral, todo setor industrial, dentro do modo de produção capitalista, necessita atender à certas premissas, dentre elas um capital inicial, sob a forma monetária ou de crédito, insumos para produzir uma nova mercadoria (um novo valor) e precisam gerar lucros para a classe dominante, que só será possível mediante a exploração do trabalhador, do trabalho vivo.

Seguindo esse conceito, podemos pressupor que a partir do momento que a produção de drogas ilícitas se configura como uma indústria, nos moldes do modo de produção capitalista, produção de mercadorias em larga escala, ela necessariamente precisa atender a essas premissas. E quando nos referimos às drogas ilícitas, nos referimos a qualquer espécime: drogas naturais, semissintéticas e sintéticas. Sendo indústria, ou seja, produzindo em larga escala, e estando inserida no processo de produção de mercadorias, tem por objetivo gerar lucros (valorização de capital) e dependem exclusivamente da exploração do trabalho vivo para tal.

Dito isso, podemos então elencar que, como toda indústria, um capitalista que ousar se lançar no ramo da produção de drogas ilícitas precisará dispor de um capital inicial. Logo, só existem duas possibilidades para que isso ocorra: 1) ele já dispor de um capital, logo já é capitalista de um outro ramo; 2) terá de

recorrer ao setor bancário, capital financeiro para adquirir um capital. Deste modo, podemos supor que o mercado financeiro, está envolvido, mesmo que indiretamente, no ramo do narcotráfico.

Do que se segue, diga-se de passagem, que quando detrás do produtor de mercadorias em geral se encontra um capitalista monetário, que, por sua vez, adianta capital monetário (no sentido mais estrito do termo, ou seja, valor de capital em forma-dinheiro) ao capitalista industrial, o verdadeiro ponto de retorno desse dinheiro é o bolso desse mesmo capitalista monetário. Assim, ainda que o dinheiro circule em maior ou menor medida por todas as mãos, a massa do dinheiro circulante pertence ao setor do capital monetário, organizado e concentrado na forma de bancos etc.; o modo como esse setor adianta seu capital condiciona o retorno constante e final a ele desse capital, em forma-dinheiro, por mais que tal retorno seja mediado, por sua vez, pela reconversão do capital industrial em capital monetário. (MARX, 2013, p.575)

Essa hipótese que levantamos tem mais relevância e fundamento se tomarmos como base o emblemático escândalo do HSBC. O banco em questão, juntamente com outros tantos, como o banco alemão *Deutsche Bank*, o banco britânico *Standard Chartered Bank*, por exemplo, foi acusado de operar transações de origens ilícitas. De acordo com a reportagem do jornal *O Estadão*, as empresas envolvidas no esquema chegaram a movimentar mais de 2 trilhões de dólares por quase duas décadas.

Obviamente que o tráfico de drogas não é responsável por todo esse montante sozinho. Quando nos referimos às fontes ilícitas, levamos em conta a corrupção e outros tipos de tráficos, como o de armas, de animais e de pessoas, por exemplo. O HSBC, entretanto, já foi acusado, em outras ocasiões, de envolvimento direto com o tráfico de drogas no México, em 2012. O banco em questão foi investigado pelo serviço de inteligência dos Estados Unidos que comprovaram que o HSBC era responsável por lavar dinheiro⁷⁵ de vários cartéis⁷⁶ mexicanos durante anos, sendo considerado por vários traficantes de

⁷⁵ O termo “lavagem de dinheiro” diz respeito a prática de tornar o dinheiro obtido de fontes ilícitas (corrupção, tráfico ou roubo) legal, dentro da lei. Um montante de dinheiro fruto de operações ilícitas não pode ser declarado, por se tratar de um esquema ilegal, logo a receita federal pode suspeitar e investigar a origem do mesmo. Por este motivo, a lavagem de dinheiro atua como uma forma de tornar esse dinheiro legal. Essa prática vem sendo condenada a muito tempo, e conta com envolvimento de bancos e empresas para execução da mesma. Por isso a alusão de “lavar” dinheiro, pois faz com que um dinheiro sujo, ilegal, se torne limpo, dentro da lei.

⁷⁶ O termo cartel, relacionado ao narcotráfico, não tem qualquer relação com a prática de cartéis utilizado na economia. Cartel para as drogas pode ser compreendido como a denominação de uma

drogas como o melhor banco para se fazer negócio (NA ROTA..., 2020). Segundo a reportagem da *Carta Capital*, a investigação americana foi de quase 10 anos e apontou o banco multinacional, com sede em Londres, como o responsável por lavar cifras na casa dos bilhões de dólares, durante o período investigado. De acordo com as investigações, o HSBC já vinha lavando dinheiro de origens ilícitas desde o ano 2000.

Um dos casos mais notórios do envolvimento do HSBC com o narcotráfico, mais especificamente com o cartel mexicano de Sinaloa, foi a prisão de Zhenli Ye Gon, em 2007. Ele era dono da empresa farmacêutica Unimed, no México, e um dos cabeças por trás do tráfico de metanfetamina pelo cartel em questão. Foram encontrados 205 milhões de dólares em espécime na casa do empresário e comprovado que Ye Gon realizava inúmeras transações bancárias, através do HSBC, no intuito de lavar seu dinheiro proveniente do tráfico (NA ROTA..., 2020).

A atuação do HSBC foi um episódio declarado de envolvimento do setor financeiro à produção de drogas ilícitas. A instituição financeira declarou-se culpada pelos crimes que fora acusada e, ao fim da investigação, o banco em questão foi condenado a pagar uma multa de 1,9 bilhão de dólares, quantia irrisória em comparação com o montante adquirido ao longo dos anos em que a instituição vem lavando dinheiro sujo (NA ROTA..., 2020). Ainda de acordo com o documentário, essa quantia equivale ao lucro de apenas 5 semanas do banco em questão.

Possivelmente o caso do HSBC não foi o primeiro e nem será o último caso de bancos envolvidos com o narcotráfico. Enquanto houver produção industrial, massiva, de substâncias entorpecentes, obrigatoriamente teremos envolvimento de instituições financeiras por trás. Sem capital, não há produção capitalista e, como já apresentamos, a maior fonte de capital são as próprias instituições financeiras. Mesmo que estas instituições não forneçam o capital diretamente, o fato de lavarem o dinheiro de cartéis, permite que estes convertam parte de seus lucros em capitais pois, como dissemos anteriormente,

empresa que controla um setor ou vários dentro da cadeia produtiva das drogas ilícitas, está mais relacionado com o crime organizado. Cartel para a economia é a prática de combinação de preços realizada por algumas empresas oligopolistas para absorver maior percentual do mercado consumidor e criar barreiras à entrada de concorrentes no ramo.

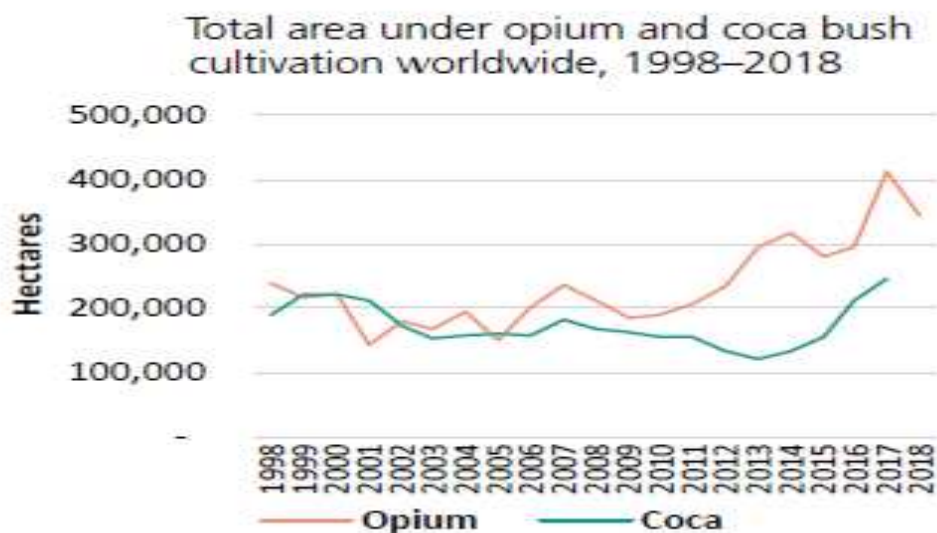
parte dos lucros obtidos pelos capitalistas será convertida em renda e outra parte será convertida em capital. Dito isso, podemos pensar no setor financeiro como uma etapa do processo de circulação de capital, visto que, ao lavar o dinheiro do tráfico, possibilitará a reconversão desse dinheiro em capital passível de ser aplicado na produção, atuando no seu tempo de rotação.

A questão da lavagem de dinheiro é um dos elementos particulares do mercado paralelo, no qual o narcotráfico se insere, que o difere das demais indústrias que atuam dentro da lei. Mas essa discussão carece de um aprofundamento maior, do qual não será necessário neste trabalho. Contudo, precisamos compreender, e enfatizar, que a relação do narcotráfico com o setor financeiro existe e é de suma importância para a estrutura produtiva das drogas ilícitas.

A terra é outro fator de suma importância para a produção de substâncias entorpecentes, visto que, conforme já apresentamos na primeira parte deste trabalho, a produção das drogas naturais demanda muita terra para o cultivo de matéria-prima. Em 2017, a área global destinada a produção de folha de coca foi registrada em 245.000 hectares. O Peru, um dos três maiores produtores de folha de coca do mundo, registrou um total de 49.900 hectares destinados ao cultivo da matéria-prima utilizada na produção da cocaína, enquanto a Colômbia, o maior produtor, registrou uma área de 171.000 hectares, só para a produção dessa planta (UNODC, 2019). Ainda de acordo com os mesmos dados, a produção global de folhas de coca apresentava tendências de crescimento para os anos seguintes.

Em 2018, o Afeganistão, mesmo após uma abrupta queda de 20% na produção de papoula, em relação ao ano anterior, registrou uma área de 263.000 hectares destinados a produção da planta matéria-prima para a fabricação dos opiáceos. A área global destinada a produção de papoula atingiu a marca de 346.000 hectares no mesmo ano, logo o país asiático detém mais da metade da terra empregada no plantio dessa droga natural. A figura 8 ilustra bem os dados que apresentamos:

Figura 8: Área total destinada ao cultivo de ópio e folha de coca no mundo, 1998-2018.



Fonte: Retirada do World Drugs Report 2019, da UNODC.

A linha verde representada na figura 8, refere-se ao cultivo de folha de coca, enquanto a linha vermelha ilustra a curva do ópio. Em 2017, últimos dados referentes a folha de coca, o cultivo ultrapassou os 200.000 hectares, sendo o ponto mais alto do período analisado, e com tendências de elevação. Enquanto o ópio (linha vermelha), representado até o ano de 2018, teve no mesmo ano de 2017, o seu pico no cultivo, passando dos 400 mil hectares. Apesar da queda no ano seguinte, 2018, a produção ainda atingiu patamares muito elevados, quando comparados com os demais anos analisados.

No que diz respeito à produção de *cannabis*, observamos a mesma tendência de crescimento apresentada pela folha de coca e o ópio. A produção de maconha global, demanda um percentual significativo de terra para o cultivo de sua matéria-prima. De acordo com a UNODC (2019), a maioria dos países que investem em políticas de combate ao tráfico de maconha, apresentaram tendências de crescimento no cultivo de *cannabis* entre os anos de 2013-2017.

Por mais que seja mais notório a necessidade da terra no processo produtivo das drogas naturais, por se tratar de plantas e demandarem a terra na sua forma mais pura, para o cultivo, é preciso também salientarmos sua importância na esfera da produção industrial. A importância da terra não pode ser vista apenas em sua utilização no plantio, ou seja, para a produção das drogas naturais. A própria instalação de uma indústria das drogas semissintéticas e sintéticas necessita de um espaço de terra. No caso da

produção de cocaína, por exemplo, a instalação do cocaleiro⁷⁷ demanda um terreno bem específico, quase sempre dentro da mata fechada, dificultando o monitoramento e as buscas dos órgãos de controle. Ao mesmo tempo, precisa de uma logística bem estruturada, que possibilite a locomoção de veículos leves, como carros, até os mais pesados, como caminhões e aviões, para transportar os insumos e as substâncias produzidas. Portanto, essas terras utilizadas para instalações laboratoriais são bem restritas e difíceis de serem encontradas.

O mesmo se observa nos laboratórios produtores de metanfetamina, no Mianmar, cuja instalações laboratoriais são mais evidentes dentro de matas fechadas. Basicamente toda a cadeia de produção das drogas ilícitas demanda um espaço de terra, sobretudo em terrenos bem escondidos, para escapar do monitoramento estatal. Essa prática também será notória no setor do comercial, no qual carece de um espaço, uma proporção de terra, para o armazenamento das substâncias e ao mesmo tempo um local para a comercialização do produto⁷⁸. Até mesmo as drogas sintéticas, das quais não dependem da terra em sua forma pura, para a fomentação de suas mercadorias, demandam uma estrutura laboratorial, visto que essa indústria se utiliza, basicamente, de insumos químicos. Contudo, essas informações acerca das instalações laboratoriais são mais difíceis de serem obtidas do que a terra destinada ao plantio, até mesmo porque a proporção de terra utilizada na produção das drogas naturais é muito superior à utilizada na produção das semissintéticas e sintéticas. Logo a mensuração destas últimas se torna quase impossível até o ano deste trabalho.

Mesmo o capital, fornecido pelo setor financeiro, e a terra desempenharem um papel importante no processo produtivo do narcotráfico, será na esfera da indústria, ou mais precisamente, na produção industrial das drogas ilícitas que teremos propriamente a produção do valor desse setor. O capital industrial é o único capaz de converter o capital monetário em capital mercadoria e vice-versa “O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação” (MARX, 2013, p.146).

⁷⁷ Nome utilizado ao se referir a indústria produtora de cocaína.

⁷⁸ Popularmente conhecido como “ponto” de compra e venda de drogas.

Portanto, nosso foco será discutir sobre a relação da produção industrial e do comércio das drogas ilícitas.

Com base no que foi exposto, até agora, podemos indagar que os lucros do narcotráfico não condizem necessariamente com a riqueza que este produz. Quando dizemos que o mercado ilegal das drogas ilícitas movimenta, por exemplo, 500 bilhões de dólares, por ano, não significa que este mercado produziu todo esse valor. Ele pode produzir um valor acima dos 500 bilhões, mas só absorver esse montante, ou pode produzir abaixo e se apropriar da riqueza produzida em outros setores.

A produção do valor no mercado das drogas se inicia na produção das drogas naturais, nas plantas, conforme já ressaltamos. Até mesmo as drogas sintéticas, que não se utilizam diretamente dessas drogas naturais, demandam insumos produzidos pela indústria farmacêutica que, por sua vez, depende de outras matérias-primas para desenvolvimento dos compostos. Desse modo, podemos inferir que a produção industrial das drogas ilícitas, e consequentemente de valor, pode ser dividida em 2 partes. A primeira se resume a produção das matérias-primas (folha de coca, papoula e *cannabis*) que, em sua maioria, se destina ao consumo industrial, produtores das drogas semissintéticas, enquanto a segunda seria a produção direta das referidas drogas, cocaína, heroína, maconha e as drogas sintéticas.

Podemos compreender essa primeira parte como a produção do departamento I, insumos para a indústria. Tomando como base a folha de coca, por exemplo, veremos que, por mais que ainda exista o consumo privado dessa substância, como é tradição entre os povos andinos mascá-la, (BARRETO, 2011), a maior parcela de seu cultivo é destinada à produção de cocaína. O mesmo pode ser observado com a produção de papoula. Mesmo que seja uma tradição o uso das propriedades na planta em tratamentos medicinais, estampa de tecidos e até mesmo no consumo do ópio na sua forma líquida, o suco da papoula, principalmente entre os países árabes do oriente, destaque para o próprio Afeganistão, a maior parte do cultivo desta planta é voltada para a produção de opiáceos. O mesmo pode ser compreendido com o cultivo de *cannabis*, em que sua maior parte se destina a produção de maconha e haxixe.

Deste modo, observa-se que o processo de produção de valor no mercado das drogas ilícitas se inicia na produção das drogas naturais. Porém, conforme

já ressaltamos, a produção de valor não implica necessariamente na sua apropriação.

Partindo da análise da cocaína, por exemplo, temos que o valor dessa substância engloba todo tempo de trabalho empregado na sua produção, partindo do valor do capital constante necessário nesse processo que, nesse caso, pode ser compreendido como o valor da folha de coca e dos demais insumos (gasolina, cimento e outros solventes utilizados), perpassando pela fabricação da pasta base, até o investimento em capital variável, os trabalhadores assalariados envolvidos diretamente no processamento da cocaína. Como toda empresa capitalista, na indústria da cocaína há também trabalho não remunerado, mais-trabalho, do qual o capitalista extrai produtos, mercadorias, gratuitamente do trabalhador, mais-valor. Portanto, tomando como base que a Colômbia é o maior produtor de cocaína do mundo, podemos pressupor que o valor dessa droga, a riqueza gerada pela indústria da cocaína, tem como principal origem o país andino. Contudo, voltando a repetir, isso não significa que toda esta riqueza será apropriada pelos narcotraficantes colombianos.

Nosso intuito aqui não será mensurar a quantidade de valor que esse mercado paralelo produz, dada a imensa dificuldade de tal cálculo⁷⁹, ainda mais dentro de um mercado ilegal. Contudo, podemos, por meio da teoria marxiana, compreender de que forma ocorre a produção desse valor.

Partindo da origem do valor da cocaína, temos que o grosso da produção de folha de coca se restringe, quase que exclusivamente, aos pequenos agricultores que, conforme já citamos, se utilizam de terras públicas para o cultivo da planta. A baixa sensibilidade dos preços da folha de coca, quando comparado com outros produtos agrícolas, como o café e a banana por exemplo, torna essa produção extremamente rentável para esses pequenos fazendeiros. O preço da folha de coca se mantém estável a mais de 30 anos, o que passa segurança econômica para esses produtores e compromete a migração desses agentes para o cultivo de outros produtos lícitos. O tempo de rotação da folha de coca é muito baixo, em comparação com outros produtos. Estima-se que o ciclo

⁷⁹ Existem tentativas de cálculos, visto que a compra dessas mercadorias precisa ser feita, em grande parte, em dinheiro vivo ou moedas criptografadas.

da banana, desde da plantação até a colheita, demora cerca de um ano e rende ao pequeno agricultor colombiano 5 mil pesos por ano, enquanto o ciclo da folha de coca dura três meses e rende 10 mil pesos a cada safra (DROGAS..., 2020). Em um ano, um fazendeiro que cultiva folha de coca pode obter uma rentabilidade 8 vezes maior do que se cultivasse banana, por exemplo.

O que se observa na produção dessas *commodities* é que ela é bem diversificada. No geral, tem-se vários pequenos produtores de folha de coca, enquanto a produção de cocaína é bem restrita à pequenos grupos, denominados de cartéis. Os produtores de cocaína serão monopsonistas, visto que serão os únicos compradores em larga escala dessa matéria-prima e, portanto, serão tomadores de preço, podendo pagar um valor abaixo do que as safras realmente valem. Nesse sentido, podemos destacar que não há exploração direta dos trabalhadores produtores de folha de coca pelos cartéis, visto que não há vínculos diretos de trabalho, mas há uma exploração indireta. O fazendeiro é um trabalhador autônomo, que produz para si e vende tudo aquilo que produz. Contudo, parte do seu valor produzido é absorvido pelo monopsonista, que recebe um valor extra, do qual não pagou para obtê-lo.

Vale ressaltarmos, porém, que mesmo não recebendo integralmente por tudo o que produziu, o cultivo de folha de coca ainda se torna uma alternativa rentável para o pequeno produtor rural dos países andinos. A produção de folha de coca possui baixos custos, visto que os produtores não demandam insumos, como adubos, sistema de irrigação, entre outros, as safras são resistentes às condições climáticas, pragas e possuem um ciclo muito mais curto que os demais produtos agrícolas aptos ao cultivo local. Apesar dos riscos de encarceramento, produzir folha de coca garante uma estabilidade econômica, uma segurança para os seus produtores, que lhes permite sustentar a si mesmos e suas famílias.

O mesmo se observa na produção de heroína. Levando em consideração que a produção massiva dessa droga se concentra no Afeganistão, podemos considerar, assim como é o caso da cocaína, que a produção de valor dessa indústria tem como origem o país asiático. No cálculo do valor da heroína entra todo capital constante e capital variável empregado na sua fomentação.

O capital constante circulante utilizado na fabricação da heroína, as *commodities* consumidas diretamente no ato da produção, engloba todo o

trabalho envolvido na fabricação da papoula, do ópio e da morfina, até mesmo dos compostos químicos utilizados no refinamento da heroína.

Durante décadas o governo afegão vem buscando alternativas à produção de papoula no país. Órgãos internacionais já investiram mais de 9 bilhões de dólares em políticas de combate ao narcotráfico no Afeganistão que, durante o período em que havia investimento externo, culminaram em uma queda significativa do cultivo de papoula. No longo prazo, porém, essas políticas não obtiveram o sucesso esperado. Em 2014, após a redução do auxílio externo, cogitou-se que o cultivo de açafrão poderia ser uma alternativa à produção de ópio no país, (NO..., 2014). A especiaria é considerada um dos temperos de cozinha mais caros do mundo e, por este fator, havia expectativas de que seu cultivo se tornasse um atrativo aos produtores agrícolas, visto que era um produto lícito e altamente rentável, embora o seu cultivo fosse muito mais dispendioso que a papoula. Uma pequena parcela dos pequenos fazendeiros até se arriscou na produção de açafrão, mas o grosso desse grupo permaneceu no cultivo de papoula. O plano de substituição de cultivo não atendeu às expectativas, fato é que, nos anos seguintes, a produção de papoula, ópio e derivados, apresentou um aumento exponencial, chegando a produzir, em 2017, 9 mil toneladas de ópio, 87% a mais do que ano anterior, sendo o recorde da produção nas últimas 2 décadas (UNODC, 2019).

Cabe ressaltarmos que o cultivo de papoula, não é proibido no país, visto que nem toda a sua produção é destinada a abastecer a produção de opiáceos ilícitos, sendo utilizados na fabricação de óleo de cozinha, palha, combustível, ração animal e até mesmo alguns medicamentos utilizados pela comunidade médica. Contudo, o grosso da produção é absorvido pelo narcotráfico na fabricação de drogas ilícitas, do qual a heroína é o carro chefe. A plantação de papoula possui uma alta rentabilidade até mesmo para os pequenos produtores, dado as possibilidades que dispõem, fato é que muitos destes migraram do cultivo de milho, trigo e outros grãos para a produção de papoula e obtiveram o dobro de rendimento (UNODC, 2003). O ópio, suco extraído da papoula, é uma safra de curto prazo, possui um tempo de rotação muito curto, sendo possível colher ópio durante 100 dias no ano, tempo muito inferior aos demais produtos agrícolas.

Como já destacamos, o mercado das drogas ilícitas possui pouca volatilidade, ou seja, seu consumo é constante e sofre pouco impacto diante de oscilações dos preços e isso respalda sobre a produção também. A produção das *commodities*, utilizadas na fabricação dessas substâncias, sofre pouca influência em detrimento de variações nos preços, visto que não há alternativas com melhor remuneração no mercado formal, o que nos leva a hipótese de que a agricultura familiar, no Afeganistão, encontra no cultivo de papoula a segurança econômica que outros produtos agrícolas não fornecem, tal como ocorre nos países andinos com a folha de coca (UNODC, 2003).

As condições político-econômicas dos países, grandes produtores de drogas, são essenciais para a consolidação do narcotráfico no interior de seus territórios. A falta de alternativas do mercado formal, atrelada, em alguns casos, a instabilidades políticas, permite que um grande contingente de trabalhadores se disponha a trabalhar na produção, direta ou indireta, das drogas ilícitas. Fato é que, como vimos, o mercado produtor de papoula se comporta como o da cocaína. Grandes grupos de pequenos produtores agrícolas, que cultivam a planta e extraem o seu suco, fornecendo a matéria-prima para pequenos grupos (cartéis) produtores dos opiáceos, mais precisamente a heroína. Esses cartéis determinarão o preço das *commodities* no mercado, e se apropriaram de parte do valor produzido por estes grupos de agricultores, tal como ocorre na Colômbia.

A produção de valor no mercado da heroína engloba todo o valor produzido na agricultura, produção de matérias-primas, que são convertidos no capital constante, somados ao valor do capital variável utilizado na fabricação direta da droga e, também, o mais-valor extraído desses trabalhadores. Assim será para todos os demais ramos da produção das drogas ilícitas. Se há produção de mercadorias, nos moldes do modo de produção capitalista, haverá produção de valor e de mais-valor, independente do ramo ou setor industrial. Portanto, todas as substâncias ilícitas, a maconha, o *crack*, a cocaína, heroína, os opiáceos e os comprimidos sintéticos, são mercadorias portadoras de valor e mais-valor, cujo determinante será o tempo de trabalho socialmente necessário para a fomentação desses produtos. Contudo, por se tratar de uma produção ilícita, o narcotráfico engloba outras variáveis que incidem sobre a composição orgânica do capital aplicado no setor.

I. A ilegalidade: uma medida contra-arrestante à queda da taxa de lucro.

O ponto central da produção das drogas, que viemos trabalhando até aqui, é justamente a ilegalidade. Por tratarmos de um mercado ilegal, a produção das drogas demanda uma quantidade de capital que se difere do mercado legal, logo a composição orgânica dessa indústria será bem distinta das demais indústrias legalizadas, como a indústria farmacêutica, por exemplo. O narcotráfico precisa investir uma quantidade maior de capital para suprir necessidades específicas de um ramo que atua na ilegalidade como, por exemplo, o suborno e os custos com segurança. Na contramão desses gastos extras que a ilegalidade gera ao narcotráfico temos a utilização do excedente do exército de reserva, o que seria para Marx (2017) uma das medidas contra-arrestantes da queda da taxa de lucro, utilizar desse excedente na produção em um ramo em que o capital variável se torna abundante.

A composição orgânica do capital utilizado na indústria das drogas é baixa, ou seja, investe-se muito em capital variável e pouco em capital constante, em termos proporcionais. Investir em máquinas pesadas e equipamentos de primeira linha, intensificam o risco de perda ou destruição do capital. Uma máquina apreendida pela polícia, por exemplo, implicaria na perda imediata do capital investido na aquisição da mesma, além de comprometer toda a cadeia produtiva. Por outro lado, com um excedente de mão de obra disponível no mercado, a prisão de um dos trabalhadores do tráfico não implicaria em prejuízos ao capital, além de ser uma “peça” de fácil reposição, visto que estes trabalhadores podem ser facilmente substituídos e sem custos. As próprias instalações fabris dessas indústrias são rudimentares e sucateadas. Os produtos e equipamentos utilizados no processo de fabricação são de baixo nível, com materiais baratos e até mesmo improvisados. Quanto maior for o investimento, maior a chance de perda de capital. Todas essas são formas de reduzir o risco de destruição do capital, tal como os meios de transporte utilizados para transportar as mercadorias são, em sua maioria, improvisados e/ou de segunda mão, como veremos adiante.

Por estar sob constante repressão dos Estados, o narcotráfico precisa buscar mecanismos para burlar o sistema, dentre os quais se enquadra o

pagamento de propina (suborno) para os agentes da fiscalização. De acordo com o que foi apresentado sobre a teoria marxiana, compreendemos que o capital destinado ao pagamento de propina não gera nenhum valor, visto que não altera em nada o corpo, forma, da mercadoria e muito menos suas propriedades. Portanto, podemos considerar os investimentos em propina como parte do que diz respeito aos gastos da circulação.

Em muitos casos, a propina possibilita o encurtamento do tempo de curso da mercadoria, visto que as mercadorias poderiam atravessar rotas que favoreçam o processo de transporte da droga. Do contrário, o transportador buscaria formas alternativas para burlar o sistema de controle estatal, o que poderia comprometer a mercadoria, prolongar o tempo de circulação e encarecer o seu processo de transporte. Nesse sentido, a propina, embora não produza nenhum valor, atua na transferência de valor para a mercadoria transportada, englobando um custo para a indústria do transporte que, como já destacamos, atua como uma etapa da produção e, por este fator deveria entrar no cálculo do valor da mercadoria.

Outro ponto referente a questão da ilegalidade que precisa ser referido é a proteção, segurança. A indústria das drogas não funciona como uma indústria dentro dos moldes legais do modo de produção capitalista. As leis do mercado não regem o narcotráfico e, portanto, a concorrência entre as empresas inseridas no ramo, não será determinada apenas pelo preço de suas mercadorias, ou pela produtividade de cada uma, mas também pela força militar que elas possuem. Essas empresas, que também são denominadas de cartéis, ou facções criminosas, estão constantemente investindo parte do seu capital na aquisição de armamentos e de pessoal, trabalhadores, para atuarem na proteção dos seus negócios. Além das repressões das forças do Estado, os cartéis atacam uns aos outros a fim de retirar o seu concorrente de circulação e absorver todo o mercado para si, uma disputa territorial entre os próprios capitalistas do ramo.

Alguns cartéis cobram, inclusive, uma tarifa para proteger⁸⁰ os pequenos fazendeiros, produtores das *commodities* utilizadas para a produção industrial das drogas semissintéticas. No Afeganistão, por exemplo, grupos insurgentes

⁸⁰ O serviço de proteção oferecido pelos cartéis ou outras facções criminosas é contraditório, visto que são coagidos por estes grupos a pagar uma taxa, do contrário, os próprios grupos que protegem eliminam os que se recusam a pagar.

como o próprio Talibã, por exemplo, obtém anualmente uma lucratividade de 90-160 milhões de euros somente com cobrança de impostos sobre o cultivo de papoula e pelo comércio de ópio (UNODC, 2009).

A aquisição de armas de fogo seriam uma forma de investimento em capital fixo, ferramentas de trabalho, para estes capitalistas, visto que são recursos que garantam a preservação das mercadorias produzidas, mas que não são consumidas diretamente, integralmente, no ato da produção. Contudo, seu valor é repassado gradualmente às mercadorias, por meio da depreciação desse capital fixo.

Tal como as armas, as instalações utilizadas para estocagem das mercadorias também englobam o valor das drogas ilícitas. Elas são investimentos de capital e não são consumidas no ato da produção, mas são consideradas etapas essenciais do processo produtivo do narcotráfico. Portanto, elas também transferem valor para as mercadorias, por meio de depreciação.

É importante termos em mente que mesmo sendo parte constitutiva do processo de produção das drogas ilícitas, os custos com armas, meios de transporte, instalações para estocagem, pagamento de propina e até mesmo o comércio não atuam na criação de um novo valor e, portanto, não valorizam a mercadoria produzida, mas compõe o seu valor final.

No bojo do cálculo do valor das drogas ilícitas entrariam os investimentos diretos em capital constante – no qual se difere o capital circulante, as *commodities*, drogas naturais e os solventes químicos consumidos diretamente no ato da produção, e o capital fixo, as instalações, os equipamentos e até mesmo as armas utilizadas na proteção dos cartéis –, o transporte – no qual engloba os investimentos em meios de transporte, comunicação e o suborno – e o capital variável, todos os trabalhadores envolvidos no processo, sendo este o responsável pela criação da riqueza produzida pelo narcotráfico.

Conforme apresentado pela teoria marxiana, o trabalho é o cerne da produção de valor, dentro do modo de produção capitalista, e na indústria das drogas não será diferente. A produção de valor nesse ramo industrial ilícita, só será possível mediante a vasta oferta de mão de obra ociosa disponíveis na sociedade. Os próprios trabalhadores inseridos na indústria das drogas ilícitas são, em sua maioria, trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, que MARX (2013) denomina de exército de reserva. Vale ressaltarmos que nem

todo trabalhador que se insere na cadeia produtiva do tráfico de drogas compõe o exército de reserva, contudo, conforme já foi salientado, o grosso da força de trabalho utilizada pelo narcotráfico se localiza nas periferias, regiões mais pobres e com baixas perspectivas, justamente por contar com uma gama de pessoas dispostas a trabalharem sob condições precárias.

A ilegalidade possibilita empregar esses trabalhadores, que, por sua vez, compõe o exército de reserva, excluindo-os de quaisquer direitos trabalhistas. Por mais que alguns obtenham melhores remunerações do que no mercado formal, ou simplesmente uma fonte de renda⁸¹, os trabalhadores inseridos nesse ramo não têm direito a férias, décimo terceiro, hora extra, entre outros direitos previstos por lei, não possuem nem ao menos contrato de trabalho. Além disso, são constantemente alvejados e detidos pela polícia e órgãos de segurança do Estado, visto que o tráfico de drogas, ou crimes relacionados ao narcotráfico, é um dos maiores responsáveis, senão o maior, pelas prisões em todo o mundo⁸². De acordo com os dados obtidos no relatório de 2019 da UNODC, 19% do encarceramento masculino é relacionado ao narcotráfico, enquanto o percentual de mulheres que cumprem pena por envolvimento com o tráfico de drogas é de 35%⁸³. Tomando como base o caso brasileiro, terceira maior população carcerária do planeta, quase 1/3 dos detentos respondem por tráfico de drogas no país, em 2017, (MEDALHA..., 2017). Já nos Estados Unidos, país que lidera a população carcerária mundial, aproximadamente 20% dos detentos cumprem pena relacionada ao narcotráfico (EZABELLA, 2020)⁸⁴.

De acordo com o economista colombiano Hernando Zuleta, os trabalhadores assalariados inseridos no narcotráfico estão tomando decisões econômicas ótimas, dado as condições que dispõem (DROGAS..., 2020). Essa hipótese é reforçada quando tomamos como exemplo o caso do narcotráfico

⁸¹ Considerando que alguns não tem nem a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho formal.

⁸² Inclusive, a pena para o traficante de drogas é maior do que a por tráfico de seres humanos (MIRANDA, 2011).

⁸³ O número de prisões de mulheres é muito inferior ao dos homens em termos quantitativos. Porém, percentualmente, as prisões femininas tem mais relação com o tráfico de drogas do que as masculinas. Isso vem se apresentando como uma tendência dentro da dinâmica do narcotráfico, cada vez mais mulheres estão sendo utilizadas como mão de obra pelos narcotraficantes. Na Tailândia, por exemplo, 90% da população feminina encarcerada responde por envolvimento com o narcotráfico.

⁸⁴ Atrelado a este fator, temos também um recorte racial, no qual a maior número dos detentos são negros (pretos e pardos).

brasileiro. Os trabalhadores que atuam no mercado varejistas das drogas, cujas áreas de atuação variam de olheiros, aviõezinhos, segurança, entre outros, recebem de 50-200 reais por hora de trabalho (BARROS, 2017). Ou seja, se supusermos um trabalhador com uma jornada de trabalho regular de 40 horas semanais, por exemplo, pode receber em um mês oito mil reais o que, dentro da realidade brasileira, é um salário superior à média dos profissionais especializados e/ou com nível superior.

A tese de Zuleta é reforçada quando analisamos, por exemplo, o caso dos trabalhadores envolvidos no processo de camuflagem da cocaína, na Colômbia. Estes indivíduos atuam escondendo a droga em outros produtos ou em automóveis, como navios e aviões, por exemplo, para driblar a fiscalização, e recebem em torno de 2 milhões de pesos colombianos (650 dólares), para realizarem este tipo de tarefa. Comparado com o setor lícito, como numa loja de departamento, este mesmo trabalhador demoraria o dobro do tempo para adquirir a mesma remuneração que obtém trabalhando para o tráfico (DROGAS..., 2020).

Muitos desses trabalhadores, que possuem pequenas ou nenhuma chance de se inserir no mercado de trabalho formal, encontram no narcotráfico uma alternativa à sua condição miserável. O grosso do capital variável utilizado pelo narcotráfico se resume à população periférica, dos quais muitos desses indivíduos não possuem saneamento básico e, como já destacamos o caso de Boaventura, nem mesmo água encanada em suas residências. Se levarmos em consideração os riscos de trabalhar para o narcotráfico, podemos pressupor que o valor dessa força de trabalho é irrisório, embora seja, em termos quantitativos, maior que o valor do salário-mínimo pago no mercado de trabalho formal, por exemplo.

O que se observa é que a maior parte dos trabalhadores aderidos ao narcotráfico compõe o que Marx (2013) denomina de superpopulação relativa. Esses indivíduos em questão representam a parcela estagnada dessa superpopulação. Compõem uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com atuações irregulares/ilegais. São trabalhadores com condições de vida abaixo da média da classe trabalhadora e “proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível”, (MARX, 2013, p.873). Habitam as

camadas mais profundas do pauperismo, podendo ser facilmente descartados e, ao mesmo tempo, repostos.

Tomando como base o caso brasileiro, de acordo com a pesquisa de 2018 realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), percebemos a estruturação da indústria do narcotráfico no país. Conforme ressaltamos anteriormente, o Brasil não entra na estatística de produção massiva dessas mercadorias, contudo possui um importante papel na lógica da distribuição. Os trabalhadores envolvidos nesse processo se dividem nas seguintes categorias:

- Gerente: responsável por administrar o dinheiro proveniente da venda das drogas ilícitas, atua como um contador para o traficante, e possui uma remuneração de 2 mil reais semanais.
- Vendedor: Como o nome já diz, responsável pela comercialização das drogas, recebe de 10 a 15% de comissão em cima do valor vendido. É ele o responsável por pagar a propina e suborno aos policiais.
- Capanga: Responsável pela segurança do ponto (boca) onde a droga é comercializada. Ganha de 50 a 60 reais por cada 12 horas de trabalho.
- Abastece: Este trabalhador atua cuidando do local onde se guarda as drogas ou transportar as drogas, abastecer o estoque. Recebem de 600 a 1000 reais por semana (Cebrap, 2018).

A maioria dos trabalhadores envolvidos com o narcotráfico são jovens e adolescentes negros periféricos, uma vez que a rotatividade desses trabalhadores é muito elevada, visto que constantemente são detidos (encarceramento) ou alvejados pela polícia e/ou por outros traficantes, em disputas territoriais. Essa parcela da população brasileira se enquadra precisamente no que Marx (2013) classifica como superpopulação relativa estagnada, visto que a maioria desses jovens não possuem qualquer perspectiva de se inserir no mercado de trabalho formal, seja pela queda na oferta de empregos formais, ou pela falta de qualificação desses jovens, visto que eles não conseguem ter acesso a uma educação de qualidade e muitos não conseguem nem concluir o ensino básico, quem dirá chegar às universidades.

A pesquisa do Cebrap chama atenção para como o narcotráfico vem acompanhando as transformações do mundo do trabalho formal, como a flexibilização dos contratos e o trabalho comissionado. A jornada de trabalho

tende a ser mais exaustiva, prolongada e intensa para esses trabalhadores, visto que estão sob constante ameaça e em contato direto com substâncias nocivas à saúde. Contudo, ainda sim o narcotráfico possui uma remuneração maior do que a do mercado de trabalho formal. Como vimos, o salário dos trabalhadores envolvidos com o tráfico de substâncias ilícitas, independente da área de atuação, é muito superior ao salário-mínimo pago aos trabalhadores formais. Essa hipótese de que o tráfico remunera melhor é reforçada ao analisarmos a pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas, em 2018, apontando que mais de 60% dos jovens inseridos na rede do tráfico de drogas, ingressaram nesse ramo para ajudar financeiramente suas famílias, enquanto 47,5% destes visavam “ganhar muito dinheiro”⁸⁵.

Ao considerarmos que o salário-mínimo representa o valor da força de trabalho, teremos que o narcotráfico gasta mais com capital variável do que o mercado formal, ou seja, paga um valor acima do valor da força de trabalho. Logo, a composição orgânica do capital investido no tráfico de drogas tende a ser mais intensivo em capital variável do que em capital constante. Acreditamos que, devido a constante represália do Estado sobre esse setor, maiores investimentos em capital fixo (maquinaria) representariam maiores riscos para os capitalistas, visto que o trabalhador é uma mercadoria de fácil reposição, dado as atuais circunstâncias do mercado de trabalho formal (excedente de mão-de-obra disponível), do que uma máquina apreendida, destruição de capital.

Por mais que muitos desses trabalhadores incorporados na produção das drogas ilícitas não disponham de muitas opções no mercado de trabalho formal ou informal legal, eles estão, em sua maioria, cientes dos riscos que correm e, em razão disto, precisam de incentivos para adentrarem nesse ramo. Este pode ser um dos motivos pelo qual o narcotráfico busca remunerar melhor os seus trabalhadores, uma forma de incentivá-los financeiramente a trabalharem para o tráfico. Mesmo remunerando o seu trabalhador mais que o “necessário”⁸⁶, não significa que o capitalista desse ramo não esteja extraindo mais-valor dos seus empregados. Pois, de acordo com os dados expostos pela Cebrap (2018), sobre o caso do narcotráfico brasileiro, veremos que a jornada de trabalho desses

⁸⁵ Termo utilizado pela própria pesquisa.

⁸⁶ Considerando que o salário-mínimo representa o real valor da reprodução da força de trabalho.

trabalhadores é muito superior ao de um trabalhador regulado, sendo que, em alguns casos, esses indivíduos vivem nos próprios locais de trabalho, exemplo claro de extração de mais-valor absoluto, no qual a jornada de trabalho é muito superior ao tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da mercadoria força de trabalho.

Outro elemento que deve ser levado em consideração é o crescente número de mulheres envolvidas com o narcotráfico. Em 2017, aproximadamente 60% das mulheres encarceradas no Brasil respondiam por crimes relacionados ao tráfico de drogas (INFOPEN, 2017). O país ocupa a quarta posição em número de prisões femininas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que lidera o ranking, China e Rússia. Cabe destacarmos que a maior parte dessas mulheres presas, 55,4%, são negras⁸⁷ e mais da metade são jovens, com idade entre 18 e 29 anos (INFOPEN, 2017).

Podemos destacar, também, os trabalhadores que adentram no ramo do narcotráfico por meio da coerção. Os carteis atuam como um poder paralelo na região que estão inseridos, atuando como uma alternativa à deficiência do Estado e de suas políticas sociais, fornecendo uma série de serviços, alimentação, medicação, entre outros, para a população local (BENEVENUTO, ÀVILA, OLIVEIRA, 2018). Esses benefícios prestados aos residentes da periferia, em que se situam, não são gratuitos. O principal objetivo do narcotraficante ao atender necessidades básicas das famílias locais é justamente para se consolidar como um chefe local, submetendo e subjugando a comunidade ao seu poder, sendo capaz de eliminar, por meio da violência, aqueles que se opuserem aos seus interesses. O caso mexicano é exemplo disso. Anualmente milhares de pessoas morrem ou desaparecem vítimas da violência do narcotráfico local, (NA ROTA..., 2020). Nesse sentido, o que se observa é que muitos indivíduos se inserem no narcotráfico, ou corroboram para o seu funcionamento, pela via da intimidação, mesmo que recebam de alguma forma pelo serviço prestado, seja direta ou indiretamente.

Outro elemento que merece ser frisado é a utilização de trabalho escravo no narcotráfico. Até agora apresentamos somente a discrepância entre o

⁸⁷ De acordo com o estudo, 48,04% são mulheres pardas, 15,51% são mulheres pretas e 35,59% das mulheres que cumpriam pena em 2017 eram de cor branca.

trabalhador assalariado regulado e o inserido na dinâmica do tráfico de drogas. Entretanto, o trabalho escravo também é uma prática comum e recorrente utilizada pelos narcotraficantes. Vários são os relatos de grupo de pessoas que são “adquiridas”⁸⁸ por traficantes e incorporadas na produção ou, até mesmo, no transporte de drogas ilícitas. Em 2017, na Inglaterra, a polícia britânica encontrou um local que produzia maconha, em larga escala, utilizando de trabalho escravo. Na ocasião, foram encontrados 3 vietnamitas, dentre eles 2 adolescentes (ROSENDO, 2018). Ainda de acordo com a reportagem, acredita-se que essa prática é muito comum no país europeu, sendo que outros episódios, envolvendo trabalho escravo vietnamita em plantações de maconha, foram registrados ao longo dos anos de 2012-2017. No Brasil também foram registrados casos de utilização de trabalho escravo pelo narcotráfico no estado da Paraíba. De acordo com a matéria do G1 da Paraíba, de 2013, na cidade paraibana de Monteiro foram apreendidas cerca de 3 toneladas de maconha, avaliadas em 9 milhões de reais. De acordo com as autoridades locais, os produtores também se utilizavam de trabalho escravo em suas fazendas para o cultivo das ervas.

Inúmeras são as formas possíveis de exploração do trabalho vivo pelo narcotráfico, seja pela coerção, violência, forçando os indivíduos a atuarem no ramo e - nesse sentido, podemos colocar até mesmo o trabalho escravo - ou simplesmente por escolha, visto que os trabalhadores inseridos nesse ramo estão partindo de decisões econômicas ótimas, dentre as opções que dispõem. As próprias condições impostas pelo mercado formal/legal, que variam desde a compressão do valor da força de trabalho, precarização do trabalho formal, até a abrupta queda da oferta de postos de trabalho, cria um contingente de pessoas dispostas a venderem sua força de trabalho para o tráfico de drogas. O que visamos apontar é que a ilegalidade possibilita à indústria das drogas uma taxa de exploração do trabalhador vivo superior à permitida pela legislação trabalhista, a qual regula a jornada de trabalho e o valor mínimo da força de trabalho, expresso pelo salário-mínimo. O narcotráfico pode até remunerar melhor o trabalhador em termos quantitativos, mas não significa que isso vá

⁸⁸ Grifos nossos, visto que, nesse caso, os trabalhadores são adquiridos como mercadorias. Como já ressaltamos, o trabalhador assalariado não se constitui como uma mercadoria, somente sua força de trabalho. No caso do escravo a lógica se difere, visto que o indivíduo em si pertence ao seu proprietário, como uma mercadoria.

inferir em prejuízos para o capital, visto que a sua taxa de mais-valor pode, e acreditamos que deve, ser muito superior ao da indústria formal. Contudo, não podemos perder de vista que, mesmo tratando-se de um setor ilegal e de todas as suas particularidades, a fonte da riqueza, a mensuração do valor das mercadorias produzidas pelo narcotráfico é o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

Gastos com circulação.

Como já destacamos, na superfície, a indústria das drogas se porta como qualquer outra indústria que atua na legalidade. Interliga diversos setores da economia, como o setor financeiro, fundiário, industrial, transporte e comercial, e possui uma composição orgânica própria, no qual se distribuem proporcionalmente os investimentos em capital constante e capital variável. No que diz respeito à essa composição orgânica do narcotráfico, percebe-se que esta é intensiva em capital variável e com baixo investimento em capital constante, o que contraria a tendência da maior parte das grandes indústrias legalizadas, como veremos adiante.

Conforme foi apresentado neste trabalho, acerca da teoria marxiana, somente a produção direta de mercadorias, o setor industrial, é capaz de produzir valor, riqueza. Contudo, a circulação aparece como uma etapa fundamental para a realização desse valor e para a acumulação do capital. Dito isso, para compreendermos a cadeia da produção do valor no mercado das drogas ilícitas, é imprescindível que abordemos o complexo processo de circulação desse mercado, discorrendo sobre as etapas do transporte (comunicação) e o comércio.

II. Comunicação das drogas ilícitas:

De acordo com os estudos realizados, podemos perceber que o processo de transporte é o que mais encarece às drogas ilícitas. A cocaína que sai da Colômbia, por exemplo, tem como principal destino os Estados Unidos. Ela sai do país andino custando, em média, 2,5 mil dólares/quilo. Ao passar pelo México, principal porta de entrada da cocaína nos EUA, seu preço salta para 12-14 mil

dólares e, ao chegar no destino, seu preço vai para 26 mil dólares/quilo (DROGAS..., 2020). Em outras palavras, temos que o processo de transporte da cocaína custa, de acordo com os dados expostos, aproximadamente 23,5 mil dólares por cada quilograma da droga transportado. O transporte de cocaína tem um custo de 1000%, aproximadamente, em relação à sua produção. O mesmo se observa no transporte das demais substâncias ilícitas apresentadas, que encarecem significativamente as mercadorias transportadas.

Esse encarecimento das mercadorias transportadas, por sua vez, não implica em produção de valor, visto que não houve qualquer transformação dessas substâncias em novas mercadorias e muito menos nas suas propriedades. O transporte atua encurtando o tempo de rotação das drogas, acelerando o processo de realização do valor contido nessas substâncias, liberando mais rapidamente o capital industrial para um novo ciclo de produção, reprodução. Conforme apresentado, acerca da teoria marxiana, quanto mais difícil for o processo de transporte, ou seja, quanto mais trabalho for necessário para transportar as mercadorias, mais encarece a mercadoria transportada.

O ponto central do transporte das drogas ilícitas esbarra, também, na questão da ilegalidade. A constante busca por burlar os órgãos de segurança estatais faz com que os gastos com transporte sejam muito elevados para o narcotráfico, quando comparados com outros ramos legais da economia. O transporte das drogas ilícitas demanda mais trabalho que as mercadorias legalizadas e, portanto, transfere mais valor, torna-o mais dispendioso.

O transporte dessas mercadorias pelas vias convencionais, rodovias, portos e aeroportos possuem elevados riscos para os narcotraficantes, que variam desde custos extras, gasto com suborno dos agentes de fiscalização, até a destruição do seu capital que, nessa etapa do processo, se encontra na forma de mercadorias. Se a droga produzida for apreendida pelos órgãos de controle e/ou de segurança, ou se essa mercadoria for destruída, o seu capital inicial investido não se converterá novamente em capital monetário e, portanto, seu valor não se realizará, acarretando na perda, ou queima, de capital⁸⁹.

⁸⁹ Para Marx (2017), um capital que não completa o processo da circulação, ou seja, que não é consumido, não se realiza, não se valoriza, logo ele é destruído.

Neste caso, parte-se da observação de que a repressão cria uma cunha entre o preço recebido pelo produtor e o pago pelo consumidor. Os motivos deste fenômeno incluem: a) canais de distribuição ilegais mais caros do que canais legais, na medida em que a necessidade de esconder a informação das autoridades força tais firmas a distribuir quantidades subótimas e por meios dispendiosos (por exemplo, quantidades menores e por trilhas pouco transitadas); b) perdas diretas resultantes da captura de carregamentos pela polícia; c) a necessidade de métodos violentos e caros para garantir o cumprimento de contratos ilícitos; d) a possibilidade de prisão ou multa (ou propina); e) custos de apreensão de armas e munições pela polícia (UNIAD, 2018, p.8).

Constantemente, o narcotráfico vem buscando alternativas mais viáveis para transportar suas mercadorias com menores custos e riscos para o capital investido. Por este motivo, constantemente os transportadores de substâncias ilegais buscam mecanismos para burlar o controle estatal e reduzir os gastos extras com suborno dos agentes da fiscalização. Eles visam rotas alternativas para o transporte, como estradas abandonadas, linhas ferroviárias inutilizadas, voos clandestinos e até mesmo as mulas. Dentro das possibilidades do narcotráfico, essas são as alternativas mais viáveis para flexibilizar a circulação das mercadorias pretendidas e reduzir o seu tempo de rotação, embora seja, também, mais dispendioso quando comparado com outros setores legais.

Os narcotraficantes possuem submarinos, drones e vários outros trabalhadores envolvidos no processo de transporte (DROGAS..., 2020). Eles dispõem de um grupo de trabalhadores responsáveis somente para ocultar a droga a ser transportada, colocando-a dentro de outros produtos do cotidiano das pessoas, como brinquedos, sapatos, móveis, entre outros. Não é a maneira mais eficaz de se transportar uma mercadoria, contudo, dentro dos limites do narcotráfico, é uma das alternativas mais viáveis.

No porto de Boaventura, principal porto da Colômbia, os narcotraficantes tentam camuflar as drogas dentro das sacas de outros produtos, como o próprio café e brinquedos, por exemplo, para transportar suas mercadorias e burlar a fiscalização. Em alguns casos, até prendem a droga nos cascos dos navios para serem retirados por outro agente envolvido com a organização no destino final (DROGAS..., 2020).

Um submarino utilizado pelo narcotráfico foi detido, no ano de 2018, no Suriname com capacidade para transportar até 7 toneladas de cocaína por viagem. Na mesma operação policial foi também apreendido um avião, em uma

pista de pouso rudimentar utilizados pela quadrilha, com capacidade para cerca de 400kg de cocaína por viagem, responsável por transportar as drogas para outros países (Louise et al. 2019). Ainda de acordo com a reportagem, acredita-se que a origem da droga seja os países produtores Colômbia e Bolívia, mas que a rota tinha como intermédio outros países sul-americanos e tinha como destino o Brasil, os Estados Unidos e a União Europeia. Cabe destacarmos que tanto o navio quanto o avião estavam em condições precárias, comprometendo a integridade física dos trabalhadores que estavam a bordo de ambos e o que só demonstra uma clara tentativa de se minimizar os custos com capital constante no ato do transporte e o risco de perda de capital.

No ano seguinte, em 2019, tivemos outra operação que apreendeu um submarino que tinha como destino o continente europeu, visando atracar na Espanha. Desta vez o veículo submersível partiu da Colômbia, passando pelo Brasil, através do rio Amazonas, até atingir a desembocadura do mar e seguir destino ao antigo continente. Transportava mais de 152 pacotes de drogas, aproximadamente 3 mil quilos de cocaína, no valor de 100 milhões de euros. A tripulação recebeu, adiantado, 100 mil dólares como forma de pagamento e tiveram que ficar 26 dias submersos para escapar do monitoramento da marinha dos países por onde passou (FANTASTICO, 2020). O capital, sob a forma de mercadoria, ficou estagnado por praticamente um mês, na tentativa de burlar o monitoramento estatal e evitar a apreensão e destruição desse capital.

No mesmo ano de 2019, foi também apreendido 37 pacotes, ou 39 quilos, de cocaína dentro de um avião que fazia parte da comitiva do então presidente da república do Brasil. A droga transportada tinha como destino a Espanha, e o seu valor estimado era de 1,3 milhão de euros (FONSECA e GORTÁZAR, 2019).

Outro “meio de transporte” utilizado pelos traficantes de drogas para transportar suas mercadorias internacionalmente, são as mulas, que, na linguagem dos narcotraficantes, são chamados de containers. Essas pessoas, em sua enorme maioria, encontram-se em condições de extrema pobreza e dispostas a se submeterem a qualquer tipo de trabalho para saírem dessa condição, comprometendo até mesmo a própria vida. Esses trabalhadores recebem cerca de mil dólares por cada cem gramas que transportam no interior de seus corpos e, caso algo der errado no processo, o transportador, ou a mula, pode morrer de overdose (DROGAS..., 2020). Basicamente, esses mil dólares

representam o valor de suas vidas, ou de sua liberdade, visto que a cada serviço prestado, esse trabalhador corre o risco não só de ser preso, mas também de perder sua vida.

As mulas acabam por se tornar o melhor negócio para os narcotraficantes, sobretudo para aqueles que transportam pequenas quantidades, representando, no que diz respeito a composição orgânica do capital da indústria das drogas ilícitas, o aumento do capital variável em detrimento do capital constante. O alto desemprego e a compressão do valor da força de trabalho, no mercado formal, sujeitam esses indivíduos a condições de trabalho de extrema periculosidade, mas altamente lucrativas para os capitalistas. Embora não seja o meio mais eficaz, visto que a quantia transportada pelas mulas é muito pequena, em comparação com um submarino ou helicóptero, por exemplo, os traficantes normalmente pagam para esses trabalhadores metade do valor combinado antes, e a outra metade após a entrega da mercadoria (DROGAS..., 2020). Em alguns casos, as mulas só recebem após concluir o serviço, o que reduz o risco de perda de capital. Ou seja, se forem detidas ou se morrerem durante o trabalho, o capitalista do setor de transportes só perde o capital investido na aquisição das mercadorias, uma vez que seu gasto com capital variável foi nulo, visto que não gastou com o trabalhador, e reduz o seu prejuízo de ter um caminhão, ou avião apreendido, por exemplo, o que implicaria em destruição do capital fixo investido no processo e uma quantidade superior de mercadorias apreendidas. Outro fator importante de análise é que o excedente de pessoas aptas e dispostas a atuarem como mulas, o que faz com esses trabalhadores sejam facilmente substituídos.

São inúmeros os voos clandestinos transportando drogas ilícitas por todo o mundo, que não cabe aqui destacarmos um por um. O mesmo vale para os casos de mulas presas, em portos e aeroportos, carregando grandes quantidades de drogas no interior de seus corpos. Todos estes exemplos que citamos são a prova de que o narcotráfico visa uma redução do tempo de circulação da mercadoria e, ao mesmo tempo, torná-la menos dispendiosa para os capitalistas, ou narcotraficantes.

O ato de transportar drogas ilícitas é muito dispendioso, mas, ao mesmo tempo, altamente rentável, visto que esse valor adicional atribuído pelo transporte, é acarretado ao valor real dessas substâncias e refletido no preço

final da mercadoria, tornando-a extremamente cara para o mercado consumidor. Contudo, mesmo que o preço final das drogas seja muito elevado, a baixa sensibilidade do consumo dessas substâncias em relação ao seu preço (elasticidade-preço da demanda), torna esse mercado altamente estável no ponto de vista do consumo. A oferta dessas substâncias pode até sofrer certas retalições e ser comprometida, mas a demanda é quase invariável. O nível de dependência química, física e psicológica causada pelas propriedades contidas nas drogas ilícitas faz com que os usuários abdicuem de consumir outros produtos para suprirem suas necessidades com relação aos narcóticos. Portanto, é mais provável que uma elevação no preço das drogas atinja mais o consumo de outros bens, dentro da cesta dos usuários, do que propriamente das substâncias ilícitas. Estima-se, ainda, que uma elevação nos preços das drogas pode até impactar positivamente na curva de demanda por estes produtos⁹⁰⁹¹ (DROGAS..., 2020).

De acordo com os dados obtidos pelo relatório da UNODC, de 2019, vemos que a logística influencia muito no transporte dessas substâncias e, conseqüentemente nos seus custos. Quanto mais difícil for o transporte das drogas, maior tende a ser o preço dessas mercadorias no comércio. Se nos Estados Unidos o quilo da cocaína colombiana pura custa em torno de 26 mil dólares, na Austrália essa mesma mercadoria custa em torno de 136-226 mil dólares (UNODC, 2019), enquanto no Japão o quilo da cocaína custa de 250-300 mil dólares (COMITIVA..., 2019). A possível explicação para essa discrepância nos preços é devido ao deslocamento das substâncias e a logística

⁹⁰ O documentário em questão se refere ao mercado de heroína para explicar essa elevação dos preços acompanhada de um aumento da demanda efetiva pela droga, mas compreendemos que isso pode ser uma tendência para as demais drogas também, visto que todas estimulam um nível de dependência física, química e psicológica sobre o usuário.

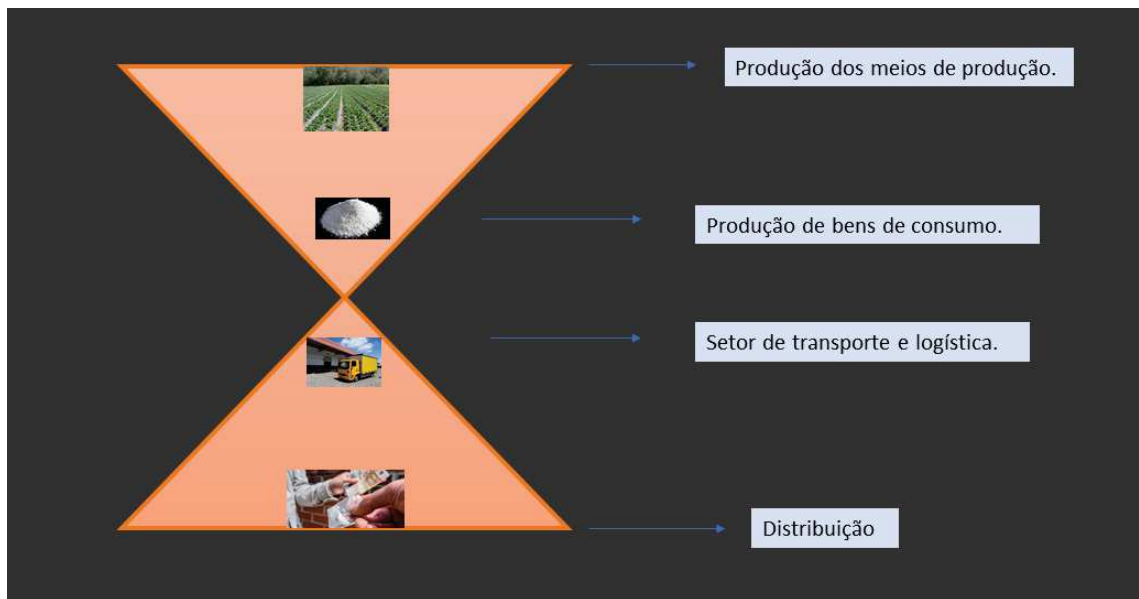
⁹¹ Este é um dos argumentos utilizados pela ala mais conservadora da sociedade, que se posiciona contrária a legalização do narcotráfico. Alegam que a legalização torna a mercadoria mais acessível, não só em termos de aquisição da mercadoria propriamente dita, visto que seria comercializada em espaços regulados, mas também em com relação aos preços, uma vez que, mesmo que a tributação imposta sobre essa indústria contribuísse para a elevação dos preços desses produtos, estes não têm impacto significativo sobre o mercado consumidor, acreditando que a legalização acarretaria em uma intensificação do seu consumo. Por outro lado, a ala mais liberal, defensores da legalização não só do consumo, como também da produção de determinadas drogas, se apoiam na ideia de que certas drogas como a maconha, por exemplo, possuem propriedades menos nocivas ao organismo humano do que algumas drogas legalizadas, como o cigarro convencional e até mesmo o álcool. Defendem também que a legalização vai contribuir para uma melhor qualidade das drogas consumidas, comprometendo menos a integridade física dos usuários.

territorial entre os países produtores e os consumidores. A droga colombiana é capaz de entrar nos Estados Unidos por terra, passando por vários países da América Central, o que facilita a entrada dessas substâncias no país, por meio de estradas, clandestinas, túneis, entre outros. Por outro lado, os demais países citados anteriormente, não possuem nenhuma ligação por terra com o país andino. Logo, o transporte de cocaína para Austrália e Japão é mais restrito às vias marítimas e aéreas, o que torna o seu deslocamento mais dispendioso, visto que o controle sob essas áreas é muito maior.

Ao completar a etapa do transporte, as drogas ilícitas se destinam ao comércio varejista. Todo valor da produção e do transporte recaem sobre a mercadoria pretendida, que é realizado através do comércio, venda para o consumidor final. O que o narcotráfico apresenta, todavia, analisando isoladamente a produção de cada droga, é que a produção industrial das drogas ilícitas segue uma tendência oligopolista. São poucos carteis que detêm a produção maciça das principais drogas do mercado, cocaína, heroína e até mesmo metanfetamina⁹². Na realidade, tanto a produção quanto o transporte dessas drogas, possuem tendências mono/oligopolistas, enquanto a distribuição, o comércio varejista, é mais diversificada e concorrencial. Nesse sentido, vemos que o tráfico de drogas possui uma estrutura de ampulheta, como demonstra a figura 9.

Figura 9: Estrutura do narcotráfico.

⁹² Apesar de nossas pesquisas apontarem que a produção de metanfetamina ser mais diversificada do que as demais, ela se concentra quase que exclusivamente nos Estados Unidos. Seria o mesmo que dizer que o país detém o monopólio da produção dessa droga, assim como o Afeganistão possui o monopólio da produção de heroína e a Colômbia da cocaína.



Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas realizadas.

Como demonstra a figura 9, na etapa inicial do processo de circulação das drogas ilícitas é bem amplo. A produção de meios de produção, departamento I, do narcotráfico é bem diversa entre vários pequenos produtores rurais. As safras colhidas por estes trabalhadores são, em suma, adquiridas pelos cartéis produtores que concentram a maior parte da produção das drogas semissintéticas, representando um afunilamento, ou concentração desse mercado.

O transporte, por sua vez, também é bem concentrado nas mãos de pequenos grupos de grandes cartéis, até mesmo por ser um setor mais dispendioso, demanda uma quantia elevada de capital para se adentrar no ramo, o que torna difícil a inserção de novos capitalistas no ramo, ainda mais se levarmos em conta os altos riscos que isso implicariam. Deste modo, podemos até pressupor que o setor de transporte das drogas ilícitas impõe barreiras naturais à entrada de novos capitais, de novos concorrentes.

A criação de barreiras à entrada, no caso das drogas, é mais fácil no segmento atacadista do que no varejista. Isto se explica porque a distribuição em maior escala requer um longo processo de aprendizado (learning-by-doing), de construção de reputação de confiabilidade na entrega, de financiamento de compras (braço financeiro do negócio). Esses e outros motivos geram diferenciação de serviço e introduzem elementos de custos fixos, difíceis de serem replicados e que dão poder de mercado ao atacadista. Tanto o varejo quanto a produção são em geral caracterizados por maior concorrência. (Sub-Secretaria de Estudos Econômicos, 2008, p.7)

A maior parte do transporte da cocaína, por exemplo, que tem como principal destino os Estados Unidos (UNODC, 2019), é controlada por cartéis mexicanos. Devido a fronteira terrestre entre os dois países, o México se torna a principal porta de entrada para a cocaína no território estadunidense. O cartel de Sinaloa, impôs o seu monopólio no transporte de narcóticos pela via da coerção e da violência, matando seus concorrentes, tomando seus negócios e criando barreiras à entrada por meio da intimidação. Ao contrário do que se observa atualmente nos ramos legais da economia, em que as leis concorrenciais do mercado determinam qual empresa é mais forte que a outra, a concorrência no narcotráfico, sobretudo no que diz respeito ao transporte, a produção dos bens de consumo e a distribuição, se utiliza da força e da violência para eliminar os seus adversários comerciais. O preço de mercado possui pouca ou nenhuma influência sobre a concorrência entre os cartéis. Não é a produtividade do setor que determina quem se sobressai ao outro, mas sim quem é mais forte militarmente.

O que se observa é que o narcotráfico implica em riscos muito elevados para quem está inserido nesse setor, mas riscos ainda maiores para quem visa se lançar no ramo. Um capitalista que ousar se inserir no tráfico estará sujeito, na melhor das hipóteses, de ver o seu capital ser destruído, pelas forças do Estado, ou usurpado por outro cartel concorrente, e/ou, na pior das hipóteses, de ser morto por alguma facção rival. Dito isto, temos que os mercados das drogas ilícitas seguem, em sua maioria, uma estrutura mono/oligopolistas, marcado por um tipo de monopólio artificial, visto que este não ocorre de forma natural, pelas leis “naturais” dos mercados, mas pela via da violência. A questão dos monopólios pode ser uma das possíveis explicações para o fato do narcotráfico ser tão rentável, gerar lucros exorbitantes.

Áreas violentas coincidem com áreas com alto índice de informalidade, e áreas violentas expulsam negócios bem-sucedidos, levando-os à falência ou favorecendo a migração para locais mais seguros. Essa dinâmica é perversa ao desenvolvimento porque as atividades informais obtêm vantagem não pela sua maior produtividade, mas pelo seu menor custo tributário e pela desatenção a direitos dos trabalhadores. Ou seja, não pela criação de riqueza, mas pela captura da riqueza dos outros. (Sub-Secretaria de Estudos Econômicos, 2008, p.4)

De acordo com o que foi exposto acerca da teoria marxiana, os monopólios possibilitam a obtenção de lucros extras, ou extraordinários, visto que haverá apropriação do valor, riqueza, produzida por outros ramos da produção. No caso do narcotráfico, visto que o setor de transportes e a produção industrial das drogas ilícitas detém monopólios, podemos inferir que os capitalistas destes ramos provavelmente se apropriarão de parte da riqueza social, parte do valor (e mais-valor) total produzido por outros setores, dentro do narcotráfico, ou até mesmo de outros ramos da economia. Contudo, não é possível identificarmos de qual ramo será apropriada essa riqueza, mas podemos indagar que uma parte desta provenha da parte mais ampla da ampulheta, que diz respeito aos lucros referentes à produção agrícola e ao setor comercial, e quando tratamos do setor comercial, nesse caso, nos referimos ao setor varejista.

Vale ressaltar que, mesmo não produzindo diretamente valor, o setor comercial é uma etapa importante do processo de circulação, por este fator, seu capital investido entra na contabilidade do capital total e incide sobre a taxa de lucro dos demais setores, como o transporte e a indústria propriamente dita. Além disso, o setor comercial também absorve uma parte do lucro social, denominado de lucro comercial.

O setor comercial varejista do narcotráfico é mais concorrencial que as demais etapas do processo. Por mais que existam muitos pequenos produtores agrícolas produzindo *commodities* para a produção industrial das drogas semissintéticas, a terra é um recurso natural escasso e de difícil acesso. Deste modo, a concorrência entre os pequenos produtores agrícolas, embora existente, é muito inferior e limitada quando comparada com a concorrência do setor comercial.

A distribuição das drogas ilícitas é muito ampla e tem sido cada vez mais favorecida com os adventos dos meios de comunicação. Os aprimoramentos nos serviços de telefonia móvel e internet, como já destacamos, possibilitou uma melhor interlocução entre compradores e fornecedores de mercadorias e reduziu os riscos desses indivíduos serem detidos pelas forças do Estado. Seguindo essa lógica, temos, conforme destacado no primeiro capítulo desse estudo, o processo de uberização da distribuição das drogas ilícitas. De acordo com o relatório da EMCDA, as drogas são vendidas por encomendas, seguindo a

lógica dos serviços de *deliveries*. Os usuários compram as substâncias ilícitas pela internet e as recebem no conforto de suas casas, preservando tanto a integridade e a identidade do vendedor e quanto a do comprador. Seguindo essa lógica, podemos pensar que, no longo prazo, os próprios pontos de venda de drogas, as bocas, se tornaram obsoletos, visto que o serviço de compra pela internet e entrega domiciliar vem sendo mais eficiente.

Nos países periféricos, como é o caso do Brasil, por exemplo, essa prática de uberização, ou de *delivery*, pode demorar para substituir as bocas ou os pontos de venda físicos de drogas. Por exigir uma boa comunicação, ou seja, demandar recursos tecnológicos de telefonia móvel e internet bem desenvolvidos, a venda física dessas mercadorias ainda é o mais acessível para o narcotráfico brasileiro. Como a maior parte dos trabalhadores envolvidos nesse ramo são pertencentes as camadas mais pauperizadas, e como os investimentos em capital constante – equipamentos, aparelhos eletrônicos, veículos, entre outros – são reduzidos, diante do alto risco de perda desse capital, muitos destes trabalhadores não possuem acesso aos recursos tecnológicos necessários para modernizar a comercialização dessas mercadorias. Portanto, até mesmo essa prática de vendas virtuais, das drogas ilícitas, pode demandar um pouco mais de tempo para se aprimorar no território brasileiro, visto que as bocas ainda são a característica marcante do setor comercial brasileiro.

Por não ser um grande produtor de nenhuma droga ilícitas, a distribuição, ou o comércio varejista dessas substâncias, é a parte da circulação que mais se vê presente na realidade brasileira. Constantemente nos deparamos com operações policiais, e até mesmo do exército, de busca e apreensões de drogas ilícitas nas periferias do país, que são os principais polos de concentração dessas substâncias. Como já destacamos anteriormente, o Brasil possui um papel importante no processo de distribuição de drogas no mundo, mas a produção interna, embora existente, é quase inexpressiva quando comparada com outros países. Dito isso, podemos pensar que o país, no que diz respeito ao narcotráfico, não é um grande produtor de mercadorias e, portanto, não possui uma produção massiva de valor, dentro desse setor. Por outro lado, temos que o capital comercial é um dos componentes que agregam o capital total e, além disso, é etapa importante na realização do valor contido nas mercadorias

produzidas pela indústria. Deste modo, quando pensamos no tráfico de drogas nas favelas brasileiras, devemos pensar, sob o aspecto econômico, que ele desempenha um importante papel para a sociedade capitalista, desde o montante do capital total investido neste setor, até a formação de postos de trabalho e, mesmo não atuando diretamente na produção da riqueza social, reduz o tempo de rotação do capital e incidem sobre a taxa de lucro.

Basicamente, a parte do narcotráfico que cabe à economia brasileira seria a dos lucros comerciais, visto que o grosso do envolvimento brasileiro nesse cenário é de distribuidor. As grandes facções criminosas que controlam o tráfico de drogas no Brasil se sustentam basicamente da comercialização interna dessas substâncias e do transporte para outros países.

Nesse sentido, considerando o Brasil como uma das etapas do transporte de algumas substâncias ilícitas, teremos que o país desempenha um impacto sobre a riqueza social produzida pelo narcotráfico, expresso no processo de transferência de valor às mercadorias produzidas na indústria, o que permite uma redução no tempo de circulação, tanto da mercadoria, quanto do capital social. Visto que o transporte, de acordo com Marx (2017) é uma etapa da indústria.

Portanto, temos que a indústria das drogas ilícitas é atualmente uma indústria globalizada, interligada entre vários países do mundo todo. Não há uma indústria nacional como havia nos primórdios da revolução industrial. A produção de valor se inicia em um determinado local, país, incorpora outros valores ao longo do processo de transporte, perpassando por várias outras nações e se realiza no ato do consumo, venda, graças ao comércio.

O valor produzido na indústria das drogas ilícitas tem como origem os países periféricos, produtores das mercadorias e responsáveis pelo transporte das mesmas. Sabemos que estes países apresentam taxas de desemprego altíssimas e, portanto, dispõem de um grande contingente de trabalhadores aptos a trabalharem que estão excluídos do mercado de trabalho formal. Essa força de trabalho excedente, que compõe o exército de reserva e a superpopulação relativa, possibilitam ao capital do narcotráfico extrair taxas de mais-valor excepcionais. Não podemos afirmar, todavia, que esse valor é absorvido no interior dos próprios países produtores e nem de que forma ele é apropriado pelo capital. Contudo, temos a clareza de que a fonte desse valor,

dessa riqueza socialmente produzida, é o trabalho humano explorado pela classe burguesa. Um trabalho precarizado, mas altamente rentável para o capital.

CONCLUSÃO:

Apesar de ser um tema muito polêmico e que divide a opinião pública, acerca da legalização ou proibição do consumo e venda das substâncias tratadas aqui, o que procuramos ressaltar neste estudo é justamente a importância do narcotráfico para a sociabilidade burguesa. A dinâmica do tráfico de drogas possibilita a formação de empregos diretos, de agentes envolvidos diretamente com algum ramo da indústria das drogas ilícitas, ou empregos indiretos, como a contratação de agentes da segurança pública voltados para combater o tráfico, do sistema carcerário – visto que uma boa parte dos detentos cumprem pena por envolvimento com o tráfico - e até mesmo o sistema jurídico (advogados, promotores e etc.).

Os elevados investimentos pelos Estados nacionais no controle e combate ao tráfico de drogas ao longo dos anos, seja com políticas sociais, econômicas ou até mesmo repressivas, expressos pela violência ou repressão policial, possibilitaram a injeção de dinheiro na economia, sobretudo nos países periféricos. A aquisição de armas e equipamentos para a polícia, tal como o serviço de inteligência e monitoramento, obriga o Estado a gastar milhões por ano tentando combater o tráfico. Contudo, esse combate seria somente uma forma mascarada de lidar com um problema que é intrínseco ao próprio modo de produção capitalista, que seria a “Questão Social” e suas expressões.

A intensificação do pauperismo, oriundo da própria dinâmica do capital, na constante tentativa de recuperar as elevadas taxas de lucro, ou simplesmente frear suas tendências de queda, contribui por excluir cada vez mais o trabalhador do mercado legal de trabalho, elevar os níveis de desemprego e, conseqüentemente, agravar o grau de pobreza e desigualdade social. O que se observa é que o tráfico de drogas é uma das alternativas ao pauperismo e, provavelmente, não existiria sem este último. Contudo, é importante destacarmos que, por se tratar de uma indústria ilegal, os capitalistas que ganham com esse mercado, normalmente inscritos em setores da alta burguesia, não aparecem como responsáveis pela mesma. Respondem somente aqueles que operam no mercado varejista, localizados nas periferias e favelas dos países mais pobres ou ainda nas periferias dos grandes centros urbanos dos países do centro da economia capitalista. São estes que também

são punidos pela contravenção e é sobre estes que recai a culpa pela existência de tal mercado.

As políticas de enfrentamento ao tráfico são tratadas como políticas de segurança, mas geram ao mesmo tempo mais violência para a sociedade. Atualmente, a “guerra às drogas” mata mais indivíduos do que o próprio consumo das substâncias ilícitas (KARAM, 2021). Cerca de 72,4% dos homicídios no Brasil, em 2017, foram cometidos por arma de fogo, o que equivale a, aproximadamente, 47.500 pessoas assassinadas, sendo a maior parte destes homicídios relacionados ao narcotráfico (CERQUEIRA, 2019). Não estamos dizendo que o Estado – expresso pela polícia e as forças armadas – é o principal responsável pelas mortes envolvendo o tráfico. Os conflitos entre as próprias facções para obter o controle da rota de distribuição das drogas representam um percentual significativo nesses números apresentados. O que visamos apresentar é que a política repressiva de “guerra às drogas”, vigente desde a década de 1970, não surtiu nos resultados esperados. Isso só demonstra que as drogas não são um “problema” de segurança, mas sim socioeconômico.

O que podemos observar, é que economicamente não é viável combater o narcotráfico atualmente. Com o desemprego ascendente na maioria dos países, sobretudo nos quais o narcotráfico é mais incidente, como a Colômbia que atingiu a marca de 15,9% da sua população apta ao trabalho desempregada⁹³ em 2021, o Afeganistão com 11,2% em 2020 e o México chegando a 4,7% (TRADING ECONOMICS, 2021), o encerramento das atividades ilícitas relacionadas à produção e ao comércio de drogas só agravaria mais o quadro caótico das economias periféricas. O próprio cenário brasileiro, com 14,7% de desempregados, 2021, (TRADING ECONOMICS, 2021) é propício para as atividades relacionadas ao mercado das drogas ilícitas. Muitas famílias de trabalhadores dependem da renda gerada direta ou indiretamente pelo tráfico para sobreviver.

Sob o ponto de vista do capital, o tráfico de drogas - como possivelmente todas as atividades econômicas ilegais são - é uma das medidas contra-

⁹³ Os dados sobre o desemprego nos países retratados aqui dizem respeito somente à parcela da população sem emprego. Não levam em consideração o número de trabalhadores empregados que se encontram no mercado informal legal.

arrestantes para retomar as taxas de lucro ou simplesmente frear as suas tendências de queda.

A riqueza gerada pelo narcotráfico compõe o bojo do mais-valor, e dos lucros, extraído pela classe capitalista. Como vimos, a produção de mais-valor está diretamente relacionada com a exploração do trabalhador, extração de mais-trabalho, e a própria composição orgânica do capital utilizado pelo narcotráfico favorece esse quadro. Enquanto o capital industrial formal/legal busca cada vez mais formas de se modernizar, incorporando mais máquinas no processo produtivo e excluindo o capital variável das indústrias, o tráfico se apropria dessa exclusão e admite cada vez mais trabalhadores, a baixos custos, para desempenhar um papel na sua estrutura produtiva.

A intensificação da exploração sobre o trabalhador, justificada por se tratar de um ramo ilegal possibilita ao narcotráfico uma maior extração do mais-valor absoluto sobre o seu capital variável, com jornadas de trabalho mais extensas e maçantes que a do mercado formal, expondo os trabalhadores a condições insalubres e de alta periculosidade.

A ilegalidade permite a formação dos monopólios, gerados pela força e coerção, a partir da violência imposta pelos cartéis, impossibilitando a entrada de novos concorrentes no setor e, desta forma, garantindo superlucros aos capitalistas do ramo. A ilegalidade também acaba por justificar uma série de medidas que permitem ao próprio Estado controlar a massa da população sobrando, evitando conflitos em nome da garantia do “Estado de direito” e da segurança pública.

Ao longo das pesquisas realizadas podemos constatar que nem mesmo a legalização seria a via mais efetiva para cessar a violência gerada pelo narcotráfico (ou pelo combate ao narcotráfico), visto que o capital depende desses setores ilegais para intensificar o nível de exploração sobre a classe trabalhadora e retomar os altos níveis de acumulação. Deste modo, mesmo que o tráfico ilegal de drogas fosse erradicado, não encerraria o comércio ilegal e paralelo de outras substâncias, tal como foi durante a lei seca nos Estados Unidos, nos anos 1920, e como já vem ocorrendo com a falsificação e o contrabando de cigarro, aparelho eletrônicos, entre outros. A superação do tráfico só será possível com a superação do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Agência Brasil. *ONU alerta que drogas movimentam US\$ 320 bilhões por ano*, EBC, 2014, <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/03/onu-alerta-que-drogas-movimentam-us-320-bilhoes-por-ano>, acesso em 19 jun. 2019.

Anistia Internacional. *Brasil lidera número de assassinatos de diversos grupos de pessoas em 2017*, aponta Anistia Internacional em novo relatório, 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/brasil-lidera-numero-de-assassinatos-de-diversos-grupos-de-pessoas-em-2017-aponta-anistia-internacional-em-novo-relatorio/>, acesso: 17 out. 2019.

BARRETO, I. F. O uso da folha de coca em comunidades tradicionais: perspectivas em saúde, sociedade e cultura. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.2, abr.-jun. 2013, p.627-641.

BARROS, A. Escravos Do Tráfico De Maconha. **Smoke Buddies**. 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.smokebuddies.com.br/escravos-do-traffic-de-maconha/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BAUDELAIRE, Charles. *Um comedor de ópio*. Rio de Janeiro: Newton Compton Brasil, 1996.

BENEVENUTO, L., AVILA, G. L. e OLIVEIRA, L. A. A transnacionalidade do combate ao narcotráfico: A cooperação internacional multilateral como meio para combater o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas no Brasil. **Jus.com.br**. ago. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/68415/a-transnacionalidade-do-combate-ao-narcotrafico>. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Relatório Temático Sobre Mulheres Privadas de Liberdade*, jun. 2017. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 31 ago. 2019.

CALVETE, C.S e SOUZA, T. S. *História e formação do mercado das drogas*. Niterói, 2017.

CERQUEIRA, Daniel. et al. Atlas da Violência 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6363-atlasdaviolencia2019completo.pdf> CERQUEIRA, 2019. Acesso em 10 jul. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. O tráfico internacional de drogas e a influência do Capitalismo. Revista Adusp, 1996.

COMITIVA de Bolsonaro levava 39 quilos de cocaína para o Japão. **FOLHA DO ESTADO**. 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.folhaestado.com/comitiva-de-bolsonaro-levava-39-quilos-de-cocaina-para-o-japao/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Confederação Nacional de Municípios. Observatório do Crack: Municípios com problemas relacionados ao consumo de crack, 2015. Disponível em: http://www.crack.cnm.org.br/observatorio_crack/principal/relatorio/todos/todos, acesso: 01 jun. 2020.

DIFERENÇAS entre Cannabis Sativa e Cannabis Indica. **DR. CANNABIS**, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://blog.drcannabis.com.br/diferencas-entre-cannabis-sativa-e-cannabis-indica/>. Acesso em: 17 set. 2020.

DROGAS - Oferta e Demanda. Direção: não especificado. Produção: Netflix. Netflix. 2020. 1 temporada. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80199963>. Acesso em: 21 fev. 2021.

DUARTE, D. F. Uma Breve História do Ópio e dos Opióides. Revista Brasileira de Anestesiologia, Vol. 55, Nº 1, Janeiro - Fevereiro, 2005.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 2010.

ESCOHOTADO, Antonio. Historia General de las Drogas. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1998.

European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA). Estimating the size of the main illicit retail drug markets in Europe: an update, 2019. Disponível em:

[https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/12174/TD0219965EN N.pdf](https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/12174/TD0219965EN_N.pdf), acesso em: 25 mar. 2020.

EZABELLA, F. Recordista carcerário, EUA tentam libertar presos para evitar surtos. **TAB uol**. Los Angeles, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/20/recordista-carcerario-eua-tentam-libertar-presos-para-evitar-surtos.htm>. Acesso em 03 jan. 2021.

FANTASTICO. Narcossubmarino é apreendido com R\$ 600 milhões em drogas; veja bastidores de operação. **G1**. 13 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/13/narcosubmarino-e-apreendido-com-r-600-milhoes-em-drogas-veja-bastidores-de-operacao.ghtml>. Acesso em 25 abr. 2021.

FONSECA, O. L. e GORTÁZAR, N. G. A cocaína que viajava no avião da comitiva de Bolsonaro. **EL PAÍS**. Madri/São Paulo, 02 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/02/politica/1562091519_351309.html. Acesso em 30 mar. 2021.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2010.

GOUVENER, C. A nova guerra do ópio. **Le monde diplomatique Brasil**. 01 jan. 2002. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-nova-guerra-do-opio/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

HENMAN, Anthony R. A coca como planta mestra: reforma e nova ética. In: Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador, Edufba, 2008.

IANNI, Otávio. Pensamento Social no Brasil. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

JANSEN, Ney. Drogas Imperialismo e luta de classes. Paraná, Revista Urutáguá, 2007.

Justificando: Mentas inquietas pensam Direito. *CNJ divulga os mais recentes dados sobre a população carcerária no Brasil*. 2018. <http://www.justificando.com/2018/08/08/cnj-divulga-os-mais-recentes-dados-sobre-a-populacao-carceraria-no-brasil/>, acesso em 22 jun. 2019.

KARAM, M. L. A inconstitucionalidade da guerra às drogas por Maria Lúcia Karam. [Entrevista concedida ao site] **Pastoral Carcerária**. 21 jun. 2018. Disponível em: [https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/maria-lucia-karam-so-existe-violencia-em-torno-do-mercado-de-drogas-porque-ele-nao-e-legalizado](https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/maria-lucia-karam-so-existe-violencia-em-torno-do-mercado-de-drogas-porque-ele-
nao-e-legalizado). Acesso em: 04 abr. 2021.

KOPP, Pierre. A economia da droga. Bauru: EDUSC, 1998.

LOUISE, C. JACOMETTO, H. COSTA, R. MARTINS, V. Avião com cerca de 500 kg de pasta base de cocaína é apreendido em operação policial em Goiás. **G1**. 16 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/05/16/aviao-com-500-kg-de-cocaina-e-apreendido-pela-policia-federal-em-goias.ghtml>, acesso em: 21 fev. 2020.

MATSUURA, Sérgio. *Uso de drogas aumenta entre os jovens*, O Globo, 2016, <https://oglobo.globo.com/sociedade/uso-de-drogas-aumenta-entre-os-adolescentes-no-pais-19996988>, acesso em 20 jun. 2019.

MARX, Karl. A Revolução na China e na Europa, 1853. Disponível em: http://www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/marx_14.pdf, acesso: 01 jun. 2020.

_____. Free Trade and Monopoly, 1858. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1858/09/25.htm>, acesso: 01 jun. 2020.

_____. Trade or Opium? 1858. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1858/09/20.htm>, acesso: 01 jun. 2020.

_____. O Capital: crítica da economia política livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2011.

MEDALHA de Bronze: Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo, com 726.712 mil presos. **Consultor Jurídico**. 08 dez. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-08/brasil-maior-populacao-carceraria-mundo-726-mil-presos>. Acesso em: 09 abr. 2020.

METANFETAMINA: tudo que você precisa saber sobre a droga. **Hospital Santa Mônica**. 13 nov. 2018. Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/metanfetamina-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-a-droga/#:~:text=No%20organismo%2C%20os%20efeitos%20da,podem%20durar%20at%C3%A9%2024%20horas>. Acesso em: 24 out. 2019.

MIRANDA, P. F. A. O ESCRAVISMO CONTEMPORÂNEO E O TRÁFICO DE PESSOAS: INDEFINIÇÃO CONCEITUAL E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES E CRIANÇAS. *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, 2010, vol. 2, n. 2, Jan-Jun. p. 22-51.

Nações Unidas Brasil (ONU). *Novas drogas sintéticas invadem o mercado, afirma relatório da ONU*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/novas-drogas-sinteticas-invadem-mercado-afirma-relatorio-da-onu/>, acesso em 21 dez. 2019.

NA ROTA do dinheiro sujo. Direção: não especificado. Produção: Netflix. Netflix. 2020. Ep. 4. Disponível em: <https://www.netflix.com/browse?jbv=80118100>. Acesso em: 17 mai. 2021.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2001.

NO Afeganistão o açafrão será uma alternativa ao ópio? **Istoé Dinheiro**. 18 dez. 2014. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/no-afeganistao-o-acafrao-sera-uma-alternativa-ao-opio/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

NONNENMACHER, Ana Paula. *Meninos do Crack*. São Paulo, Novo Século, 2013.

NORTE, D. B. Em três anos, mercado de cannabis pode movimentar R\$ 4,6 bilhões no Brasil: Desde dezembro do ano passado, a venda de remédios à base de maconha foi regulamentada no Brasil. Essa novidade cria um promissor mercado ligado à erva. **VC S/A**. 23 mar. 2020. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/empreendedorismo/mercado-de-cannabis-no-brasil/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PARKER, Norman. Por dentro de um laboratório de fabricação de cocaína. BBC Brasil, 2001. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010115_cocaina.shtml. Acesso em: 15 nov. 2019.

POLÍCIA suspeita de uso de trabalho escravo em cultivo de maconha na PB: Monteiro é tida como a maior produtora e distribuidora de maconha da PB. Polícia já apreendeu três toneladas de maconha este ano no Cariri. **G1 Paraíba**. 18 dez. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/12/policia-suspeita-de-uso-de-trabalho-escravo-em-cultivo-de-maconha-na-pb.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PROCÓPIO, Argemiro. O Brasil no mundo das drogas. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Ana M.M. Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atilio. **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 23-59.

ROSENDO, I. G. As crianças e adolescentes escravizados para plantar maconha no Reino Unido. **BBC NEWS | BRASIL**. 03 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43235207>. Acesso em: 09 abr. 2020.

SOUZA, André. *Letalidade Policial no Brasil mais que dobra em cinco anos; Rio tem recorde de mortes de agentes civis*, O Globo, Brasília, 2019, <https://oglobo.globo.com/brasil/letalidade-policial-no-brasil-mais-que-dobra-em-cinco-anos-rio-tem-recorde-de-mortes-de-agentes-civis-23598437>, acesso em 20 jun. 2019.

SOUZA, T. S. A Economia das Drogas em uma abordagem heterodoxa. Campinas: Unicamp, 2015.

SZKLARZ, E. e GARATTONI, B. O remédio mais perigoso do mundo: Ele vicia tanto quanto drogas ilegais. nos EUA, mata mais do que armas de fogo. está em todas as farmácias, e já começa a fazer vítimas no Brasil. **Super Interessante**. Out. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/o-remedio-mais-perigoso-do-mundo/>. Acesso em: 22 set. 2019.

TIPOS de Cannabis: Origens históricas, Uso e Efeitos. **Cannabis&Saúde**. 09 set. 2020. Disponível em: <https://www.cannabisesaude.com.br/sativa-indica-e-ruderalis-entenda-os-tipos-de-cannabis/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

TRADING ECONOMICS. Afeganistão – Taxa de Desemprego. Trading Economics, [S.I.], 2021. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/afghanistan/unemployment-rate>. Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. Brasil – Taxa de Desemprego. Trading Economics, [S.I.], 2021. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/brazil/unemployment-rate>. Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. Colômbia – Taxa de Desemprego. Trading Economics, [S.I.], 2021. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/colombia/unemployment-rate>. Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. México – Taxa de Desemprego. Trading Economics, [S.I.], 2021. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/mexico/unemployment-rate>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Unidade de Pesquisas em Álcool e Drogas (UNIAD). A Economia do Tráfico na Cidade do Rio de Janeiro: uma tentativa de calcular o valor do negócio, 2018. Disponível em: https://www.uniad.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Economia_do_trfico_no_Rio.pdf, acesso em 12 jun. 2020.

Unidade de Pesquisas em Álcool e Drogas (UNIAD). Estudo traça perfil de usuários e estima que crackolândia movimentava, R\$10 milhões por mês, 2020. Disponível em: <https://www.uniad.org.br/noticias/levantamentos-e-pesquisas/estudo-traca-perfil-de-usuarios-e-estima-que-cracolandia-movimenta-r10-milhoes-por-mes/>, acesso em 10 jun. 2020.

Unidade de Pesquisas em Álcool e Drogas (UNIAD). Estudo trata perfil dos frequentadores da Crackolândia no centro de São Paulo. Disponível em: <https://www.uniad.org.br/artigos/2-levantamentos-e-pesquisas/estudo-trata-perfil-dos-frequentadores-da-cracolandia-no-centro-de-sao-paulo/>, acesso em 10 jun. 2020.

United Nation Office on Drugs and Crime (UNODC). THE OPIUM ECONOMY IN AFGHANISTAN. Afghanistan, United Nations, 15 abr. 2003. Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/publications/afg_opium_economy_web.pdf UNODC 2003. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. Global Synthetic Drugs Assessment: Amphetamine-type stimulants and new psychoactive substances, New York, United Nations, 2014. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/scientific/2014_Global_Synthetic_Drugs_Assessment_web.pdf, acesso em 28 set. 2019.

_____. Federal Revenue of Brazil seizes 558 kg of cocaine in Port of Santos, Brasília, United Nations, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/en/frontpage/2018/08/federal-revenue-seizes-558-kg-of-cocaine-in-santos-harbor.html>. Acesso em 13 out. 2019.

_____. UNODC revela impacto devastador do ópio afegão em todo o mundo. United Nations, 21 out. 2009. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2009/10/21-unodc-revela-impacto-devastador-do-opio-afegao-em-todo-o-mundo.html>. Acesso em 10 mar. 2020

_____. World Drugs Report 2019: Book 1, 2, 3 and 4, United Nations, 2019. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/>, acesso em 09 mai. 2019.

_____. World Drugs Report 2018: Book 1, 2, 3, 4 and 5, United Nations, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/wdr2018/>, acesso em 12 jul. 2019.

_____. World Drugs Report 2017: Book 1, 2, 3, 4 and 5, United Nations, 2017. Disponível em: <https://www.unodc.org/wdr2017/index.html>, acesso em 13 jul. 2019.

_____. Web Brasil, 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/docs/treatment/CoPro/Web_Brazil.pdf, acesso: 17 out. 2019.

VERGARA, R. e AQUINO, M. Ascensão e queda do tabaco: Conheça a história da planta que surpreendeu, ultrajou e conquistou a humanidade. De quebra, aprenda o que é preciso para largar o vício. **Super Interessante**. 31 mai. 2003. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/ascensao-e-queda-do->

[tabaco/#:~:text=A%20oposi%C3%A7%C3%A3o%20ao%20tabaco%20crescia, para%20os%20pulm%C3%B5es%E2%80%9D%2C%20dizia.&text=Quem%20dava%20tabaco%20a%20ele%20era%20decapitado](#), acesso em: 20 fev. 2020.

V.V.A.A. Drogas e Cultura: Novas perspectivas. Salvador, EDUFBA, 2008.

V.V.A.A. Cinco notas a propósito da “questão social”. Brasília, Temporalis. ABEPSS, 2001.